



**Celio Marcelino Gomes**

**Violência e Juventude: Um olhar sobre o  
debate político no espaço público do  
Parlamento do Estado do Rio de Janeiro**

**Dissertação de Mestrado**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social.

Orientador: Prof<sup>a</sup> Irene Rizzini

Rio de Janeiro  
Junho de 2017



**Celio Marcelino Gomes**

**Violência e Juventude: Um olhar sobre o  
debate político no espaço público do  
Parlamento do Estado do Rio de Janeiro**

Dissertação apresentada como requisito parcial  
para obtenção do grau de Mestre pelo Programa  
de Pós-Graduação em Serviço Social do  
Departamento de Serviço Social do Centro de  
Ciências Sociais da PUC-Rio. Aprovada pela  
Comissão Examinadora abaixo assinada.

**Profª Irene Rizzini**

Orientador

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

**Profª Ariane Rego de Paiva**

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

**Profª Rita de Cassia Cavalcante Lima**

UFRJ

**Profª Mônica Herz**

Vice-Decana de Pós-Graduação do  
Centro de Ciências Sociais – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 21 de junho de 2017.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e do orientador.

### **Celio Marcelino Gomes**

Graduou-se em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em 2012. Atuou como Assistente Social (TPB) no Núcleo de Estudos da Saúde do Adolescente - NESA do Hospital Universitário Pedro Ernesto. Atuou como Secretário Parlamentar na Câmara dos Deputados com lotação no Rio de Janeiro e como assessor. Atuou como assessor/auxiliar administrativo em mandato parlamentar na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) com lotação na Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania. Atuou como Conselheiro Tutelar na região da Leopoldina no Município do Rio de Janeiro.

#### **Ficha Catalográfica**

Gomes, Celio Marcelino

Violência e Juventude: Um olhar sobre o debate político no espaço público do Parlamento do Estado do Rio de Janeiro / Celio Marcelino Gomes; orientador: Irene Rizzini. – 2017.

113 f.: il. color.; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2017.

Inclui bibliografia.

1. Serviço social – Teses. 2. Juventude. 3. Violência. 4. Parlamento. 5. Debate político. 6. Direitos humanos. I. Rizzini, Irene. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Serviço Social. III. Título.

CDD: 361

## Agradecimentos

Agradeço a Deus pela graça de poder estudar e sonhar com novos caminhos.

À Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, por estar realizando este sonho.

Ao Departamento de Serviço Social, todo o corpo docente e funcionários, que contribuíram na construção deste projeto de forma atenciosa e carinhosa. Aos professores e professoras, pela riqueza das disciplinas que ministraram, tão importantes às minhas reflexões.

Especial agradecimento ao Professor Doutor Marcio Eduardo Brotto (in memória), pelo incentivo e amizade.

À Professora Doutora Irene Rizzini, pela paciência, pela riqueza de suas orientações para a construção desta obra.

A todos os amigos e amigas, que comigo ingressaram como mestrands em 2015.

Às Professoras Arianne Rego de Paiva e Rita Cavalcanti, por aceitarem a participar da banca examinadora desta Dissertação, pelo incentivo e paciência.

Aos meus pais Graciliano Marcelino Gomes (in memória) e Maria de Souza Gomes, pelo incentivo, carinho, amizade e por definirem minha vida a partir da educação.

À minha querida esposa Maria de Fatima Rocha Gomes, pelo companheirismo, incentivo e apoio.

A todos pertencentes ao Mandato do Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro – ALERJ – em especial ao amigo Sidnei Teles, pela dedicação em atender.

A todos os funcionários da Sala das Comissões, em especial à Viviane Nicolau de Souza da Rocha, pela dedicação e atenção.

A todos os funcionários da equipe do Movimento Estadual de Prevenção de Combate a Tortura, pela prontidão às conversas e material.

A todos os funcionários da Biblioteca da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro – ALERJ – pelo pronto atendimento às solicitações, paciência e carinho.

A todo o mandato do Deputado Federal Alessandro Molon, pela parceria e amizade.

Aos assessores do Deputado Estadual Wanderson Nogueira pelos informes sobre o Parlamento Juvenil.

Agradeço à Renata Brasil do Couto e à Conceição Goulart Cuba, pela leitura cuidadosa e pelas recomendações ao meu texto.

As famílias Marin Vianna, Chagas e Amaral pelo apoio e incentivo de sempre.

A todos os meus familiares, pela paciência, pelo apoio e incentivo.

A todos os amigos e amigas, sempre juntos em minha trajetória.

Gratidão a todos, sempre!

## Resumo

Gomes, Célio Marcelino; Rizzini, Irene. **Violência e Juventude: Um olhar sobre o debate político no espaço público do Parlamento do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2017, 113 p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Serviço social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Este estudo surge de indagações sobre as políticas públicas para a juventude em curso no estado do Rio de Janeiro, bem como as ações políticas e sociais no fenômeno da violência que envolve a juventude. Consideramos os jovens como sujeitos de direitos e cidadãos. No entanto, muitos jovens são vistos de forma desumanizada. O significativo índice de violência contra jovens, sobretudo negros, pobres e moradores de favelas traz preocupações e indagações quanto ao papel do estado “protetor” e os desdobramentos do debate político sobre juventude e a questão da violência no espaço do parlamento estadual. Este estudo apresenta uma análise dos discursos sobre juventude e violência presentes nos debates políticos na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), com foco sobre as violações de direitos e as propostas e ações favoráveis ou contrárias aos princípios de direitos humanos e uma reflexão sobre as ações dos parlamentares no estado do Rio de Janeiro. A partir de suas propostas, ações, ideias e posições os parlamentares podem promover políticas preventivas e de proteção ao segmento juvenil, vulnerável a toda sorte de violência que o envolve. O desejo, é que esse estudo contribua para novas reflexões e aprofundamento do tema.

## Palavras-Chave

Juventude; Violência; Parlamento; Debate Político; Direitos Humanos.

## Abstract

Gomes, Célio Marcelino; Rizzini, Irene (Advisor). **Violence and youth: An examination of the political debate in the public space of the legislature of the state of Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2017, 113p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Serviço social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This study rose from concerns about public policies focused on youth being developed in the Rio de Janeiro state legislature (ALERJ) as well as the political and social actions of the phenomenon of violence which involves youth. We consider young people as a single group: the subjects of rights and citizenship. Despite this, many young people are seen in a dehumanized form. The high level of violence against youth, especially black and poor youth and residents of favelas raises deep concern about the role of the State as “protector” and the unfolding political debate about youth and violence in the Rio de Janeiro state legislature. This study analyses the debate targeted on youth and violence, focusing on the violation of rights, and proposals and actions for and against the principles of human rights, as well as a reflection on specific actions of legislators on this subject. Proposals and actions promoted by the state legislature officers can promote preventative and protective policies for young people who are vulnerable to all sorts of violence. The hope is that this study will contribute to the debate and possible new ways of thinking.

## Keywords

Youth; Violence; The legislature; Political debate; Human Rights.

## Sumário

Introdução	11
1. A Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ)	18
1.1. Aspectos Históricos e Participação Democrática	18
1.2. Estrutura e funcionamento	20
1.3. A Comissão de Direitos Humanos e Cidadania na agenda da Alerj. Que espaço é esse?	22
2. Juventude e Violência	24
2.1. O parlamento como espaço político: foco sobre a juventude e violência	24
2.2. A Violência envolvendo a juventude, sobretudo negra, pobre e moradora de favela no estado do Rio de Janeiro	31
2.3. Por que os jovens negros?	34
2.4. Uma análise dos Mapas da Violência de 2013 e 2014	38
2.5. Juventude e a criminalização da pobreza	41
3. O debate político sobre a violência envolvendo a juventude no espaço público do parlamento do Estado do Rio de Janeiro	48
3.1. A Comissão de Direitos Humanos e Cidadania e a emergência das tensões	48
3.2. A pesquisa de campo na Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania	52
3.3. Os casos debatidos nas audiências públicas selecionadas na pesquisa de campo, em que resultou?	54



4.	Considerações finais	99
5.	Referências bibliográficas	102
6.	Anexos	106
6.1.	Anexo 1 – Membros da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania Período legislativo 2014 a 2017	106
6.2.	Anexo 2 – Matéria de Luiz Gustavo Schmitt publicada no Jornal Extra em 07/10/2015	107
6.3.	Anexo 3 – Reuters e O Globo Online publicada no Jornal Extra em 23/10/2007 – Beltrame: 'Um tiro em Copacabana é uma coisa. Na Favela da Coréia é outra'. OAB critica diferenciamento	109
6.4.	Anexo 4 – Educação é escudo contra os homicídios – Correio Braziliense, 06 de janeiro de 2016	111

## Lista de figuras

Figura 1-	Atos Infracionais – Total Brasil (2013)	45
Figura 2-	Porcentagem de Atos infracionais contra a Pessoa Total Brasil (2010-2013)	45
Figura 3-	Registro anual para 2013 de atos infracionais registrados no Brasil	46
Figura 4-	Fuga e morte na favela da Coréia	109

## Introdução

O interesse pelo tema do debate sobre violência e juventude no espaço público do parlamento surge a partir da minha atividade profissional, como assessor do então Deputado Estadual Alessandro Molon, presidente da Comissão de Defesa de Direitos Humanos e Cidadania (CDDHC) da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), durante o período de 2007 a 2009, complementados no gabinete do referido parlamentar durante o período de 2009 a 2010. Durante o período legislativo de quatro anos, na ocasião, o Deputado Alessandro Molon, presidente, passou a pasta da referida comissão, ao Deputado Estadual Marcelo Freixo, na ocasião, exercia a função de vice-presidente da referida pasta. A transferência da pasta acontece por definição do regimento interno da Alerj que prevê o exercício da presidência das comissões a cada dois anos, não havendo transferência segue na função o mesmo presidente. Por meio desse trabalho, desenvolvia atendimentos à população do estado, cuja demanda apresentava diversas situações características de violações de direitos. Apenas no ano de 2007 totalizamos trezentos e quarenta e três casos atendidos, entre elas, casos de violência e ações envolvendo segmentos e agentes do estado. Sendo relevante, em alguns casos, a violência envolvendo jovens negros, pobres e moradores de favelas e periferias. Na ocasião recebemos diversas denúncias de violações de direitos e destacamos em primeiro lugar as ações cometidas por policiais. Antes do ingresso na comissão e no mandato do Deputado Alessandro Molon, fui convidado pelo mesmo a atuar em sua campanha política, no ano de 2006, dentro de minha área de atuação política cidadã, a região do subúrbio da Leopoldina. Neste território atuei de 2002 a 2005, como Conselheiro Tutelar e suplente de 2005 a 2008. Após o ingresso na referida comissão, por consequência do mandato parlamentar, filiei-me ao Partido dos Trabalhadores, iniciando uma participação política partidária, na Alerj, pude verificar de perto os debates e discursos sobre diversos assuntos que se apresentavam no plenário e nas audiências públicas.

Ingressei na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 2006 pelo Departamento de Ciências Sociais migrando para o curso de Serviço Social

em 2007 e na conclusão de curso apresentei trabalho final de monografia com o tema: “Pessoas adultas em situação de rua, o que as levou a este lugar?” e a motivação para este tema surgiu de atividade de estágio acadêmico desenvolvido no Banco da Providência, por dois anos, onde pude atender pessoas adultas em situação de rua. Em 2015, retorno as atividades acadêmicas, no curso de mestrado, pela linha de pesquisa “Violência, Direitos, Serviço Social e Políticas Intersetoriais” do departamento de Serviço Social. A escolha por esta linha de pesquisa vem de encontro às experiências profissionais que obtive como Educador Social, em casas de acolhimento para adultos e famílias, abrigo para acolhimento de crianças e adolescentes, como Conselheiro Tutelar, Assessor na referida comissão e Secretário Parlamentar. Como Assistente Social, atuei no Núcleo de Estudo da Saúde do Adolescente (NESA) do Hospital Universitário Pedro Ernesto. Em todos os espaços de atuação deparei com a violência envolvendo jovens, crianças, adolescentes e famílias, muitas delas sem perspectiva.

A relevância desse estudo para o Serviço Social está na vinculação da categoria com o parlamento visando ampliar a articulação com a classe política, na dimensão da produção de conhecimento e novas reflexões. O Serviço Social pode contribuir junto ao conjunto de ações a serem debatidas no parlamento na perspectiva de garantir direitos dos cidadãos. Como Assistente Social, desenvolver este estudo foi um desafio, no sentido de refletir sobre a efetivação dos direitos e as possibilidades à prática profissional tendo como base o debate político às diversas demandas sociais que se apresentam. Carneiro (2012) nos ajuda a refletir sobre a razão de pensar política, embora exista muito descontentamento com ela, quando, por exemplo, os escândalos de corrupção, “propina” e “caixa dois” a vida pública pode ser diferente. Quanto à convivência política o autor aponta a esperança no plano político “ligada a melhoria da situação particular de cada comunidade e do país como um todo” (Carneiro, 2012, p.220).

No tocante a violência, observamos este fenômeno no estado do Rio de Janeiro muito debatido, mas com contornos bem delineados, até mesmo direcionados, se analisarmos pela ótica das classes econômicas e sociais da população carioca. É o caso da violência direcionada à juventude negra que habita as favelas e bairros das periferias urbanas.

Na contemporaneidade, o fenômeno da violência vem avançando em diversas cidades brasileiras. Destaco o Rio de Janeiro, que em sua geografia traz as marcas de uma “cidade partida”, segundo o jornalista e escritor Zuenir Ventura (1994), entre favela e cidade. Esse destaque geográfico se reflete mesmo no interior do parlamento estadual, onde os discursos estão tomados de significação com base no senso comum.

Minha inquietação começou por querer investigar as diversidades contidas nos discursos dos parlamentares na Alerj. Percebi a existência muito recorrente de posições contrárias e favoráveis aos direitos humanos e que em determinados parlamentares as contrariedades são demonstradas com identidades pessoais e ideológicas. É inquietante, principalmente quando estas posições envolvem a juventude; os pobres e moradores de favelas ou das periferias do estado do Rio de Janeiro.

A partir dessas observações e experiências surge o desejo deste estudo que se propõe a analisar o discurso do parlamento sobre a violência que incidem sobre os jovens na faixa etária entre 15 a 29 anos, com especial foco sobre os negros, pobres e moradores de favelas e periferias no estado do Rio de Janeiro. Tomo como ponto de partida uma reflexão, com base nos Mapas da Violência de 2013 e 2014, que apontam índices alarmantes sobre esse fenômeno.

Os Mapas da Violência de 2013 e 2014, com uma abordagem nacional, apresentam dados graves em relação à juventude. No tocante a “Homicídios e Juventude no Brasil” no ano de 2014, o referido mapa apresentou, um estudo feito nos anos de 2001 a 2011, uma década. E em relação ao aspecto raça e cor, Waiselfisz (2014) observou que houve “uma acentuada tendência de queda no número de homicídios na população branca e de aumento do número de vítimas na população negra. Essa tendência se observa tanto para o conjunto da população quanto para a população jovem” (p.120).

Nos mapas, o autor apresenta dados bem concretos de sua pesquisa. Em uma análise sobre homicídios e vitimização segundo raça e/ou cor as taxas por 100 mil, aponta que na faixa etária de “15 a 19 anos, passa de 80,8 para 173,0, visto por crescimento de 226,9%, na faixa de 20 a 24 anos, passa de 86,9 para 171,2: crescimento de 193,0% e na faixa de 25 a 29 anos, passa de 66,0 para 137,7: crescimento de 216,0%”. Os dados da década analisada apontam para um crescente índice de mortes de jovens vítimas da violência. No “início do período

analisado as taxas de homicídios dos jovens brancos era de 21,5 por 100 mil brancos. A de negros 36,5 por 100 mil negros”. Desse modo, “em 2001, o índice de vitimização negra foi de 69,4: morreram proporcionalmente 69,4% mais negros que brancos. Em 2011, esse índice sobe para 136,8. A vitimização negra, no período de 2001 a 2011, cresceu 193%” (Waisefisz, 2014, p.120, 123).

Com base nesses dados e buscando compreender politicamente qual o entendimento do parlamento estadual voltado para a população juvenil vítima ou executora de violência no estado do Rio de Janeiro, optou-se por uma análise das propostas que aparecem nos discursos dos parlamentares no espaço do parlamento estadual. Nossa perspectiva de discutir sobre essas propostas voltadas para a juventude no cenário nacional, refletindo sobre sua efetivação no estado. Tomo como foco as violações de direitos e as propostas de ações favoráveis ou contrárias aos princípios de direitos humanos contidas nos referidos discursos.

As reflexões a que me proponho nessa pesquisa surgem de questionamentos pessoais acerca das ações políticas referentes à questão da violência juvenil, seja ela cometida por jovens ou perpetrada contra eles. Dentre as ações possíveis, destaco, por exemplo, a proposta de redução da maioridade penal, cujo debate de punição da juventude e criminalização da pobreza é permeado pelo aceno político e midiático, influenciando a opinião pública.

Como aporte metodológico, a proposta foi pesquisar os discursos de parlamentares no espaço da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da ALERJ, tendo como base o Relatório Anual 2015 da referida Comissão. A relevância do relatório para o desenvolvimento do nosso estudo está na riqueza de seu conteúdo. O relatório contém no objetivo de sua criação, a forma de atuação da Comissão, em que casos atuou, o impacto político e social de sua atuação através dos resultados obtidos, e sua relação com o parlamento estadual.

Nele, identifiquei o número de Comissões Parlamentares de Inquéritos (CPI’S) e Audiências Públicas relacionadas à questão da violência envolvendo a juventude no estado do Rio de Janeiro que investiguei ao longo do estudo na mesma comissão e na sala das comissões, de onde se desenvolvem todas as agendas políticas daquela casa de leis. Na mesma sala, busquei as atas dessas reuniões, a fim de observar as propostas e discussões referentes ao tema com o objetivo de identificar proposições ou decisões de ações favoráveis e contrárias aos princípios de direitos humanos presentes nos discursos e nas políticas

vigentes, pautadas pela Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) que preconiza a política de prevenção de violência contra a juventude negra.

O primeiro capítulo tratará dos aspectos históricos e da participação democrática da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, onde apresento, na história política brasileira, sua participação democrática, sua estrutura e funcionamento. Neste contexto, enfatizo a Comissão de Direitos Humanos e Cidadania, na perspectiva de identificar a funcionalidade, as características desse espaço e a que se propõe no ambiente do parlamento estadual.

No segundo capítulo desenvolvo uma reflexão sobre o Parlamento como espaço político, com foco sobre a violência envolvendo os jovens. Com base em reflexões obtidas em Hannah Arendt e um estudo investigativo sobre Habermas, feito por Felipe Carreira Silva, investigador auxiliar do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Apresentaremos reflexões sobre as representações políticas no parlamento e sua significação no destino da sociedade. Discutiremos a participação do parlamento junto às questões sociais e quanto esse poder obtido influencia as políticas públicas. E este poder se refere “ao fato de que ele foi empossado por um certo número de pessoas para agir em seu nome” e que “sem um povo ou grupo não há poder” (Arendt, 2009, p. 60-61).

O desafio de se pensar o parlamento e as disputas políticas intensas nesse espaço nos remetem a considerar a legitimidade desse espaço, como espaço público, como local político na história das decisões políticas e suas implicações sociais no cotidiano da sociedade. Decisões que definem o aspecto do “princípio constitutivo e definidor” do parlamento e o reflete como um ambiente definidor de destinos e rumos de uma sociedade e de uma determinada população (Silva, 2001).

Com base nessas reflexões, proponho-me a discutir, como mencionado, a violência envolvendo a juventude, sobretudo negra, pobre e moradora de favelas, no estado do Rio de Janeiro. A partir de uma análise dos Mapas da Juventude de 2013 e 2014, caminho para uma reflexão sobre questão da criminalização da pobreza, que atinge, de maneira acentuada, jovens pobres e negros. A proposta é trazer a discussão o conceito de juventude, com base em diversos autores e pesquisadores. Destaco aqui apenas alguns, como Regina Novaes, que define juventude no contexto da sociedade moderna como um segmento a se

compreender, com seus limites, “ambivalências”, contradições e “expectativas de emancipação” (Novaes, 2007, p. 7) e Miriam Abramovai, que aborda uma reflexão sobre juventude contextualizando a questão da vulnerabilidade social e desigualdade social. A partir dessa associação a autora reflete sobre a “segregação juvenil” na perspectiva de “esclarecer cenários das complexas nuances da relação juventude e violência” (Abramovai, 2002, p.55-56).

No terceiro capítulo, apresento uma abordagem de como a violência contra a juventude aparece na Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania, tendo por base o Relatório Anual de 2015, que funciona como uma fonte documental para o encaminhamento deste estudo. Buscou-se verificar a partir da Comissão de Direitos Humanos, audiências públicas, Comissões Parlamentares de Inquéritos (CPIs) e debates em plenário quais as proposições, ideias e votações de parlamentares quanto à questão da violência envolvendo a juventude. Como apoio, busquei analisar as informações obtidas no relatório de 2015 da Comissão para identificar sinais de apoio ou contrários ao combate à violência juvenil.

Nesse sentido, apresento uma análise dos discursos proferidos no parlamento estadual, as ações da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania frente às tensões e a relação desses discursos com as principais diretrizes de direitos humanos, como a vida e a educação, interrogando se esse debate político combate a criminalização ou a favorece.

Dessa maneira veremos o resultado de alguns discursos, no parlamento estadual, próximos do debate encontrado no parlamento federal em relação a violência envolvendo a juventude, sobretudo o que provoca a criminalização da pobreza, “que policiza o social” e cujo aspecto é de caráter “punitivo”. Essa realidade está na criação da Proposta de Emenda Constitucional 171 de 1993 (PEC 171/93), que discute a maioria penal. Aprovada na Câmara dos Deputados em 19 de agosto de 2015, com 320 votos a favor, 152 contra e uma abstenção, esta proposta foi encaminhada ao Senado Federal para votação e ainda tramita. Discutida “sem a devida informação, da racionalidade e da ética na orientação das discussões e dos interesses envolvidos” como apontam Rizzini e Vale (2014, p.11). Assim, o parlamento federal corre o risco de transferir à sociedade brasileira as consequências de suas ações políticas com base no preconceito e na irresponsabilidade.



Por fim, serão apresentados os resultados da pesquisa de campo realizada no espaço da Alerj junto à Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania, Sala das Comissões e Plenário. Com base nos dados levantados, nas observações e registros, analisaremos os discursos e as propostas de políticas públicas existentes, favoráveis ou contrárias às diretrizes de direitos humanos supra citadas.

O principal objetivo, nesse estudo, é o de analisar os discursos dos parlamentares no espaço da ALERJ no tocante à questão da violência envolvendo a juventude, pensando na sua complexidade geográfica, econômica, social, cultural e racial. Por isso, a busca de referenciais teóricos e reflexivos para os temas supracitados contribuem para a discussão, tendo em vista o combate à violência envolvendo os jovens, sejam eles de qualquer segmento social e econômico. A escolha do Parlamento e a busca de elementos teóricos para este estudo tem sido um desafio, bem como abordar a juventude e a violência a partir desse espaço social importante e sedutor. Mesmo que nele, concordando com uma afirmação de Arendt, o tema da violência “tenha sido raramente escolhido como projeto de consideração especial” (Arendt, 2009, p.23).

Apresento uma pesquisa que está longe de estar esgotada, mas desejo e espero que esse estudo possa contribuir como instrumento na defesa de garantia de direitos e possa subsidiar estudantes, profissionais e pesquisadores, políticos, defensores dos direitos humanos, e todas as pessoas interessadas em refletir sobre as possibilidades de manutenção da vida de nossa juventude.

## **A Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ)**

### **1.1.**

#### **Aspectos Históricos e Participação Democrática**

Com a transferência da capital brasileira para Brasília a Assembleia Legislativa do estado do Rio de Janeiro ganhou novos contornos no cenário político brasileiro. A história sempre nos informará sobre o passado e o presente dos espaços, das pessoas e dos fatos históricos e não poderia ser diferente com a Alerj.

Com noventa anos de existência o Palácio Tiradentes, inaugurado em 6 de maio de 1926, “cujo nome evoca o prisioneiro mais ilustre do antigo cárcere, convertido como herói nacional pelo regime republicano” (Sarmiento, 2001, p.22), foi o primeiro edifício onde funcionava o parlamento imperial. É possível perceber, contudo, que sua funcionalidade histórica é como espaço público, político e social de nosso estado e de nosso país.

O Palácio Tiradentes foi erguido no mesmo lugar onde funcionou a “Cadeia Velha”, de onde Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, saíra para ser enforcado em 21 de abril de 1792. Conforme escritos da Memória do Parlamento Fluminense na “Cadeia Velha”, eram abrigados “os presos do período colonial”. Nela funcionou a sede do Senado Federal, solicitada para esta finalidade no ano de 1631 pelo próprio Senado para a construção de “um edifício especialmente projetado para servir de sede para a Cadeia e a Câmara, como era comum nas cidades coloniais da América Portuguesa” (Sarmiento, 2001, p.20). Autorizada a obra em 1639, já com a escolha do local, próximo ao Largo do Carmo e ao lado da Igreja São José, a obra durou mais de 20 anos até sua conclusão, e em 1747 “se concluíra uma nova reforma no prédio da Cadeia Velha, que adquiriu então o seu tradicional aspecto” (Sarmiento, 2001, p.20), e o autor aponta que naquele momento histórico brasileiro:

A Cadeia Velha notabilizou-se por ser a sede da Assembleia Constituinte e da Câmara dos Deputados no Império, e da Câmara dos Deputados durante as primeiras décadas da República. Foi demolida em 1922 para dar lugar à construção de um novo edifício sede, mais imponente, para a Câmara dos Deputados: O Palácio Tiradentes. (Sarmiento, 2001, p.22).

Com o aspecto legislativo fortemente adaptado e organizado, a nova casa legislativa tem sua inauguração em 6 de maio de 1926, data significativa, pois comemorava-se o centenário da primeira Câmara do Império. No caminho histórico, os contratempos políticos não estiveram longe desta casa de leis. Com a construção do Estado Novo no ano de 1937 e do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), um órgão ligado ao governo Vargas com a responsabilidade de controlar as informações e de promulgar o referido momento político, o DIP teve o Palácio Tiradentes como sede. Na ocasião Getúlio Vargas mandou fechar o Congresso e outorgou à nação uma nova carta constitucional. A Câmara dos Deputados então voltou a funcionar com o fim do referido Estado Novo no ano de 1945.

A história política do Rio de Janeiro tem profunda intercessão com a história política brasileira contemporânea, por constituir a construção política fluminense, a materialização da proposta legislativa para o centro do país. Em 1960, a capital federal é transferida para Brasília, durante o governo de Juscelino Kubitschek, com sua proposta desenvolvimentista. Nesse processo político, o Rio de Janeiro passa a ser Estado da Guanabara e o Palácio Tiradentes passa a abrigar a Assembleia Legislativa do referido estado, durante 15 anos (1960 a 1975) quando, no governo do “ditador” presidente Ernesto Geisel, acontece a denominada fusão entre o Estado da Guanabara e o Estado do Rio de Janeiro. Com essa determinação o Palácio Tiradentes recebe o nome de Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ).

Nesta Casa de Leis já passaram homens e mulheres, personagens importantes e relevantes para a história política e parlamentar do nosso estado. A Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro é um espaço de debates para a criação de leis e propostas, através de decisões políticas. Decisões que afetam diretamente a vida do povo fluminense.

## 1.2. Estrutura e Funcionamento

A Alerj, como uma casa de leis, se organiza de modo operacional com uma mesa diretora composta por um presidente, atualmente o Deputado Estadual Jorge Picciani, um primeiro vice-presidente e mais três vice-presidentes. A Alerj conta também com quatro secretários e quatro suplentes, bem como com um secretário geral da mesa diretora. Esse grupo organizacional tem como atribuição deliberar, junto ao colégio de líderes partidários, a pauta de votação ou de debates que compõe a ordem do dia.

Além destes aspectos de organização existem algumas comissões de caráter político que se organizam da seguinte forma: em primeiro plano as Comissões Temporárias.

São aquelas que constituídas com finalidades específicas, extingue-se após o término da legislatura, ou antes dela, quando alcançado o fim a que se destinam ou nos casos previstos no art. 29 do RI/ALERJ (FECOMERCIO, 2007, p.14).

As Comissões temporárias são distribuídas em três Comissões.

### 1ª) Comissões de Representação:

São comissões que tem por finalidade representar a Assembleia Legislativa em atos externos e são constituídas pela Mesa Diretora ou a requerimento de, no mínimo, sete Deputados, com a aprovação do plenário (art. 28 do RI/ALERJ).

### 2ª) Comissões Especiais:

São comissões temporárias constituídas para fins determinados, por proposta da Mesa Diretora ou por requerimento de 1/10 dos Deputados, com aprovação do plenário (art. 29 do RI/ALERJ).

### 3ª) Comissões Parlamentares de Inquéritos:

São comissões de caráter investigativo, criadas legalmente e que têm a finalidade de apurar determinados fatos de interesse público, de competência privativa da Assembleia e de caráter político, processual, legislativo ou administrativo, sem a sanção do Governador do Estado. O quórum para aprovação é por maioria simples.

As Comissões Parlamentares de Inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos no Regimento Interno da casa, serão criadas automaticamente, no prazo máximo de quarente e oito horas após o requerimento de um terço dos membros da Assembleia Legislativa, para apuração de fato determinado e por prazo certo (art. 30, caput do RI/ALERJ).

Serão compostas, quando possível, proporcionalmente pelos partidos com representação na Assembleia; serão presididas pelos Deputados primeiros signatários dos requerimentos de sua criação e se reunirão, para realização de atos instrutórios, com o número mínimo de dois Deputados (art. 30, inc. 1º do RI/ALERJ) (FECOMERCIO, 2007, p.14-16).

Além das comissões temporárias, a Alerj funciona também com mais trinta e nove Comissões Permanentes, que “são aquelas que subsistem através das Legislaturas”, com as seguintes competências:

- a) Discutir e votar projeto de lei que dispensar, na forma de Regimento, a deliberação do Plenário, salvo recurso de um décimo dos membros da Assembleia Legislativa;
- b) Realizar audiências públicas representativas da sociedade civil e convocar obrigatoriamente, na forma do inciso 2º do art. 43 do RI/ALERJ, o “Fórum Permanente de Participação Popular no Processo Legislativo”, para as reuniões que tenham por objetivo a apreciação de processo legislativo de sua iniciativa ou que tenha sido distribuído;
- c) Convocar, na forma do art. 100 da Constituição Estadual, Secretário de Estado ou Procurador Geral para prestar informações sobre assuntos inerentes a atribuição de sua pasta;
- d) Receber petições, reclamações, representações ou queixas contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas;
- e) Solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;
- f) Apreciar programa de obras, planos estaduais, regionais e setoriais de desenvolvimento, e sobre eles emitir parecer;
- g) Converter, se considerar necessário, em diligência qualquer proposição, para comprovação ou juntada de requisitos legais. (FECOMERCIO, 2001, p.16-17).

Entre as trinta e nove Comissões existentes na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, está a Comissão de Defesa de Direitos Humanos e Cidadania, que para além das atribuições acima citadas tem como competência

Acompanhar e se manifestar sobre proposições e assuntos ligados aos direitos inerentes ao ser humano, tendo em vista o mínimo de condições à sua sobrevivência digna e ao exercício pleno de seus direitos e garantias individuais e coletivas, e, ainda se manifestar em matérias relacionadas às políticas, programas e

ações relacionadas ao direito à alimentação e nutrição como parte dos direitos humanos, conforme o art 26, inciso 16 do RI/ALERJ (FECOMERCIO, 2007, p.26).

### 1.3.

#### **A Comissão de Direitos Humanos e Cidadania na agenda da Alerj. Que espaço é esse?**

A Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania, exerce papel fundamental no processo legislativo, na condução de debates, articulações, votações e formulação de políticas. Com a capacidade de construir posições a partir da defesa dos direitos humanos se desenvolve institucionalmente como um espaço de acolhimento e promotor de audiências públicas.

O espaço institucional da comissão tem relevância no que se refere ao atendimento de casos específicos de onde surgiram audiências públicas promovendo o debate de forma democrática para a garantia dos direitos fundamentais pautado pela legislação constitucional. De forma dialógica e permanente com os movimentos sociais, parlamentares e outros segmentos da sociedade civil, a Comissão pauta as suas ações e exerce sua participação política e social na perspectiva de construir e reconstruir o estado do Rio de Janeiro como um lugar democrático, livre e mais humano.

Como resultado desta proposta, a Comissão de Defesa dos Direitos dos Humanos e Cidadania funciona com “apresentação de projetos de leis, emendas constitucionais e indicações legislativas importantes para o avanço e desenvolvimento dos direitos humanos no Rio de Janeiro” (Freixo, 2015, p.8) como retrata o presidente da comissão. O Deputado Marcelo Freixo assumiu a Comissão em 2009 com o objetivo de ampliar a equipe técnica, de acordo com as regras internas da casa e em 2011 passa a dispor de um profissional da área de psicologia compondo a equipe. A proposta é ampliar a técnica nos atendimentos com um olhar mais amplo e multidisciplinar o que contribui para a construção de um espaço de “troca e de escuta” dentro da equipe na perspectiva de “construção de soluções coletivas” às demandas sociais e suas complexidades, apresentadas pela população.

Pensando em atender melhor a população do estado a comissão recorre ao Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social (NIDES) do Centro de Tecnologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que contribuiu no processo de “sistematização e gerenciamento dos atendimentos”. Um processo que visa a ampliação dos direitos humanos no estado do Rio de Janeiro.

O relatório de 2015, da referida Comissão destaca importantes ações. Entre elas, podemos citar: o Dia Internacional de Direitos Humanos em 10 de dezembro, quando ocorreu a aprovação do projeto de lei que proíbe a utilização de algemas durante o trabalho de parto de presas e internas no sistema prisional e sócio educativo. Além deste ato político, a Comissão realizou, em parceria com a organização não governamental (ONG) Justiça Global e a Anistia Internacional, um evento com 50 mil pessoas, no parque de Madureira no Rio de Janeiro. O evento foi intitulado *Festival Todo Mundo tem Direitos*, contou com o apoio de pessoas ligadas à cultura de rua e artistas da música popular, demonstrando que a democracia é possível a partir dos direitos humanos. A Comissão de Direitos Humanos e Cidadania apresenta no cerne de seu trabalho institucional a defesa da dignidade humana no centro de todas as políticas públicas (Freixo, 2015, p.8).

## 2

## Juventude e violência

### 2.1.

### **O parlamento como espaço político: foco sobre a juventude e violência**

A construção das representações políticas, de escolhas e de poder apresenta pontos relevantes nessa proposta de análise do tratamento dado à questão da violência que atinge a juventude, tendo como “palco” a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Entendemos ser importante a escolha deste espaço tendo em vista que o senso comum tem por hábito subestimar o poder delegado ao parlamento e seus parlamentares. A representação e a ação política, neste espaço, estão presentes no cotidiano da sociedade fluminense; seja pelas escolhas representativas que fazemos ou pelas ações e compromissos posteriores dos parlamentares.

Magdaleno (2010) nos faz refletir sobre este papel parlamentar. Para o autor “o representante político faz parte do sistema de ação que apresenta o espaço, como uma mediação, isto é, como capaz de influenciar a escolha do que vai ser difundido e a ação que, nesse sentido, vai se realizar” (p.203) As escolhas e decisões do parlamento são capazes de influenciar o destino de uma sociedade. Existe dúvida se o poder do voto interno do parlamento é capaz de tamanha significação?

A representação política e sua força decisória retratam a importância do parlamento junto às questões sociais presentes. Esta relação, parlamento e sociedade, tem a ver com a abrangência participativa destes atores, compõem o tecido social na lógica de direitos e de cidadania. A representação política que Magdaleno (2010) aponta nesta direção.

Um mandato parlamentar, seja de deputado ou vereador, tem certamente um peso e relevância quando se deseja lutar por mudanças sociais, no caso aqui apresentado no espaço do território estadual. Para isso, o parlamento é importante, como espaço de debates e de decisões. Habermas (apud Silva 2002, p.42)



descreve o “parlamento como natureza pública das discussões ocorridas, no seu seio, assegurava o vínculo entre a discussão pré parlamentar realizada no plano da esfera pública”. Hoje, o aspecto “pré parlamentar” que Habermas aborda, pode ser interpretado como o colégio de líderes, que é uma reunião existente nas Assembleias legislativas e na Câmara dos Deputados, para discutir a pauta da ordem do dia, ou seja, o tema que entrará para debates e votação. Um exemplo disso foi a proposta do poder executivo no caso da privatização da Companhia Estadual de Águas e Esgotos (CEDAE) debatida no colégio de líderes na Alerj. Este é o exemplo de um tema que surge ao longo do processo legislativo.

Mencionar os pontos da discussão no colégio de líderes nos faz pensar sobre as disputas políticas com suas formas e níveis de interesses, que pode ser debatido a partir da escuta da sociedade e do desejo popular ou por interesses políticos. Esses elementos justificam a existência da política como elemento decisório para os rumos do estado, seja no ponto de vista econômico e social. Na medida em que as diferentes posições se consolidam no ambiente do colégio de líderes, será no plenário a decisão final pela rejeição ou aprovação daquela matéria, de caráter público e de interesse social.

Podemos, ainda, interpretar, em diálogo com Magdaleno (2010) uma pauta externa, vinda das bases, das ruas, dos territórios ou dos gabinetes, a ser apresentada, neste colégio de líderes.

Habermas (apud Silva, 2002, p.42) reforça seu argumento sobre o parlamento ao apontá-lo como “princípio constitutivo e definidor”. Esse aspecto vem ao encontro da abordagem supracitada de definidor de destino e rumos de uma sociedade e de uma determinada população. O autor interpreta que o parlamento como tal apresenta na sua concepção o aspecto de uma “publicidade crítica e racional das discussões”, portanto a necessidade de um comportamento coerente e ético.

Sabemos que na sociedade brasileira o cenário político e, por sua vez, a figura dos parlamentares, estão bastante desgastados e é comum uma atitude de desconfiança e rejeição. O que se espera é que a prática política dos parlamentares esteja alinhada à uma vontade coletiva, com dimensão republicana e não aos interesses individuais e/ou partidários o que enfraquece as decisões pela efetivação das políticas. Espera-se que os mesmos atuem de forma justa mediante

o poder que lhes foi conferido pela sociedade através do voto. Arendt (2009) reflete sobre a questão do poder afirmando que:

[...] corresponde à habilidade humana não apenas para agir, mas também para agir em concerto. O poder nunca é propriedade de um indivíduo; pertence a um grupo e permanece em existência apenas enquanto o grupo se conserva unido. Quando dizemos que alguém está ‘no poder’, na realidade nos referimos ao fato de que ele foi empossado por um certo número de pessoas para agir em seu nome. A partir do momento em que o grupo do qual se originara o poder desde o começo (*potestas in populo*: sem um povo ou grupo não há poder) desaparece, ‘seu poder’ também se esvanece (Arendt, 2009, p. 60-61).

Nesta lógica podemos refletir sobre a forma de se garantir eleição e governabilidade, que está na conjunção de pares e números partidários constituídos em determinado momento eleitoral. A proporcionalidade aumenta na medida em que o convencimento político insurge junto aos interesses dos segmentos partidários, afim de que o poder executivo obtenha uma “maioria” no parlamento. Sem as coligações, ou seja, sem essa maioria não se elege, não se governa e dificilmente se efetivam políticas no parlamento e isto faz parte das relações políticas. O risco desta ação política é transformar-se em uma forma de violência baseada nos interesses pessoais e na manutenção do “poder” distante do debate sobre as políticas que devem ser implementadas, em favor da sociedade, abrindo espaço para desmandos e corrupção. Aqui sobram absurdos e ausência de ética.

Esse tipo de violência resulta no aumento da desigualdade, da fome, de óbitos hospitalares, população em situação de educação precária, elevado índice de violência envolvendo jovens, entre tantas outras questões sociais. São questões que refletem a violência política e também do estado. Tudo parece estar pautado em “mistérios do governo”, como aponta Arendt (2013), ou seja, “a falsidade deliberada e a mentira descarada, são usados como meios legítimos para alcançar fins políticos (...). A veracidade nunca esteve entre as virtudes políticas e mentiras sempre foram encaradas como instrumentos justificáveis nestes assuntos” (p.14-15).

Segundo Santos (2011), no tocante à questão do poder político e da violência, Arendt entende que esses dois fatores, apesar de caminharem juntos com alguma frequência, têm distinções. Arendt aponta o poder político como algo

que precede sobre a violência e analisa a “violência política pelo viés de sua concepção original de poder” (Santos, 2011, p.2).

Com base nas reflexões sobre poder realizados por Hannah Arendt, Santos (2011) nos aponta uma definição muito pertinente à realidade política. Para a autora “a originalidade da concepção do poder, em Hannah Arendt, está em situar à fonte de todo o poder não nas leis, nem na quantidade de implementos de violência para perpetuar a dominação, mas no povo” (Santos, 2011, p.4). Essa reflexão vem de encontro à realidade parlamentar e a sociedade, uma existência política relacionada na aproximação democrática e na participação popular.

Hannah Arendt dignifica o que a autora aponta como “caráter coletivo e criativo do poder” cujo “consentimento, uma vez atribuído, não é definitivo e imutável, ao contrário, precisa ser cotidianamente atualizado (...) o poder pertence a um grupo” (Santos, 2011, p.4). Estamos falando do poder legislativo que com sua estrutura organizacional e atribuições faz funcionar o processo decisório, deliberando propostas legislativas através de projetos de leis, leis complementares, projetos de resolução e emendas, em parceria com seus pares ou individuais.

Considerando os pontos acima entendemos ser possível avaliar o caráter decisório do parlamento e do seu poder político para a formulação de políticas. Por isso, o seu discurso deve vir ao encontro dos direitos da sociedade, para isto foi confiado este poder. Segundo Santos (2011) as reflexões de Arendt “apontam para uma nova concepção de poder fundada na ação política de homens reunidos e na palavra ou no discurso” (p.7).

Sendo assim, citando um segmento importante, que diz respeito à efetivação de políticas para a juventude, um bom exemplo de atuação dos parlamentares é a luta pela efetivação das políticas para educação de qualidade. Essa “corrente política” pela educação vem nos discursos de campanha de todos os candidatos ao parlamento e ao poder executivo.

Considerando a educação como um “escudo protetor” da juventude no combate à violência, a recente pesquisa de Daniel Cerqueira<sup>1</sup> e Danilo Santa Cruz

---

<sup>1</sup> Daniel Cerqueira é Diretor de Estudos e Políticas de Estado do Instituto de Pesquisa Econômica Avançada (Ipea).

Coelho<sup>2</sup>, a Nota Técnica Nº 15 do Instituto de Pesquisa Econômica Avançada (IPEA) sobre a redução da idade de imputabilidade penal, educação e criminalidade, aponta:

Com base nos dados originais do Sistema de Informações sobre Mortalidade, que entre junho de 2009 e julho de 2010 houve 45.934 homicídios no Brasil que acometeram homens entre 15 e 70 anos de idade. Com base em nosso exercício contrafactual, o número de assassinatos diminuiria em 22.442 casos. Tendo em mente que em 2010 ocorreram 53.016 homicídios, no total, isto implica dizer que a universalização do ensino médio para pessoas com mais de 15 anos de idade – e todo o conjunto de circunstâncias que esse fenômeno represente – teria o efeito de diminuir em 42,3% o número de homicídios no país. (Cerqueira & Coelho, 2015, p. 17).

O Jornal Correio Braziliense<sup>3</sup> fez menção à referida pesquisa constatando aspectos econômicos fundamentais:

É muito mais caro manter um jovem no sistema prisional do que na Escola. Um ensino de qualidade é um investimento que beneficia a produtividade das pessoas e do país. Jovens sem acesso a educação ficam à margem da sociedade. E para serem vistos como iguais passam a desejar bens de consumo que não podem ter. Com menos oportunidades de emprego e consequente restrição de renda, passam a buscar recursos no tráfico de drogas ou em roubos.

Marlova Noleto<sup>4</sup> reitera que “essas são as principais pontes entre jovens com baixa escolaridade e a criminalidade. Os excluídos têm os elos de pertencimento com a sociedade muito frágeis, e ficam isolados do sistema. Por não se encaixarem, podem acabar sendo atraídos para o crime”<sup>5</sup>.

No entanto, o estado do Rio de Janeiro investe fortemente em política de segurança pública. A matéria exclusiva do jornal Extra<sup>6</sup> informou que a soma dos orçamentos da polícia militar, polícia civil e da Secretaria de Segurança aumentaram 215,6% de 2007 até o ano de 2015. Com gasto total de R\$ 35 bilhões ao longo de nove anos e meio até o final do primeiro semestre de 2016. O ano de 2007 marcou o início de José Mariano Beltrame à frente da Secretaria de

<sup>2</sup> Danilo Santa Cruz Coelho é Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest) do Ipea.

<sup>3</sup> Correio Braziliense de 06 de janeiro de 2016.

<sup>4</sup> Marlova Noleto é Diretora da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) no Brasil.

<sup>5</sup> Fonte: [www.todospelaeducacao.org.br](http://www.todospelaeducacao.org.br)

<sup>6</sup> MARINATTO, L. Com Beltrame, Secretaria de Segurança teve orçamento recorde e ultrapassou Educação e Saúde. Jornal Extra, Rio de Janeiro, 07 jul 2016. Fonte: [extra.globo.com/casos de polícia](http://extra.globo.com/casos-de-policia).

Segurança do estado do Rio de Janeiro (SESEG), gestão dos governos Cabral e Pezão. Segundo a matéria, neste mesmo período o valor destinado a Secretaria estadual de Educação foi de R\$ 32 bilhões e para o Fundo estadual de Saúde foi de R\$ 30 bilhões. O peso orçamentário está na segurança pública?

Discutir política é discutir os rumos sociais, culturais e econômicos de um estado, não obstante, os rumos de uma nação. O estado do Rio de Janeiro como território e sua funcionalidade deve promover bens e direitos, obtidos constitucionalmente. E o parlamento, como fiscalizador do executivo estadual, cuja tendência funcional está em ser político administrativo, pode prever suas ações na lógica do ordenamento constitucional e jurídico. Na atual conjuntura do estado “*em crise*” vemos no cenário político acontecimentos de corrupção envolvendo parlamentares e pessoas de instituições privadas. Isso nos leva ao pessimismo pondo o parlamento em descrédito, tendo como consequência o esvaziamento da política e a descaracterização da representatividade.

Contudo, a política faz parte do homem e o parlamento faz parte da política. No espaço do parlamento encontramos diversos pensamentos ideológicos. Para Arendt “A política baseia-se no fato da pluralidade dos homens” no sentido de organização do “convívio dos diferentes” e acrescenta que o surgimento da política não está no homem, “mas sim entre os homens”. Para a autora, esses “são pressupostos necessários para o surgimento de um espaço entre os homens, onde só então se torna possível a política, a verdadeira política” (Arendt, 1999, p.8-9).

Os diversos preconceitos são expressos quando ouvimos que no parlamento “são todos farinha do mesmo saco”, “estão ali para enriquecer”, entre outros. São preconceitos recorrentes e fazem parte de cada um de nós “No entanto esses preconceitos não são juízos definitivos. Indicam que chegamos em uma situação na qual não sabemos, pelo menos ainda, nos mover politicamente” (Arendt, 1999, p.25), assim oferecemos a liberdade para as ações políticas no parlamento e nos governos executivos, sem fazer valer a participação popular e força do voto.

A liberdade que Arendt reflete está na ‘pluralidade humana’, como ‘condição básica da ação e do discurso’, pois, segundo a autora, na distinção humana está contida a necessidade “do discurso e da ação para se fazer compreender”, pois, “o discurso e a ação revelam essa distinção única” (Arendt, 2010, p.219-220). Mas existem as nuances da coisa política, isto é, as ideologias partidárias, as formações dos grupos políticos para conseguirem maioria na

decisão da causa debatida. Algumas transformadas em leis que nem sempre estarão de acordo com as diretrizes de direitos humanos.

Percebemos essa proposta no cotidiano do parlamento, a autora nos aponta:

A ação e o discurso são tão intimamente relacionados porque o ato primordial e especificamente humano deve conter, ao mesmo tempo, resposta à pergunta que se faz a todo recém-chegado: “Quem és?” Essa revelação de *quem* alguém é está implícita tanto em suas palavras quanto em seus feitos; contudo, a afinidade entre discurso e revelação é, obviamente, muito mais estreita que a afinidade entre ação e revelação, tal como a afinidade entre a ação e início é mais estreita que a afinidade entre discurso e início, embora grande parte dos atos, senão a maioria deles, seja realizada na forma de discurso. De qualquer modo, desacompanhada do discurso, a ação perderia não só o seu caráter revelador, como, e pelo mesmo motivo, o seu sujeito, por assim dizer [...] A ação muda deixaria de ser ação, pois não haveria mais um ator; e o ator, realizador de feitos, só é possível se for, ao mesmo tempo, o pronunciador de palavras. A ação que ele inicia é humanamente revelada pela palavra, e embora seu ato possa ser percebido em seu aparecimento físico bruto, sem acompanhamento verbal, só se torna relevante por meio da palavra falada na qual ele se identifica como o ator, anuncia o que faz, fez e pretende fazer (Arendt, 2010, p.223).

A posição parlamentar está designada a encaminhar transformações sociais de sucessos ou insucessos, o parlamento gera consequências sociais importantes, seus discursos e suas ações, tem a capacidade de conceber ideias, a partir da elaboração de suas propostas e projetos, que vão para o centro do debate político e a repercussão de suas ideias, podem promover uma “reação em cadeia”, como ressalta Arendt (2010), pois, “todo processo é causa de novos processos” (p.238).

Pensar em política, além de pensar no poder legislativo, é pensar no poder executivo e no poder judiciário constituído. Nesses setores é possível apostar em algo novo, sem pessimismo, considerando que o poder executivo, além do aspecto político funciona como caráter administrativo, do ponto de vista da “coisa pública”. A ação do poder executivo entrelaçada com a ação do parlamento e do poder judiciário dá sentido ao objeto desta reflexão, a análise do discurso dos parlamentares frente à grave demanda social que é a violência envolvendo a juventude.

## 2.2.

### **A Violência envolvendo a juventude, sobretudo negra, pobre e moradora de favela no estado do Rio de Janeiro**

Para Regina Novaes (2007) na discussão sobre o conceito de juventude no contexto de sociedade moderna está em ser “compreendida como um tempo de construção de identidade, com variações dos limites de idades e de definição de projetos de futuro” de modo que “juventude é a fase da vida mais marcada por ambivalências, com grandes expectativas de emancipação”. No tocante a serem “sujeitos de direitos”, a autora aponta este aspecto como “pressupostos para o desenho e validação de Projetos e Ações voltadas para esse segmento populacional” (p.7).

Ao pensar a juventude, o fazemos, considerando os jovens como sujeitos de direitos, cidadãos e pessoa. Spósito (apud Waiselfisz, 2014, p.16) relata que “trata-se de saber se a juventude existe como grupo social relativamente homogêneo, ou se ela é apenas uma palavra”. Waiselfisz (2014) indaga a respeito da identidade da juventude que “trata-se de mera categoria analítica ou representa uma situação vital, uma condição social com características próprias?” (p.16). Novaes (2007) apresenta uma discussão sobre a “universalidade da categoria juventude” como significado de reconhecimento de sua história; para a autora, “definições sobre infância, juventude e maturidade foram ganhando conteúdos, contornos sociais e jurídicos ao longo da história, no bojo de disputas econômicas e políticas” (p.7).

Os aspectos acima referentes à compreensão do conceito de juventude simbolizam a diversidade de pensamentos sobre esse segmento da população e esse ator social. As faixas etárias para a compreensão do segmento juventude no Brasil estão bem definidas na legislação atualmente, tendo como base o Estatuto da Juventude (2013), onde se define jovens como: “as pessoas com idade entre quinze e vinte e nove anos” (p.9).

Embora a juventude seja compreendida por pessoas em construção de identidade; como sujeitos de direitos; portadora de sonhos e em processo de emancipação, frequentemente os jovens são impactados pela questão da violência.

A questão da violência juvenil sofre forte apelo da mídia, sobretudo, quando o ato violento é cometido por jovens ou adolescentes. A resposta é um elevado

número de pesquisas midiáticas, cujos resultados sugerem mudanças imediatas nas leis fortalecendo o retorno imediato do debate acerca da redução da maioria penal no Congresso Nacional. No entanto, pouco se divulga e se discute quando a vítima é jovem.

O alto índice de mortes de jovens vítimas de violência urbana me levam a investigar esse fenômeno muito fortemente presente no estado do Rio de Janeiro e na sociedade brasileira como um todo.

Pesquisas sobre o tema, apresentadas nos Mapas da Violência de 2013 e 2014, por Waiselfisz (2014), apontam que no Brasil os homicídios entre os jovens na faixa etária de “15 a 29 anos atingem especialmente jovens negros do sexo masculino, moradores das periferias e áreas metropolitanas dos centros urbanos”. Conforme a pesquisa, “mais da metade dos 51.198 mortos por homicídios em 2011 no Brasil eram jovens (27.471, equivalente a 52,63%), dos quais 71,44% negros (pretos e pardos) e 93,03% do sexo masculino” (p.9). Para Wirsig e Werthein (apud Abramovay, 2002) “entre os diversos problemas e questões cruciais que continuam a desafiar as políticas de desenvolvimento social na América Latina, seguramente uma das mais importantes é a da juventude”, para os estudiosos citados, “o expressivo contingente de jovens existentes no conjunto geral da população, somado ao aumento da violência” (p.9)

A violência sofrida pelos jovens perpassa a interface do diálogo com o parlamento estadual, visto que o Rio de Janeiro é um estado onde o índice de violência juvenil permanece um grande desafio. Após pesquisa decenal, o mapa da violência de 2014 pesquisando sobre homicídios de jovens brancos e negros apontou que “no ano de 2011 as taxas de homicídios no estado foram de 36,1% da população total negra, 73,4% da população jovem negra e 19,7% da população total branca e 35,8% da população jovem branca” (Waiselfisz, 2014, p.130). Destaca-se que a violência ocorre, sobretudo, em localidades de profunda vulnerabilidade social, muito alinhada a situação socioeconômica, onde o acesso aos direitos básicos, como saúde, educação, trabalho, cultura e lazer permanece limitado.

Para além de um debate político sobre políticas públicas e inclusão social é preciso observar os caminhos apontados pelos discursos parlamentares e sua intencionalidade. Observar a garantia orçamentária seria um ótimo caminho de prevenção à violência que o parlamento tem como ferramenta. O orçamento



público é um instrumento legal para o funcionamento do estado, garantido a prioridade e a cidadania juvenil. A partir do art. 165 da Constituição, que organiza as diretrizes do orçamento público, o parlamento pode propor políticas voltadas à juventude.

Para Manhas (2015), nos orçamentos “da União e do Distrito Federal, percebe-se que a juventude está ausente do planejamento nesses âmbitos” (p.10). No âmbito dessa discussão o autor reflete sobre a não execução das políticas e normativas vigentes, apontando para a insuficiência no atendimento das demandas e das ações “nominalmente destinadas à juventude” e que são “insuficientes para atender à grita especialmente das juventudes negras e periféricas”. Portanto, a votação do orçamento anual, em qualquer espaço legislativo, deveria ter esses “sujeitos de direitos” como prioritários, “compelindo o Estado a rever suas práticas no gerenciamento das Políticas Públicas”, conforme destacam estudos do grupo de trabalho “Impunidade”, da Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente (ANCED, 2006, p.85).

Abramovay (2002), juntamente com outros pesquisadores, estabelece uma relação entre violência e juventude e a questão da vulnerabilidade social, aspecto que caracteriza uma grande parte da população juvenil. A autora expande a questão da vulnerabilidade relacionada ao acesso às políticas públicas básicas para o bem estar social de uma população. No entanto, apesar dos avanços, em meio a “desafios e contradições” permanece o paradoxo das ações do poder público e as iniciativas à juventude. Segundo Novaes (2015) foi possível conquistar um

Maior número de secretarias e conselhos municipais e estaduais de juventude; a realização de Conferências Nacionais de Políticas Públicas de Juventude (2007 e 2011); a promulgação do Estatuto da Juventude (2013), bem como um maior número de programas e ações públicas voltadas para jovens (Novaes, 2015, p.5).

No entanto, a autora, relata as dificuldades de articulação das ações entre os entes federados na aplicação das políticas, segundo seu relato “reproduz o hiato entre formulação e aplicação de políticas públicas”, (Novaes, 2015, p.5) voltadas para a juventude.

Ao pensar o estado do Rio de Janeiro, a população juvenil e o parlamento estadual, entendemos a figura do parlamentar, como ator social de grande importância na interlocução com o poder executivo estadual referente à questão da

violência envolvendo juventude, sejam eles vítimas ou executores. Questão social grave, crescente e muito delicada. O parlamentar é capaz de intermediar, através do debate político, a correlação de forças em torno das questões de violência que envolve a população juvenil com o poder executivo estadual no contexto urbano.

Considero que esta seja uma questão de maior relevância. A correlação entre violência, juventude e parlamento é uma questão pouco analisada e fundamental a ser investigada e debatida. No ponto de vista do Serviço Social esse debate é muito importante, pois nos permite tecer análises acerca da garantia ou violações de direitos.

Um caminho para a reflexão sobre a relação entre juventude e violência na sociedade brasileira contemporânea está no mergulho em diversas fontes, autores e dados de institutos e laboratórios de pesquisa. Nessa linha, podemos destacar os Mapas da Violência, apresentados periodicamente por Waiselfisz, oficialmente apoiado pelo governo federal através da Secretaria Geral da Presidência da República, além do apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO).

### **2.3.**

#### **Por que os jovens negros?**

Peço licença para pequeno desvio autobiográfico: originário de favela, onde fui criado e vivi parte de minha juventude, e negro, recordo a questão da pobreza e desigualdade para além de minha atuação profissional. Ser negro e pobre no estado do Rio de Janeiro implica em frequentemente ser visto com um olhar distorcido por parte da sociedade.

Esta distorção e preconceitos somam-se à questão racial, a situação de pobreza e vulnerabilidade dos jovens negros e pobres. São preconceitos e estigmas que historicamente acompanham a população juvenil negra e principalmente aquela parcela que vive nas favelas. Coimbra e Nascimento (2003) em reflexão sobre o interesse a questão da produção de crianças e jovens perigosos, apontam algumas visões preconceituosas por parte de parcela da

sociedade, como são os “perigosos, violentos, criminosos e não humanos” e que a violência faz “parte de suas naturezas”.

Quase 130 anos após a abolição da escravidão no Brasil, ocorrida em 13 de maio de 1888, estamos discutindo sobre esta existência histórica do duro papel do negro na sociedade. As marcas da escravidão estão presentes na sociedade brasileira pela opressão e sua brutalidade que recai, sobretudo, na juventude negra. O Brasil incluiu na sua história o cenário escravocrata e a dureza deste feito trouxe marcas profundas ao longo do tempo. A violência, a brutalidade, o preconceito histórico ainda estão postos na sociedade brasileira. A abolição tornou-se incompleta quando não pautada em uma política inclusiva àqueles homens e mulheres escravizados, ao contrário, tem suas raízes sob uma proposta pautada na economia, tendo o trabalho do negro como parte construtora do nosso país.

O Brasil foi o país que maior número de escravos importou. Cerca de 4 milhões de africanos foram recebidos aqui. É evidente que esse número em muito se amplia quando consideramos as crianças nascidas das escravas em terras brasileiras (...) A longa escravidão brasileira não se confunde com a escravidão colonial dos demais países. Aqui, o que tornou o país possível foi a escravidão. Ela domou com o suor e sobretudo o sangue do negro a hostil natureza tropical. O combustível que foi queimado para legitimar a escravidão colonial, antes de qualquer outro, foi o racismo” (Santos, apud Saboia, 2001, p.84).

O tráfico negreiro, segundo Santos (2001), caminhou por mais de três séculos livremente pelos mares atlânticos. Há que se pensar sobre esse processo sombrio da história brasileira. Dilemas sociais como o tráfico internacional de drogas, que vitimiza jovens através do consumo e envolvimento, a prostituição juvenil, infantil e de mulheres, que através de seus aliciadores, submetem as vítimas a toda sorte de violência e distancia de suas histórias, a barbárie do nazismo, que eliminou milhões de judeus, Santos (2001), considera que foram pequenos ao comparar com o tráfico negreiro.

Recentemente, no início do primeiro governo de Sergio Cabral (2007 – 2010), a imprensa fluminense apresentou, através do G1, matéria intitulada Governadores no G1, uma frase do então governador, em uma discussão sobre a violência envolvendo a juventude nas favelas do estado e ao retratar sobre a situação das mulheres e jovens moradores de favelas, dizia que “tem tudo a ver com violência. Você pega o número de filhos por mãe na Lagoa Rodrigo de

Freitas, Tijuca, Méier e Copacabana, é padrão sueco. Agora, pega na Rocinha. É padrão Zâmbia, Gabão. Isso é uma fábrica de produzir marginal", declarou <sup>7</sup>.

Historicamente esse pensamento político e social do referido ex-governador traduz o que Coimbra e Nascimento (2003) trazem em suas reflexões ao discutir sobre os “jovens perigosos” pautadas em diversos segmentos intelectuais e científicos como a medicina, a antropologia e a psicologia. Denunciam uma proposta de pesquisa no ano de 2007, coincidentemente, o mesmo ano da declaração do então ex-governador, cuja proposta seria para investigação do crânio de jovens que cometeram atos infracionais, para verificação das “bases biológicas dos que cometeram homicídios”, a proposta central seria de verificar o grau de delinquência desses jovens.

Outras questões são examinadas com a lógica de que os jovens que cometem ato infracional trazem

Existência de bandidos de nascença, os que já nasceram para o crime e vão praticá-lo de qualquer maneira (...) o delegado de polícia Sergio Paranhos Fleury, conhecido por sua participação em torturas a presos políticos durante a ditadura, vai dizer que ‘bandido era visto como um fenômeno da natureza’” (Benevides, 1983, p.56 apud Coimbra & Nascimento, 2003, p.4).

Essa manifestação de preconceito e violência do senhor Sergio Paranhos Fleury, em 1983, se alinha à frase do ex-chefe do executivo estadual, o senhor Sergio Cabral, em 2007. O referido delegado metaforicamente apresenta o seu pensamento higienista e preconceituoso. Diz ele que “numa ninhada de cachorro vai ter sempre o cachorrinho que é mau caráter, que é briguento e vai ter outro que se porta bem. O marginal é aquele cachorrinho que é mau caráter, indisciplinado, que não adianta educar” (Benevides, 1983, p.57 apud Coimbra & Nascimento, 2003, p.4).

O reflexo desses pensamentos está no alto índice de encarceramento no estado do Rio de Janeiro, no sistema prisional e sistema socioeducativo. O estado possui 49 estabelecimentos prisionais, incluindo unidades hospitalares, institutos de perícias, unidades psiquiátricas e 25 unidades socioeducativas, incluindo as unidades para cumprimento de medidas de internação e as de cumprimento de medidas de semiliberdade.

<sup>7</sup> FREIRE, A. Governador do Rio evoca livro de americanos que defendem tese de que interrupção da gravidez tem tudo a ver com violência pública. Fonte: g1.globo.com/noticias, 24 Out 2007.

No sistema carcerário do Rio de Janeiro, em junho de 2014, 27,8% eram brancos e 71,6% negros, na faixa etária entre 18 a 29 anos, totalizando 62% da população carcerária e no total nacional no mesmo período, 31% eram brancos e 67,1% eram negros. O Brasil é o 4º país no mundo que mais encarcera segundo dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Informações Penitenciárias - INFOPEN).

As reflexões históricas sobre a gênese deste processo excludente e discriminador, novamente nos faz retornar ao ano de 1888. Com o fim do estado escravocrata, os “escravos” tiveram que se submeter a uma lei criminalizante, gerada pelas classes dominantes e política, que não fortalecia a lógica da liberdade.

Rizzini (2008) nos recorda a representação de Deputados, membros da classe política da época, na defesa dos interesses dos proprietários de lavoura que buscaram o Ministério da Justiça para “exigir medidas do governo para garantir a defesa da propriedade e da segurança individual dos cidadãos, já que estas, (...) estavam seriamente ameaçadas pelas “ondas” de libertos, que supostamente vagavam pelas estradas a ‘furtar e rapinar’” (Rizzini, 2008, p.66 apud Chalhoub, 1986, p.41).

A proposta de repressão se alimenta pela força de quem detém o poder e se organiza para a aplicação das normas junto ao poder legislativo. Seria a legalização do ordenamento público, pois, aqueles pobres eram vistos como “massa única, ignorante e perigosa”.

Ainda em 1888, dois meses depois de assinada a Lei nº 3.353, que libertava os escravos, tramitava na Câmara dos Deputados um projeto elaborado por Ferreira Vianna, então Ministro da Justiça e Negócios Interiores, cujo título não poderia ser mais sugestivo: “Repressão da ociosidade ou sobre a instituição dos ‘termos de bem viver’” (Projeto nº 33-A, 1888) (Rizzini 2008, p.66).

O referido projeto visava coagir para o trabalho, os vistos como aptos, e reprimir, através da legalização desta lei, os supostos infratores. Assim se manteria a ordem, através da “justiça” e da voz do parlamento naquele momento histórico. A liberdade foi ferida de morte, o questionamento da autora está em “como lidar com os trabalhadores acostumados a uma ordem escravocrata, e agora livres, de modo que adquirissem o gosto pelo trabalho” (Rizzini, 2008, p.67) tarefa difícil, e na existência da visão negativa das elites neste processo de

liberdade, pois os libertos eram vistos como os “indolentes” e “avessos ao trabalho”. O processo histórico estabelecido pela “herança escravista”, tomam ainda no século XXI, um caráter de resistência ao domínio da lógica do capital, do mercado e do ambiente político brasileiro.

Ser negro no Brasil continua sendo um desafio, embora, muitas políticas apontam para uma valorização e dignidade. É o caso da política de cotas nas universidades públicas, também os programas do Financiamento Estudantil (FIES), que substituiu o Crédito Educativo (CREDUC), a quase extinção dos vestibulares das universidades públicas para a criação e implantação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

No final do segundo mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso, ganha força nos movimentos sociais os pré-vestibulares comunitários, com rica participação de Frei Davi, uma liderança ativa no movimento dos pré-vestibulares. O objetivo é a inclusão de negros nas universidades. Este processo nasce do clamor do movimento negro e obteve maior visibilidade durante o governo de Lula. Claro, este movimento e essas conquistas incomodaram as grandes mídias que fortaleceram o senso comum no sentido de questionarem a necessidade de tal inclusão. Sodré (2017) traduz essa relação como “mexer em um vespeiro, previa-se uma ‘guerra racial’ a curto prazo”. O autor define muito bem a mídia, como “o intelectual coletivo das classes dirigentes, embora com brechas e fissuras Seu ideário procede de uma elite diversificada, composta por gente razoavelmente culta: economistas, letrados, professores e jornalistas, majoritariamente brancos, educados em escolas adequadas ao transe do vestibular para cursos superiores” (Sodré, 2017, p.6).

## 2.4.

### **Uma análise dos Mapas da Violência de 2013 e 2014**

Os Mapas da Violência de 2013 e 2014, com uma abordagem nacional, trouxeram dados graves, com índices alarmantes no que tange juventude e violência, o que nos leva a refletir sobre a necessidade de reafirmar e ampliar as políticas acerca dessa questão social. O Mapa da Violência: Homicídios e

Juventude no Brasil ano 2014 apresenta dados de uma década, dos anos 2001 a 2011, e revela a respeito de raça e cor: “uma acentuada tendência de queda no número de homicídios na população branca e de aumento do número de vítimas na população negra. Essa tendência se observa tanto para o conjunto da população quanto para a população jovem” (Waiselfisz, 2014, p.120). Neste mesmo período foi constatada crescente e rápida vitimização de jovens negros. Observando as considerações do autor verificamos:

- *Em todas as faixas juvenis, observamos significativas quedas nas taxas brancas, principalmente nas faixas acima dos 20 anos, com quedas em torno de 73% na década analisada. A menor queda, acontece na faixa dos 25 aos 29 anos: 53%, mas ainda bem expressiva.*
  - *Entre os jovens negros, na faixa dos 15 aos 29 anos, as taxas ficam relativamente estagnadas – crescem só 4,2%:*
    - *só aumentam – 29,1%, na faixa de 15 a 19 anos;*
    - *41,7% na faixa dos 20 a 24 anos caem 1,5%;*
    - *dos 25 aos 29 caem 14,6%.*
- Com esse diferencial evolutivo, a vitimização de jovens negros cresce vertiginosamente:*
- *na faixa de 15 a 19 anos, passa de 80,8 para 173,0: crescimento de 226,9%;*
  - *na faixa de 20 a 24 anos, passa de 86,9 para 171,2: crescimento de 193,0%;*
  - *na faixa de 25 a 29 anos, passa de 66,0 para 137,7: crescimento de 216,0%.”*
- (Waiselfisz, 2014, p.123)

Segundo o autor:

Efetivamente, no início do período analisado, as taxas de homicídio dos brancos era de 21,5 por 100 mil brancos. A de negros, 36,5 por 100 mil negros. Assim, em 2001, o índice de vitimização negra foi de 69,4: morreram proporcionalmente 69,4% mais negros que brancos. Em 2011, esse índice sobe para 136,8. A vitimização negra, no período de 2001 a 2011, cresceu 193%. (Waiselfisz, 2014, p.120)

No mesmo Mapa, o autor afirma que “a vitimização homicida no país é notada e fundamentalmente masculina. A feminina representa aproximadamente 8% do total de homicídios, mas com características bem diferenciadas da mortalidade masculina” (p. 105).

Os dados apontados revelam o crescimento da violência entre os jovens, sobretudo, os de sexo masculino, negros e moradores das favelas e periferias demonstrando o quanto é preocupante o futuro desta juventude.

Peres, Cardia e Santos (2006) debruçaram-se sobre o estudo “Homicídios de Crianças e Jovens no Brasil”, e apontaram que

Muitos estudos buscam caracterizar o perfil sócio-demográfico e socioeconômico das vítimas. Ao contrário do que se poderia pensar, não há vítimas aleatórias ou ocasionais. Embora, no estágio da evolução do crime e da violência, no Brasil, as vítimas possam ser encontradas em todos os grupos sociais, é em determinados grupos que as taxas são proporcionalmente mais elevadas e acentuadas. Trata-se de grupos mais vulneráveis, mais expostos à violência, inclusive, não-fatal, e mais associados aos comportamentos de risco. Compreendem adolescentes e jovens adultos na faixa de 15 a 29 anos, do sexo masculino, proporcionalmente, mais representados entre negros e aqueles habitantes dos bairros que compõem a chamada periferia das regiões metropolitanas (Cardia & Santos, 2006, p.33).

Em relação às mortes por causas externas, como os homicídios e acidentes de transportes, Waiselfisz (2014) apresenta os seguintes dados registrados pelo Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde (MS):

Em 1980, as causas externas já eram responsáveis pela metade exata – 50,0% – do total de mortes dos jovens no Brasil. Em 2011, dos 75.455 óbitos juvenis registrados pelo SIM, 52.427 tiveram sua origem nas causas externas, fazendo esse percentual se elevar de forma drástica: em 2011, acima de 2/3 de nossos jovens – 69,5% – morreram por causas externas (p.24).

Considerando o longo período de 1980 a 2011, entre os jovens, 62,6% das mortes devem-se a causas externas. Na população não jovem esse percentual representa só 8,1% das mortes acontecidas. Se na população não jovem só 2,0% dos óbitos foram causados por homicídio, entre os jovens, os homicídios foram responsáveis por 28,5% das mortes acontecidas no período de 1980 a 2011 (Waiselfisz, 2014, p.31).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ao analisar as Estatísticas do Registro Civil de 2014, “O óbito por causas externas, além de ser extremamente diferencial por sexo, também o é por idade. O grupo etário em que essa diferença se torna mais evidente é o de 20 a 24 anos. Nesse grupo, em 2014, o número de óbitos masculinos foi 4,9 vezes maior que o observado na população feminina”. (IBGE, 2014, p. 30).

O Mapa da Violência 2014 apresenta ainda a média nacional de mortes por causas externas



Em diversos estados, como Alagoas, Bahia, Paraíba, Rio Grande do Norte, Espírito Santo e Distrito Federal mais da metade do total de mortes juvenis foram provocadas por homicídio. No grupo não jovem, os homicídios passam de uma taxa de 8,5 em 100 mil, em 1980, para 117,6, em 2011: crescimento de 107,8%. Entre os jovens no mesmo período, passa de 19,6 para 53,0: crescimento de 171%. Acidentes de transporte são responsáveis por mais 19,9% dos óbitos juvenis, e suicídios adicionam ainda 3,9%. Na população não jovem, acidentes de transporte originaram 2,7% e suicídios 0,6%.

“Em conjunto, essas três causas são responsáveis por quase 2/3 (63,4%) das mortes dos jovens brasileiros. Entre os não jovens 5,0%.” (Waiselfisz, 2014, p.32).

Neste ponto, no que diz respeito a “causa morte” somos levados a refletir também sobre os noticiários veiculados nos meios de comunicação que denunciam ações violentas de agentes do Estado, entre eles, policiais, guardas municipais e agentes do Sistema Sócio Educativo. Como exemplos recentes o caso do assassinato de dois jovens em Acari que vitimizou também uma adolescente dentro de uma escola pública e o caso do assassinato de um jovem adolescente, preso e sequestrado no Centro do Rio e levado ao alto do Jardim Botânico onde foi supostamente assassinado. Entre outros.

## **2.5.**

### **Juventude e a criminalização da pobreza**

A criminalização da pobreza, muito difundida pelas classes econômica e socialmente dominantes, esconde a verdadeira necessidade de se estabelecer o debate sobre as causas da pobreza e da desigualdade no Brasil e no estado do Rio de Janeiro. A começar pela distribuição espacial do estado, pois, como afirmam Preteceille e Valadares (2000) “muito embora renda e educação sejam dimensões centrais na diferenciação social, não se deve negligenciar a dimensão espacial da desigualdade que se manifesta pelas diferentes modalidades de segregação socioespacial” (p.459).

A relação em que se constitui a pobreza e a miséria segue um padrão capitalista que favorece a desigualdade, por conta da acumulação de bens. Em razão disso, Yazbec (2012) compreende que “os pobres, produtos dessas relações,

que produzem e reproduzem a desigualdade no plano social, político, econômico e cultural” (p.289). Para a autora, o predomínio do capital nas relações sociais expõe as classes sociais e define a condição de pobreza de acordo com suas “crenças, seu modo de se expressar e seu comportamento social”, distribuindo aspectos de negatividade e de pessoas “indesejáveis” de acordo com a situação de classe e condição social dos sujeitos.

Sendo assim, podemos afirmar que a acumulação como responsável pela pobreza, com base no poder econômico, reforça a condição de dominados e dominadores. A naturalização deste fenômeno é objeto de um domínio de classes socialmente construído, cujas consequências estão na cultura do não trabalho, com o desemprego crescente, o aumento da informalidade, precarização do trabalho e dos programas de investimento em moradia e educação de qualidade, entre outros.

Hoje, a desconfiguração dos programas sociais, que contribuíram minimamente para a diminuição da pobreza e miséria, colocam em risco a vida social dos mais pobres e pode vir a retirar os direitos sociais básicos para a vida da população socialmente desfavorecida.

Yazbec (2012) discute as reflexões de alguns autores que nos ajudam a compreender as consequências das novas propostas de reforma econômica e social para a população mais pobre deste país. As considerações estão organizadas em torno dos conceitos de anulação e manutenção da desigualdade:

Para Zaluar (1985, p.35), sobre eles vem recaindo ‘grande parte da culpa pela ausência de mudanças significativas’ nas sociedades em desenvolvimento (...) Para Sarti (2003, p. 36) o que se observa é a acumulação do pobre como sujeito, e para Telles (1992, p.3) a pobreza é traçada como uma realidade em negativo, uma espécie de limbo para onde são projetadas as carências, as precariedades, as minoridades e os atrasos do país (Yazbec, 2012, p.292).

Refletir sobre a questão da criminalização da pobreza em nosso estado é pensar na questão da violência que incute na pobreza a gênese da criminalidade, consequentemente, responsabiliza uma parcela da sociedade por todos os seus maus feitos. Essas concepções crescem através de uma “cultura da pobreza”, que responsabiliza os pobres por conta dos seus “limites culturais”, como aponta Montañó (2012):

(...) a miséria, a pobreza e todas as manifestações delas, não como resultado da exploração econômica, mas como fenômenos autônomos e de responsabilidade individual ou coletiva dos setores por elas atingidos. A “questão social”, portanto, passa a ser concebida como “questões” isoladas, e ainda como fenômenos naturais ou produzidos pelo comportamento dos sujeitos que os padecem (Montaño, 2012, p.272).

A forma criminalizante de ver a pobreza insere a questão punitiva do sujeito pobre. Parte da sociedade enfrenta a pobreza na linha do ajustamento ao sujeito desajustado socialmente. Tudo o que envolve falta de oportunidade está relacionado a discriminação e na moral, cuja proposta vincula-se ao preconceito e define o pobre como aquele indivíduo com “déficit educativo, problema de planejamento orçamentário familiar e problemas de ordem moral-comportamental (malgasto dos recursos, tendência ao ócio, alcoolismo, vadiagem, etc)” (Montaño, 2012, p.272).

Este aspecto moralizador pode colocar muitos jovens, adolescentes e crianças em uma antiga e constante ordem da moral, isto é, em abrigos, sistema socioeducativo e sistema penitenciário, locais utilizados para ajustar o indivíduo, conforme a visão higienista. Esta lógica da necessidade de alteração do comportamento dos pobres remete a um equívoco que torna criminoso um indivíduo pelo fato de ser pobre. São essas relações que provocam questionamentos e o enfrentamento para o exercício da prática dos direitos humanos.

Pensando nessas relações sociais existentes no estado do Rio de Janeiro, as favelas e os morros surgem como pontos de observação do crescente tecido social desta desigualdade, pois são locais de profunda concentração de pobreza. A sociedade precisa refletir sobre esse dilema sistêmico de responsabilizar os jovens mais pobres pela violência, que é crescente, no país e no estado. A criminalização da pobreza, para além de uma questão socioeconômica, condena aos calabouços do sistema carcerário e “socioeducativo” uma juventude vítima do sistema político, econômico e social estabelecido pela lógica do poder do capital. Recentemente, a redução da maioria penal tem sido apresentada como solução à questão da violência juvenil.

Entretanto, há razões suficientes para a defesa da não redução da maioria penal. Freixo (2013) apresenta dados de pesquisa obtidos pelo Movimento 18 Razões para a Não Redução da Maioridade Penal. Segundo a pesquisa, no “Brasil,

apenas 10% do total de infratores são adolescentes índice abaixo da média internacional, de cerca de 12%. Em caso de homicídios, os jovens representam menos de 2%, estes correspondem a 0,013%” (p.6).

Levantamentos obtidos pela Secretaria Especial de Direitos Humanos, referentes a atos infracionais de adolescentes e jovens com base na média nacional, apontam informações relevantes com relação ao tema e nos fazem refletir sobre a dura realidade da questão da privação de liberdade e do sistema de encarceramento.

No ano de 2013 o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) levantou que os atos infracionais estavam em 23.193 para o quantitativo de 23.066 adolescentes em restrição e privação de liberdade dentro da média nacional. No levantamento viu-se em termos percentuais que do total de atos infracionais naquele ano, 10.051 (43%) correspondem a análogo a roubo, 5.933 (24,8%) correspondem como análogo ao tráfico de drogas e 9,23% foi registrado como homicídio. Estando o Rio de Janeiro em quarto lugar na média nacional.

Com relação ao número de atos infracionais e o número de adolescentes e jovens em restrição e privação de liberdade um percentual superior, que o levantamento identificou como possibilidade de ampliação na atribuição do ato infracional a uma mesma sentença para a aplicação da medida socioeducativa. Vejamos os gráficos deste levantamento conforme a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

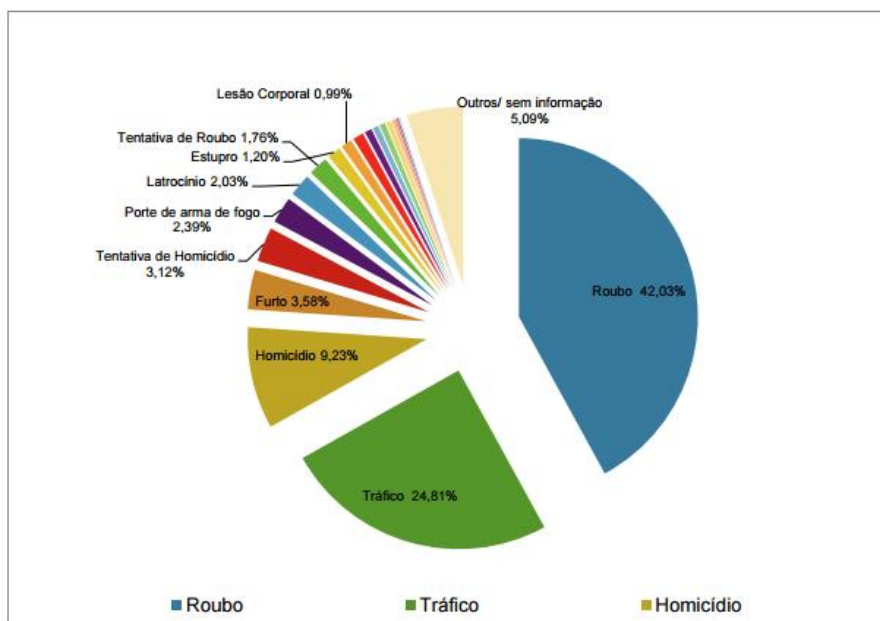


Figura 1- Atos Infracionais – Total Brasil (2013).

Fonte: Levantamento Anual SINASE – SDH.

Especificamente no que se refere a atos infracionais análogos a crimes contra a pessoa (homicídio, latrocínio, estupro e lesão corporal), os dados mostram uma leve oscilação que não define tendência na série histórica desde 2011, conforme pode ser observado na tabela a seguir. (Levantamento Anual SINASE SDH, 2015, p. 27)

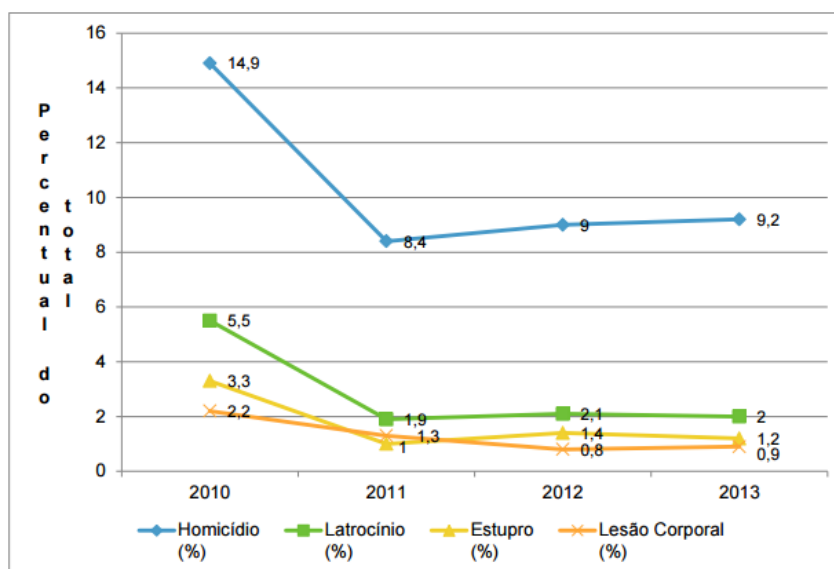


Figura 2- Porcentagem de Atos infracionais contra a Pessoa Total Brasil (2010-2013).

Fonte: Levantamento anual SINASE – SDH.

A tabela a seguir traz o registro anual para 2013 de atos infracionais registrados no país, observando-se a distribuição por Região e por UF (Levantamento Anual SINASE - SDH, 2015, p.28).

Atos Infracionais		Por Região e UF																						
	UF	Roubo	Trafico	Homicídio	Furto	Tentativa de Homicídio	Porte de arma de fogo	Latrocínio	Tentativa de Roubo	Estupro	Lesão Corporal	Burca e apreensão	Ameaça de morte	Tentativa de Latrocínio	Recepção	Formação de Quadrilha	Dano	Atentado violento ao pudor	Porte de arma branca	Sequestro e cárcere privado	Estelionato	Outros / sem informação	Total	
NORTE	AC	129	45	50	62	52	16	15	0	9	5	2	5	0	5	2	1	1	3	0	0	5	407	
	AP	60	10	8	10	6	5	4	6	2	14	4	5	0	0	8	2	1	7	0	0	2	154	
	AM	42	18	16	14	5	5	8	1	2	8	0	3	1	2	0	2	0	0	0	0	12	139	
	PA	162	10	87	9	11	9	12	38	10	7	16	9	4	0	9	0	2	1	1	2	61	460	
	RO	61	12	11	36	6	9	10	34	1	12	10	5	12	4	0	5	0	6	0	0	2	236	
	RR	25	2	6	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	2	2	0	0	1	0	0	39	
	TO	84	18	20	6	1	2	0	0	3	2	0	4	1	0	0	0	2	0	0	0	0	143	
	AL	71	36	59	22	16	26	11	0	10	1	0	1	1	0	25	0	0	0	0	0	21	300	
NORDESTE	BA	210	94	83	82	20	40	10	0	27	13	6	6	6	3	9	4	5	4	1	0	25	648	
	CE	616	50	129	22	67	53	34	4	7	7	1	6	4	0	0	5	0	0	0	0	195	1200	
	MA	76	9	11	7	5	0	3	1	4	0	5	1	0	0	3	0	0	0	0	0	0	125	
	PB	74	48	100	48	52	57	15	24	11	24	4	39	0	0	22	1	0	8	5	0	55	587	
	PE	607	427	250	55	99	58	43	13	42	28	0	12	10	2	5	7	3	0	0	0	27	1688	
	PI	15	10	9	9	17	3	10	3	7	8	5	6	0	0	0	0	2	3	0	0	41	148	
	RN	27	8	24	7	6	7	6	0	5	6	3	0	0	0	0	0	2	0	0	0	51	152	
	SE	66	6	17	10	6	1	6	3	4	2	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	12	134	
CENTRO OESTE	DF	444	78	84	21	46	66	15	11	4	3	0	5	39	21	3	1	0	0	1	1	26	869	
	GO	204	12	68	10	21	1	15	5	6	0	0	1	2	0	4	1	1	0	0	0	5	356	
	MT	94	11	31	0	2	2	2	0	3	0	2	4	1	1	1	0	0	0	3	0	0	157	
SUDESTE	MS	52	31	25	21	6	2	14	5	1	0	7	0	0	0	1	0	0	0	1	0	5	171	
	ES	409	66	192	12	37	25	25	12	8	4	29	0	3	1	0	0	0	0	1	0	93	917	
	MG	647	242	221	26	119	39	54	36	11	10	26	0	0	2	0	4	1	0	1	0	131	1570	
	RJ	528	479	77	44	0	47	7	0	14	13	46	5	0	14	1	7	4	0	2	0	5	1293	
	SP	4414	3772	229	260	0	63	95	195	50	49	0	28	28	68	7	11	9	0	8	0	328	9614	
SUL	PR	395	240	180	25	62	18	16	27	11	11	57	5	5	2	0	3	2	0	0	0	13	1072	
	RS	413	144	162	10	69	11	42	2	22	7	0	0	6	0	0	1	1	0	0	0	96	986	
	SC	126	55	57	28	16	7	13	1	13	3	10	4	1	0	3	0	2	2	0	0	7	348	
BRASIL		10051	5933	2206	856	747	572	485	421	288	237	233	154	125	125	105	57	36	36	25	3	1218	23913	
% Ato		42,03%	24,81%	9,23%	3,58%	3,12%	2,39%	2,03%	1,76%	1,20%	0,99%	0,97%	0,64%	0,52%	0,52%	0,44%	0,24%	0,15%	0,15%	0,10%	0,01%	5,09%	100%	

Figura 3- Registro anual para 2013 de atos infracionais registrados no Brasil.

Fonte: Levantamento Anual SINASE – SDH (2015, p. 29).

Os dados acima enfraquecem a proposta da PEC 171/93 que altera a imputabilidade penal do adolescente de 16 anos e que restringe a redução da maioridade penal ao aspecto punitivo, esta PEC garante visibilidade aos jovens apenas quando cometem ato infracional o que não acontece quando os seus direitos e sua inserção cidadã são violados. Analisemos os Mapas da Violência de 2013 e 2014 e questionemos: Onde está a vítima e onde está a violação de direitos?

Cabe ressaltar a responsabilidade do poder legislativo em avaliar, a partir de dados concretos, se a redução da maioridade penal é a solução para o problema da violência estabelecida no Brasil e, em particular, no estado do Rio de Janeiro.

Todavia, há um debate a ser mantido por toda a sociedade. A proposta da referida PEC é fortalecida pela grande mídia quando esta informa atos infracionais enfocando apenas nos delitos, como por exemplo, a destruição das estações do BRT, os ônibus quebrados da linha 474 em Copacabana, os arrastões nas praias da zona sul do Rio de Janeiro. Percebemos pelas imagens que a maioria dos envolvidos são jovens e negros. Os casos das estações do BRT foram todos próximos de favelas ou morros e os ônibus da linha 474 têm seu destino próximo a uma favela.

Portanto há necessidade de rever esta proposta junto ao parlamento. Embora exista uma pré-disposição para a aprovação, o debate precisa ser fortalecido, sobretudo, quando pensamos na perspectiva de garantia de direitos. Discutir a redução da maioria penal implica em discutir também o sistema prisional brasileiro, em uma reflexão conjunta com os estados e municípios a fim de estabelecer a ordem. No entanto uma ordem legislativa, que garanta a “prioridade absoluta” para adolescentes, com base no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e “a promoção do bem-estar, da experimentação e do desenvolvimento integral do jovem”, com base no Estatuto da Juventude. Para isso, é necessário envolver o orçamento federal e dos estados para que o sistema socioeducativo funcione, proteja e inclua. Isso implica em definir que a verba destinada aos municípios tenha, como uma de suas aplicações, o investimento cultural e educacional para os jovens moradores das favelas.

### 3

## O debate político sobre a violência envolvendo a juventude no espaço público do parlamento do Estado do Rio de Janeiro

### 3.1.

#### A Comissão de Direitos Humanos e Cidadania e a emergência das tensões

Analisando os discursos e as ações políticas no âmbito do parlamento em relação à violência envolvendo a juventude, podemos compreender a maneira como essa violência se enquadra nos discursos de parlamentares. Todos os cidadãos podem ser vítimas da violência urbana? Sim. Todos os cidadãos podem ser vítimas da violência do Estado? Eis a questão.

Os depoimentos que analisamos são preocupantes. Quando uma autoridade pública do Estado, com séria função na secretaria de segurança pública relata que “um tiro em Copacabana é uma coisa; na Favela da Coréia é outra”<sup>8</sup>, ela revela uma lógica preconceituosa que criminaliza. Recentemente, uma notícia sobre atos de violência perpetrados, supostamente, por policiais militares contra um jovem negro, morador no Morro da Providência, ocupou os noticiários brasileiros. O Parlamento Fluminense decidiu encaminhar uma Central Parlamentar de Inquérito (CPI) a fim de apurar os fatos e debater sobre o famigerado “auto de resistência”, criação do Estado e fruto do despreparo do sistema de segurança pública.

O auto de resistência “é o termo utilizado pelos policiais, ao registrarem Boletim de Ocorrência, para definir as mortes e os ferimentos ocorridos em confronto com a polícia. Procedimento inicialmente regulamentado durante a ditadura militar pela Ordem de Serviço nº 803 de 02/10/1969 e publicado no Boletim de Serviço do dia 21/11/1969” (Leandro, 2010). “Instrumento jurídico criado durante a ditadura, o auto de resistência permite com que o policial tenha o direito de reagir de modo extremo a uma ameaça sem ser processado. A ação pode

---

<sup>8</sup> Jornal Extra: Beltrame: ‘Um tiro em Copacabana é uma coisa. Na favela da Coréia é outra’. Fonte: Reuters e O Globo online. Extra.globo.com/noticias. 23 out. 2007.



ser justificada apenas por testemunhos de agentes de segurança”<sup>9</sup>. Relacionado a esta questão, lemos na notícia de jornal a informação a seguir:

No dia 30 de setembro, um vídeo feito por moradores do Morro da Providência flagrou PMs alterando a cena de um crime após a morte de um jovem durante um confronto. Eduardo Felipe Santos Victor, de 17 anos, foi baleado durante uma operação. Três policiais então se aproximam do corpo. Um deles dá um tiro para o alto. Um outro pega uma arma que, depois de limpa, é colocada na mão do baleado e disparada para garantir as marcas de pólvora na pele. Com isso, eles garantiriam que o caso não seria investigado. Após o flagrante, a polícia anunciou que a Delegacia de Homicídios passaria a investigar todos os registros de auto de resistência (Jornal Extra, 07/10/2015).

Rolim (2007) discute a questão da violência policial sob uma lógica cultural que legitima a violência do Estado. Para o autor, “o emprego sistemático da tortura e a prática das execuções sumárias seguem sendo fenômenos presentes no cotidiano de uma nação onde o conceito de civilização ainda não se firmou” (p.35). O autor faz ainda uma reflexão sobre o trabalho policial, cuja atuação traz “marcante tradição anti-humanista pela qual a violência é naturalizada sempre que oferecida àqueles que habitam as margens das sociedades modernas, nomeados na subcultura policial como “vagabundos”” (p.35). Para Brodeur (2002, p.265), “a cultura policial está profundamente marcada pelas noções de retribuição, o que transforma, na prática, na ideia de que os infratores “merecem” um tratamento duro ou violento” (apud Rolim, 2007, p.35).

A abordagem policial abusiva no Morro da Providência levou o parlamento estadual a reagir através de sua maioria. A barbaridade nas ações dos agentes do Estado revelou as opiniões dos parlamentares distinguindo os grupos de interesses, seus pares e seus possíveis iguais levando-nos a refletir sobre a importância da discussão política quando o tema é violência e juventude. Como, por exemplo, a resistência do Deputado Estadual Flavio Bolsonaro à criação da CPI para investigar os abusos policiais. Em seu discurso, o referido parlamentar relata que a “criação da CPI viria se transformar em uma facada no pescoço da Polícia Militar (PM)”. No entanto, com 47 votos a favor e apenas um contra, a Comissão foi criada.

---

<sup>9</sup> SCHIMITT, L.G. Jornal Extra – Rio de Janeiro, 07 out 2015. Fonte: [Extra.globo.com/noticias/rio/alerj](http://Extra.globo.com/noticias/rio/alerj).

Mencionamos tais fatos para que observemos que nas divergências políticas e ideológicas surgem os pensamentos contrários e favoráveis às diretrizes de direitos humanos dos cidadãos. Contudo, os votos não autorizam políticos ou agentes públicos a sujeitar jovens moradores de favelas à violência e/ou à morte.

Para o Deputado Federal Alessandro Molon (2007) quando Deputado Estadual, debatendo sobre o crescente índice de mortes relacionadas ao “auto de resistência”, “essa cultura não tem servido para enfrentar de forma eficaz o problema da violência. Ao contrário, alimenta-se dela e a retroalimenta” (p.1). Na ocasião, o referido parlamentar, presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da ALERJ, em seu discurso e proposta apresentada ao Governo do Estado sobre segurança pública, encaminhou ao Poder Executivo estadual uma série de medidas protetivas pautadas nos direitos humanos. Entre elas a criação de um grupo de trabalho envolvendo as três esferas de poder executivo e a sociedade civil organizada; e a criação de um programa de proteção aos defensores dos direitos humanos, “para definição de estratégias” que garantam a “redução da letalidade das ações policiais” faz parte do conjunto de medidas propostas.

No estado do Rio de Janeiro são recorrentes os casos de violência envolvendo agentes do estado e as maiores vítimas são os jovens negros, pobres e moradores de favelas. Segundo o Relatório Anual de 2015, da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Alerj:

Em média, 28,4% dos crimes violentos letais intencionais acontecem nas capitais, incluindo as mortes por intervenção policial. Os dados do Fórum de Segurança Pública também revelam que o número de mortes decorrentes de intervenção policial representa 5% do total de mortes violentas intencionais. Entre 2010 e 2013, 1.275 pessoas foram assassinadas durante operações policiais na cidade do Rio de Janeiro. Isso significa que, a cada dois dias, houve um homicídio provocado pelas forças de segurança do Estado. Do total das vítimas, 99,5% eram homens, 79% eram negros e 75% tinham entre 15 e 29 anos de idade.

O Deputado Estadual Marcelo Freixo, atual Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da ALERJ, em 24 de maio de 2016, presidindo a CPI dos “autos de resistência”, discursou sobre o alto índice de pessoas mortas por operações policiais no estado do Rio de Janeiro, apesar de ter havido alguma redução.

As iniciativas parlamentares acima citadas fortalecem no parlamento ações favoráveis aos direitos humanos, na perspectiva de “provocar” o Poder Executivo a agir sob a égide constitucional de garantia da vida humana e dos direitos fundamentais. Com isso, de 2007 a 2016, a violência dos “autos de resistência” vem diminuindo, conforme relatado, contando com a participação de parte do parlamento estadual e o controle da sociedade civil organizada.

Mesmo não havendo consenso nos debates parlamentares nem amplo entendimento sobre o tema debatido, a violência contra a juventude, ou perpetrada por ela, deveria ser vista como um fenômeno político e não apenas como um fenômeno social. Se não for assim, continuaremos a ter votos que violam os direitos humanos e perpetuam a violência do Estado, e isso consistiria em violência política.

Portanto, o tema violência e juventude, a meu ver, deveria fazer parte constante da pauta parlamentar, referendada pela ordem do dia. O protagonismo juvenil pode e deve fazer parte desse importante processo de efetivação de leis e direitos. Para tal, as ações políticas e sociais devem garantir a humanização do direito e a diminuição da violência envolvendo a juventude.

Ninguém está isento da questão da violência. Ela atinge a todos. Pode-se afirmar que esse fenômeno sempre esteve presente entre os homens e constrange e afeta toda a humanidade. Em seu livro “Sobre a Violência”, relembramos o espanto de Hannah Arendt ao evidenciar que a violência “tenha sido raramente escolhida como objeto de consideração especial” (Arendt, 2009, p.23).

A questão da violência praticada por indivíduos organizados em grupos, e no caso da matéria supracitada, pelos agentes do Estado, é um ponto que merece destaque:

É perfeitamente verdadeiro que tanto nas ações militares quanto nas revolucionárias ‘o individualismo seja o primeiro (valor) a desaparecer’; em seu lugar, encontramos uma espécie de coerência grupal que é mais intensamente sentida e que prova ser um vínculo muito mais forte, embora menos duradouro, do que todas as variedades da amizade, civil ou privada. Com certeza, em todos os empreendimentos ilegais, criminosos ou políticos, o grupo, pelo bem de sua própria segurança exigirá ‘que cada indivíduo cometa uma ação irrevogável’ a fim de destruir as suas pontes com a sociedade respeitável antes que seja admitido na comunidade da violência. Mas, uma vez que um homem é admitido, ele sucumbirá ao encantamento inebriante da ‘prática da violência (que) amarra os homens em um todo coeso, pois cada indivíduo forma um elo violento na grande cadeia, torna-se uma parte do grande organismo da violência em expansão (Arendt, 2009, p.86).

É lamentável verificar que segmentos de dominação e “poder” coercitivo e violento, como o tráfico de drogas, as milícias e também os agentes do Estado, ainda dominam territórios mais empobrecidos.

O tráfico de drogas se organiza e se concentra, com uma perspectiva econômica, sob a égide do abuso e da intimidação; além de normalmente apresentar-se como um “sedutor” atrativo a jovens carentes das favelas e subúrbios de nossa cidade. Como lemos no depoimento de Soares e Guindane (2008),

Hoje, estamos diante de um genocídio de jovens pobres e negros, que morrem e matam em um enfrentamento autofágico e fratricida, sem quartel, sem bandeira e sem razão. Apesar de a maioria resistir, muitos jovens sem perspectiva e esperança, distante das oportunidades geradas pela educação e a cultura, sem lazer, esporte, afeto, reconhecimento e valorização, com suas autoestimas degradadas, acabam cedendo à sedução exercida pelo crime (Soares & Guindane, 2008, p.4).

As milícias, que também são um grupo criminoso, utilizam espaços semelhantes para estabelecer seu domínio coercitivo e intimidador. O sociólogo José Claudio Souza Alves<sup>10</sup>, no seu estudo sobre o surgimento dos grupos de extermínio na Baixada Fluminense nas décadas de 1970-80, “problematiza o fenômeno das milícias e os grupos de extermínio” como “mudanças na Economia Política do crime no Rio de Janeiro”. Para o autor, a semelhança evidente de membros do “aparato policial reconfigura uma nova relação com o crime” (Alves, 2008, p.33).

### 3.2.

#### **A pesquisa de campo na Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania**

Durante o segundo semestre de 2016 iniciamos um diálogo com a equipe da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania com o objetivo de discutirmos sobre a forma de iniciarmos a pesquisa no parlamento estadual. Este caminho foi interessante, pois abria espaço à forma metodológica da nossa pesquisa. Tínhamos

---

<sup>10</sup> José Claudio Souza Alves, sociólogo, professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e autor do livro: Dos barões ao extermínio: uma história de violência na Baixada Fluminense.

como objetivo os discursos parlamentares nos casos de violência envolvendo a juventude que tenham provocado o parlamento a incluir o tema na pauta de debate.

Estabelecemos contatos periódicos por telefone e mantivemos encontros semanais sempre que possível. Entretanto, no início do último trimestre o parlamento iniciou um período de debates sobre a situação econômica do estado, com foco sobre os direitos dos servidores públicos, dos estudantes estaduais do ensino médio, dos hospitais estaduais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, entre outras pautas. Momento de crise, de muitos debates e manifestações.

Nesta ocasião, decidiu-se fechar as entradas da Alerj para os visitantes e pesquisadores, ficando aberta apenas aos servidores daquela casa. Este entrave foi o momento difícil da pesquisa. Porém, aos poucos foi se organizando e as entradas foram sendo liberadas. Entregamos a carta de apresentação do Departamento de Serviço Social da Universidade (PUC-Rio) para ingresso oficial como pesquisador. Fomos muito bem recebidos e iniciamos as atividades previstas. Todos os momentos foram muito positivos, funcionaram sempre de forma acolhedora e dialógica, contribuindo para que pudessemos avançar. Tivemos bom acesso aos documentos.

A partir daqui, apresentamos o resultado de pesquisa realizada na Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania, na sala das Comissões, na biblioteca e no site da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Pesquisa qualitativa e documental.

Na Comissão de Direitos Humanos, tive acesso ao relatório anual das atividades desenvolvidas pela referida Comissão no ano de 2015, realizei entrevistas e informes sob a questão da segurança pública e pesquisei casos emblemáticos de violação de direitos humanos e informações sobre a violência em decorrência de intervenções policiais. A partir da leitura do referido relatório realizei buscas na Sala das Comissões de atas de audiências públicas relacionadas à referida Comissão com o objetivo de identificar aquelas que envolviam violência e juventude.

Na Sala das Comissões, foram selecionadas duas atas de audiências públicas realizadas pela Comissão de Direitos Humanos no ano de 2015 com foco em violência envolvendo juventude. A partir da seleção destas duas atas na Sala das

Comissões regressei à Comissão de Direitos Humanos e tive acesso às notas taquigráficas das referidas atas que consistem na íntegra dos discursos dos parlamentares e das pessoas da sociedade civil envolvidas nestas audiências públicas.

Na Biblioteca e no site da Alerj foi selecionado o debate em plenário referente à criação da CPI relacionada ao auto de resistência.

A partir das atas das audiências públicas e do debate em plenário que tratou da criação de uma CPI para investigar casos decorrentes dos “auto de resistência”, foi realizada a análise dos discursos dos parlamentares em relação à violência e à juventude. A partir destas informações, selecionei alguns destaques e procurei construir uma análise a partir do referencial teórico que me encaminhou a este trabalho.

### 3.3.

#### **Os casos debatidos nas audiências públicas selecionadas na pesquisa de campo, em que resultou?**

##### **a) Primeira Audiência Pública:**

Ata da 3ª Audiência Pública da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania realizada em 04 de maio de 2015, às 10 horas, no Complexo do Alemão, com o tema: “Violações dos Direitos Humanos no Complexo do Alemão e a Construção de Alternativas”. Segue, abaixo, integralmente, o resumo da ata desta audiência pública:

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA ATA DA 3ª AUDIÊNCIA PÚBLICA Aos quatro dias do mês de maio de dois mil e quinze, às dez horas, no Complexo do Alemão, reuniu-se a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania com a presença do Senhor Deputado Marcelo Freixo – Presidente, Martha Rocha, para tratar do tema: “Violações dos Direitos Humanos no Complexo do Alemão e a construção de alternativas”. Sua Excelência, o Presidente Deputado Marcelo Freixo, declarou aberta a 3ª Audiência Pública da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania, conforme convocação por edital publicado

em trinta de abril de dois mil e quinze. O Senhor Presidente iniciou a Audiência anunciando a presença de Denise Moraes, Tiago Mاتيولli, Marquinhos Pepe, Matheus Mendes, Guilherme Moreira, Cel. Íbis Silva Pereira, Rosana Mendes e dos Deputados Federais Reginaldo Lopes, Rosângela Gomes, Celso Jacob, Benedita da Silva, Jean Willis, Éder Mauro, Edson Moreira, Érika Kokay e Paulão. Sua Excelência, o Senhor Presidente, solicitou que fosse publicada, na íntegra, a transcrição taquigráfica da presente Audiência Pública. ENCERRAMENTO: A seguir, como não houvesse nada mais a tratar, e como ninguém quisesse fazer uso da palavra, o Senhor Presidente suspendeu a reunião, para que eu, Viviane Nicolau de Sousa da Rocha, Secretária, matrícula 201.666-5, lavrasse a presente Ata. Reabertos os trabalhos, foi a Ata lida, aprovada, tendo sido assinada por mim e pelo Senhor Presidente. Complexo do Alemão, em quatro de maio de dois mil e quinze. (a) Viviane Nicolau de Sousa da Rocha – Secretária – Mat. 201.666-5 (a) Deputado Marcelo Freixo – Presidente.

Cabe ressaltar que um dos objetivos desta Audiência Pública foi a questão da instalação de uma sede da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP)<sup>11</sup> em uma escola pública e as consequências desta decisão da Secretaria de Segurança, além dos casos de morte de jovens negros no Complexo do Alemão. O título “Violação de Direitos Humanos no Complexo do Alemão e a construção de alternativas” esclarece os motivos de realização da referida Audiência que contou com a presença de dez Deputados, entre Federais e Estaduais. Vejamos alguns discursos:

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania 3ª Audiência Pública  
Tema: **“Violações de Direitos Humanos no Complexo do Alemão e a construção de alternativas”** Realizada em 04 de maio de 2015 A SRA. TÂNIA MARA SALAZAR -  
Meus queridos, bom dia. Por gentileza, gostaria que se acomodassem da melhor maneira possível. Sei que não é o ideal, mas é o melhor que podemos fazer. (Pausa.)  
Eu gostaria de chamar o Deputado Marcelo Freixo para convidar as pessoas a compor a Mesa. Depois eu vou fazer uma fala. Está bem? Deputado, por gentileza. O SR. COORDENADOR (Marcelo Freixo) - Obrigado. Bom dia a todas e a todos. Eu gostaria de pedir a colaboração dos presentes. Se pudessem, eu gostaria de pedir que tentassem evitar conversas paralelas, porque esta audiência é de extrema importância. Mais uma vez, agradeço muito à direção da escola, à Tânia, por ter construído esta

<sup>11</sup> A Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) faz parte do programa de segurança pública do governo do estado do Rio de Janeiro. Implantada no final de 2008 pela secretaria de segurança pública do estado tendo sua primeira unidade no morro “dona marta” em botafogo.

audiência conosco, por ter cedido este espaço. Um dos objetivos desta audiência — não o único — é conversar sobre esta escola, sobre a própria instalação da UPP no pátio da escola e os problemas que isso tem gerado. Eu vou pedir a colaboração de todos. Como é um lugar aberto, o som não tem a melhor qualidade. Se tivermos muitas conversas paralelas, vamos ter dificuldade na comunicação. Quero agradecer muito a todas as convidadas e a todos os convidados por estarem aqui presentes. Nós convidamos os membros da CPI que estão, neste momento, investigando a morte de jovens negros, o extermínio da juventude negra no País. Inclusive membros da CPI da Câmara Federal estão aqui presentes. Daqui a pouco, nós vamos ler o nome de todos os Deputados e Deputadas. Nós vamos garantir a fala do Presidente e da Relatora da CPI durante a audiência. E, de imediato, vamos compor a Mesa, para que possamos dar início às falas. Convido, para compor a Mesa, Denize Moraes da Silva, mãe de uma das vítimas aqui do Complexo Alemão. Denize, por favor. (Palmas.) Convido Tiago Matioli, pesquisador aqui do local (palmas), Marquinhos Pepé, da Associação de Moradores (palmas) e Udson Freitas, do Complexo Alemão (palmas). Representando os professores da escola, convido Matheus Mendes e Guilherme Moreira. (Palmas.) Convido o Coronel Íbis, representante da Polícia Militar, aqui presente — obrigado, Íbis. Convido também o Coronel Laviano — obrigado, Laviano. Convido Andréa Sepúlveda, representante da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro; a Profa. Rosana Mendes, representante da Secretaria de Educação do Estado do Rio. (Palmas.) Quero ainda convidar o Deputado Reginaldo Lopes, Presidente da CPI, para compor a Mesa com a gente, e a Deputado Rosângela Gomes, Relatora da CPI. (Palmas.) Bom, Mesa composta, queria a atenção de todos e todas para as falas. Todas as falas são importantes. Nós temos uma combinação de bom senso. Temos uma Mesa grande, e não teria como ser diferente — nós não queremos pouca gente participando deste momento —, mas é importante que nós tenhamos a capacidade de síntese, a capacidade de falar o essencial para que todos possam falar, mas também ouvir. Eu quero, antes de começar, fazer uma referência ao policial Marcelo Soares, que foi baleado no sábado, aqui no Complexo, e que evidentemente também, como todas as vítimas de todos os espaços, de todos os lugares, mexe com a nossa sensibilidade, com a nossa solidariedade. Então, não dá para começar uma audiência no Complexo do Alemão sendo indiferente ao episódio ocorrido aqui no sábado, quando esse policial, que está em estado grave, foi ferido. Também queria saudar os educadores da escola, professores, funcionários. Não sei se perceberam, mas boa parte dos professores, talvez todos, neste momento, está com camisa preta, está vestindo preto. Não é uma coincidência no Rio de Janeiro, tão quente; é um ato de



solidariedade aos educadores do Paraná vítimas do massacre promovido pelo Governo de lá. (Palmas.) Então, toda a nossa solidariedade. Já nos pronunciamos sobre isso, e é importante que esse movimento se transforme em um movimento nacional. Quero saudar todos os Deputados e Deputadas. No decorrer da audiência a gente vai citando... Quero citar a presença do Deputado Flavio Serafini, que é membro efetivo da Comissão; do Deputado Waldeck Carneiro, também da Assembleia Legislativa. Acho que não tem outro... Tia Ju está aqui, Deputada Estadual, também da Assembleia Legislativa do Estado do Rio. Antes de a gente começar, eu queria passar a palavra à Diretora da escola, Tânia, porque ela tem um recado para vocês. Depois a gente começa na ordem combinada. A SRA. TÂNIA MARA SALAZAR - Pessoal, primeiro, eu queria agradecer a presença a todos, porque uma das coisas que nos fortalece é a nossa união. E dizer que, pela primeira vez, a escola está gratificada por ser um elo; um elo de comunicação, um elo de procedimento, uma coisa importante que não deixa de ser um marco histórico para o benefício de todo o Complexo do Alemão. Estou Diretora desta escola desde julho de 2009 — vou fazer 6 anos —, e uma das coisas fundamentais, na minha opinião, como profissional, é tentar elevar ao máximo a educação com prioridade para todos os nossos alunos. É claro que quase todos conhecem esta escola aqui, mas, para os que não conhecem, esta é a verdadeira escola do Complexo do Alemão. Ela foi fundada em 1999, tem 16 anos, e aqui nós vivenciamos, desde então, a prioridade é a educação, para fazer com que cada aluno tenha um novo direcionamento. É claro que, quando eu cheguei aqui, em 2009, vim pela Secretaria de Educação indicada, com vários projetos, porque a escola não se pronuncia apenas em sala de aula. A gente tem que fazer com que a coisa aconteça. Na época, nós só tínhamos 300 alunos. Com o apoio da minha chefia imediata, da Metropolitana III e da Secretaria de Educação, nós pudemos fragmentar, com todas as eficiências, esse compromisso de coisas novas para cá. Só que, no decorrer da pacificação, que, na verdade, foi acontecendo gradativamente, as coisas foram piorando para a escola, porque, na minha opinião, a escola tem que ser um espaço neutro; a escola é o elo de formação e tem que ser um espaço neutro. Em 2011, veio a UPP. Quero deixar bem claro para os policiais que nós não temos nada contra o policial militar. Nós sabemos que somos de Secretarias distintas, estamos aqui para fazer o nosso papel, só que em complexidades diferentes. Quando a UPP veio pra cá, infelizmente, por estar no espaço da escola, a coisa foi acontecendo e os alunos foram se evadindo. Então, a evasão foi muito grande. Não é culpa, vamos dizer assim, deles ou nossa; é culpa do contexto. E em cima disso... O que eu sempre procuro falar até com todos eles que já vieram a mim é que a convivência tem que ser respeitosa.

Existem, com todo o respeito, os maus policiais, como existem também os maus professores, como existem também, em todo campo profissional, os bons e os maus. Mas a gente não está entrando nesse mérito. O que a gente apenas acredita é que ter o mesmo espaço para educação e segurança é uma coisa que nós ficamos no meio dessa complexidade toda. A minha maior preocupação — e, graças a Deus, nunca aconteceu nada — é que se pudesse perder uma vida ou alguma coisa assim. Aí eu faço a pergunta: quem seria responsável? Quem seria a pessoa para responder por uma situação tão complicada, que não é a que nós não queremos? Então, pela Polícia Militar, eu tenho o maior respeito. Só que realmente eu, como educadora, estando como gestora, tenho que ver a educação como fator número um. Então, da forma que a gente puder trabalhar isso pra com que a escola tenha os alunos com acesso... Porque a gente fica realmente numa situação muito complicada. Quero agradecer a todos os Deputados. Quero agradecer à comunidade que veio aqui. Quero agradecer aos líderes, que sempre estiveram juntos com a escola, porque a função da escola é esta, é a integração da comunidade com a escola. Então é isso que a gente vai estar aqui sempre fazendo e tentando... Agradeço aos meus colegas do corpo docente, os 65 professores que estão aqui sempre lutando por uma educação de qualidade. Então, muito obrigada mesmo a todos. (Palmas.) O SR. COORDENADOR (Marcelo Freixo) - Obrigado, Tânia. Eu quero também, por fim, agradecer aos vários defensores e defensoras públicas a presença nesta audiência aqui no Rio de Janeiro, eles que estão sempre presentes em todas as iniciativas no Complexo do Alemão e do Rio de Janeiro no que diz respeito às ações garantidoras dos direitos humanos. Obrigado à Defensoria Pública do Rio, um exemplo dos mais importantes a serem seguidos. (Palmas.) Eu passo, de imediato, a palavra à Denize Moraes. Como este não é um lugar feito para audiência pública — mas que bom que a gente conseguiu adaptar —, a visão pode ficar prejudicada. Então, eu vou solicitar aos membros da Mesa que, na hora da fala, possam falar de pé, porque acho que facilita a visão. Então, Denize. A SRA. DENIZE MORAES DA SILVA - Bom dia! Para quem não me conhece, meu nome é Denize Moraes. Eu sou mãe do Caio Moraes da Silva, que era mototaxista aqui na comunidade. Foi alvejado a bala pelo policial Jefferson, também lotado aqui na Nova Brasília. Eu não vim falar sobre violência. Hoje eu quero agradecer a oportunidade que nós estamos tendo, como família Complexo, de podermos ser ouvidos. Lamento muito por estar representando uma pessoa que gostaria muito de estar aqui. Meu filho era amado por todos, querido por todos, e era um rapaz popular. Queria que esta comunidade crescesse, que tivesse o direito de falar e de ser ouvido. E há uma coisa que eu nunca vou esquecer. Eu sempre ensinei a ele que, quando fosse abordado,

colocasse as mãos para trás e dissesse “senhor”, “sim, senhor”, “não, senhor”. Além disso, ele era filho de um militar da Marinha. Então, era uma coisa com a qual a gente já convivía. O que me deixa mais triste é saber que aqui no Complexo as pessoas do Governo que poderiam me proteger me matam com bala nas costas. O que me deixa mais triste é que eu acreditei na pacificação. Eu não estou falando em termos de estar de um lado ou do outro. Eu estou do lado da paz. E hoje eu estou aqui representando várias famílias, inclusive as do Eduardo, Sr. Arlindo, D. Dalva, Vanessa. Não foi só o meu filho, mas várias pessoas que morreram, para a gente conseguir chegar aqui, neste dia. Então, eu peço que seja revisto o projeto UPP. É um projeto que poderia ser melhor, mas ainda é um projeto. Então, eu espero que o projeto seja reformulado e que, realmente, as pessoas que vierem aqui tenham o objetivo de nos ajudar e não de nos matar, porque, para morrer, já basta a gente acordar e sair pelas ruas do Rio de Janeiro. (Manifestação na plateia.) (Palmas.) O SR. COORDENADOR (Marcelo Freixo) - Obrigado, Denize. Eu quero dizer que as falas precisam ser feitas assim. A gente precisa construir no Rio de Janeiro... Eu conversava com o Coronel Íbis, que é uma pessoa pela qual eu tenho profundo respeito — não vou dizer isso em ambientes privados, faço questão de dizer isso em ambiente público —, e dizia que o que está acontecendo hoje aqui deveria ter acontecido desde o início, e talvez o caminho fosse diferente. Se isso fosse uma cultura construída do início, não um espetáculo militar, talvez tivéssemos um resultado diferente. Muitas vezes, aqui, nós vamos ter falas que vão ser duras de serem ditas e de serem ouvidas, mas não há outro caminho para o Complexo do Alemão que não o da nossa maturidade para saber falar e para saber ouvir — de todos os lados, de todos os lados. Enfim, isto aqui não é um tribunal de justiça. Este é um espaço político, este é um espaço de uma audiência pública, e que tem que ser pública. Por isso, a prioridade é ouvir a sociedade civil.

***Destaque:***

**“Enfim, isto aqui não é um tribunal de justiça. Este é um espaço político, este é um espaço de uma audiência pública, e que tem que ser pública. Por isso, a prioridade é ouvir a sociedade civil”** (Deputado Estadual Marcelo Freixo). O espaço político alinhado ao espaço público do parlamento prioriza a participação popular e fundamenta a participação da sociedade civil no processo de tomada de decisões políticas. Neste momento, o referido Deputado apresenta o parlamento como “o representante político” que “faz parte do sistema de ação” e “que apresenta o espaço, como uma mediação, isto é, como capaz de

influenciar a escolha do que vai ser difundido e a ação que, nesse sentido, vai realizar” (Magdaleno, 2010, p.203).

Destaco dois aspectos relevantes de violação de direitos humanos por parte do estado: o uso de um espaço público de educação, a escola, pela segurança pública e a morte de jovens negros. Chama atenção a coincidência da morte de jovens negros no Complexo do Alemão e a instalação da UPP na escola.

A realização da audiência pública na comunidade a pedido dos moradores é simbólica do ponto de vista do parlamento estadual, revelando o seu movimento em direção à sociedade, no sentido de tentar estabelecer um diálogo para a garantia segurança e dos legítimos direitos.

Percebemos sérias denúncias sobre a conduta do Estado ao violar diretrizes de direitos humanos. No discurso do presidente da Comissão, observamos preocupação quanto à garantia e a defesa destas diretrizes, sobretudo, quando convida o parlamento estadual e federal a participar da Audiência Pública. A proposta dialógica do representante do parlamento estadual revela a capacidade “crítica e racional das discussões” que Silva (2002) aponta. Isto fica claro quando o Deputado presidente da Audiência pública convoca, além do parlamento, a polícia militar a participar da mesma, facilitando a concretude da garantia de direitos. Embora a segurança pública seja um direito, há neste debate, a apresentação de um discurso que viola o direito humano a educação.

Segue a fala do coronel da polícia militar:

O SR. ÍBIS SILVA PEREIRA - Boa tarde a todos e a todas. Eu tenho 32 anos de polícia — 32 anos de polícia — e confesso a vocês que hoje, ao chegar aqui, entrar na sala da Diretora Tânia e perceber que a Diretora tem que disfarçar os buracos de tiros de fuzis com borboletas, e ao ver a fachada dessa escola, que não é só o local onde a gente senta para aprender coisas, mas é o futuro... Você encontrar o que poderia ser o futuro deste País perfurado de tiro de fuzil é realmente muito doloroso. O que eu gostaria de falar aqui nesta manhã não são vocês que têm que ouvir, portanto, eu vou poupá-los disso. Mas aqui eu creio que existe uma questão que atravessa tudo o que está sendo falando aqui, que é um grande nó com o qual convivemos há mais de 30 anos. Desde o final da década de 70, este País passou a optar pela guerra como forma de enfrentar a questão das drogas. Nós saímos de uma guerra, uma guerra que se declarou aqui no início dos anos 60 contra a subversão, que é, como se dizia na época,

os inimigos do sistema capitalista de produção, porque aqui também há uma questão de guerra se classes, de luta de classes, que insistimos em escamotear. Então, nós saímos dessa guerra e, quando este País reencontrava a democracia, se é que efetivamente a reencontrou, nós automaticamente ingressamos em outra guerra. Nós trocamos o inimigo, o garoto que queria se insurgir contra a desigualdade — porque o sistema capitalista se fundamenta nela —, nós trocamos esse inimigo por outro: o traficante de drogas. E há mais de 30 anos a resposta que temos dado para enfrentar a questão das drogas tem sido a guerra, com tudo de ruim que a guerra produz, não apenas essa violência que enxergamos e que traduzimos em números: a cada 10 minutos, uma pessoa é assassinada no Brasil. A cada 10 minutos! Façam a conta do número de pessoas que já morreram nessas 2 horas em que nós estamos reunidos aqui. Então, é preciso desarmar esse nó, entender que é possível enfrentar a questão das drogas **que não seja empurrado para dentro das favelas servidores públicos que têm uma média de idade de 26 anos — essa é a média das pessoas que entram para a polícia: 26 anos de idade! E 80% das pessoas que entram para a PM são negros e são pobres — 80% são negros e são pobres!** Há mais de 30 anos essas pessoas têm sido transformadas em máquinas de guerra, porque não conseguimos compreender que é possível enfrentar a questão das drogas que não seja através da guerra. Porque a guerra faz uma outra violência, uma grande violência, com todos aqueles que estão nela, que é embrutecer as pessoas, que é alterar os seus marcos morais, o seu sentido de certo e errado. A guerra faz isso. A guerra embrutece, brutaliza, desumaniza. A guerra tem feito isso conosco também. A polícia tem sido, nesses últimos 30 anos, vítima e também vitimizadora de uma guerra atroz, imbecil, desumana, que nós precisamos desfazer. Afinal de contas, nós queremos ser um Estado Democrático de Direito. Ainda não somos, estamos caminhando nessa direção. Eu acredito que, se o Estado Democrático de Direito tem um futuro, o futuro é esse aqui. Segurança é direito, não é apenas uma questão que tem de ser definida nos gabinetes, não é apenas uma questão técnica; é uma questão, sobretudo e principalmente, política. E o fórum é esse aqui. Eu quero também aproveitar — eu sou chefe de gabinete do Comandante-Geral hoje — para pedir desculpas pelos excessos cometidos aqui, pedir desculpas a você, Zen (palmas) e dizer: nenhum policial é educado, é formado para dar soco na cara de ninguém. Nenhum, nenhum de nós tem esse tipo de formação — o que não impede, apesar disso, que esse tipo de desmando aconteça na prática. Então, eu quero pedir desculpas por isso e dizer que nós estamos empenhados no sentido de repensar o processo de pacificação, que tem sido conhecido por essa expressão. Eu não tenho dúvida nenhuma de que há aqui, talvez, um excesso daquilo que se pode esperar da

polícia definitivamente. Eu conversava com o meu amigo Udson aqui, que eu descobri ser o meu irmão de fé. O livro do profeta Isaías diz que o fruto da justiça é a paz. Eu acho que, se ela ainda está um pouco distante do nosso horizonte, talvez seja, no fundo, isso que esteja a faltar neste País: justiça — sobretudo, justiça social. Porque, desde que fizemos uma República — e isso já foi dito inclusive por um Presidente que tivemos —, as questões sociais têm sido tratadas como questões de polícia. E, por isso, quase invariavelmente, elas têm redundado em fracassos retumbantes, como esses com os quais a gente esbarra. Mas nós estamos empenhados nessa mudança, estamos abertos a sugestões e dispostos a participar de qualquer tipo de debate que possa contribuir para transformar essa realidade de vocês, que é, podem ter certeza disso, muito dolorosa para todos nós. Muito obrigado. (Palmas.) O SR. COORDENADOR (Marcelo Freixo) - Obrigado, Coronel Íbis. É muito importante, neste momento, essa capacidade de escuta, essa fala — que queremos sempre que se desdobre na prática cotidiana desse relacionamento. Quero, ao final da audiência, fazer uma proposta concreta à Polícia Militar no que diz respeito ao prédio e à escola, para que tentemos sair daqui com algo também bastante concreto em relação a isso — já conversamos antes da audiência — e alguns encaminhamentos. Passo agora, de imediato, a palavra aos representantes da CPI do Congresso Nacional, que é uma das CPIs mais importantes — e eu costumo dar muito valor à CPI. Acho que é um instrumento tão poderoso que não deveria ser banalizado. Mas essa CPI trata da violência contra jovens negros e pobres. Então, sem dúvida alguma, se há um assunto que deveria ser alvo de uma CPI é esse. E, de forma muito correta e muito carinhosa, os membros dessa CPI, membros de outros Estados, inclusive, vieram ao Alemão, vieram à audiência pública, estão desde o início participando. Então, eu quero passar — evidentemente, eu não tenho condições de passar a palavra a todos eles, mas faço questão de ler o nome dos que estão aqui presentes: A Deputada, daqui do Rio de Janeiro, Benedita da Silva, a Bené (palmas); o Deputado Jean Wyllys, que teve de sair, mas estava aqui, e tem uma audiência daqui a pouco na Assembleia Legislativa (palmas); a Deputada Rosângela Gomes, que vai falar e é Relatora da CPI (palmas); o Deputado Celso Jacob, também do Rio de Janeiro, que está aqui e foi um dos primeiros a chegar — saiu, mas estava aqui presente (palmas); o Deputado Reginaldo Lopes, que é o Presidente da CPI, está aqui ao meu lado, e vai ser o próximo a usar a palavra (palmas); o Deputado Delegado Edson Moreira, de Minas Gerais, que está aqui presente (palmas); a Deputada, combativa Deputada, reconhecida pela luta dos direitos humanos, Erika Kokay, que está aqui presente — obrigado, Erika (palmas); o Deputado Paulão também está aqui — obrigado, Paulão. (Palmas.) Chegou mais alguém? (Pausa.) O Deputado Sóstenes

Cavalcante, do Rio de Janeiro, está aqui presente. (Palmas.) Obrigado pela presença a todas e todos. Então, vamos lá.

Uma observação importante está na fala “que não seja (sic) empurrado para dentro das favelas servidores públicos que têm uma média de idade de 26 anos — essa é a média das pessoas que entram para a polícia: 26 anos de idade! E 80% das pessoas que entram para a PM são negros e são pobres — 80% são negros e são pobres!”.

Vejamos o discurso do Deputado Federal Reginaldo Lopes, presidente da CPI, que investiga a morte e o desaparecimento de jovens negros no Brasil:

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Bom dia a todos e todas. Quero cumprimentar o nosso Presidente, aqui, da Comissão de Direitos Humanos, Marcelo Freixo, e agradecer por ter permitido combinar esta nossa ação da CPI. A CPI tem um nome grande. Ela quer investigar as causas, as razões, as motivações, os impactos sociais e econômicos em relação a mortes e desaparecimentos dos nossos jovens negros e pobres no Brasil. Então, nós estamos entrando numa segunda etapa. Nós já começamos há um mês e pouco. Fizemos a primeira etapa, que foi mais estudos de indicadores, metodologia de pesquisa, dados; ouvimos vários núcleos de pesquisa em relação à questão da violência no Brasil. E, agora, nós estamos entrando na segunda fase, em que estamos visitando comunidades; fazendo audiências em Estados; visitando casos emblemáticos de chacinas, de violação de direitos. Então, nós fizemos questão de começar aqui pelo Rio de Janeiro, Estado da nossa Relatora, Deputada Rosângela Gomes, que está aí indicada para relatar todo esse trabalho da CPI. Então, nós fizemos questão de estar aqui hoje. Quero aqui manifestar a nossa solidariedade aos familiares que falaram aqui, vítimas de violência praticada pelo Estado brasileiro — toda a nossa solidariedade; também à Escola, à diretora que fez o seu depoimento, aos professores e aos alunos. Eu gostaria de dizer que os indicadores que foram colocados aqui pelo Prof. Matheus, de que a escola tinha 1.400 alunos antes de receber aqui a unidade da UPP no pátio da escola, e agora temos só 700, são indicadores que falam por si só. Esta combinação realmente fere a educação de qualidade, a liberdade dos nossos alunos, dos nossos educadores. Então, eu quero dizer aqui, Freixo, e manifestar que eu acho que o Governo do Estado deveria imediatamente repensar a posição dessa Unidade Pacificadora aqui no Morro do Alemão. Quero primeiro falar alguns indicadores rapidamente, mas todos vocês conhecem. O chefe de gabinete falou em alguns números, mas os números são estarrecedores. Para se ter uma comparação em relação aos indicadores, é importante dizer que países que têm um Estado de

Direito, em que a sociedade acredita nas suas forças de segurança pública, que acredita no seu País, esse indicador é de menos de 1 homicídio para cada 100 mil jovens negros e pobres! No Brasil, nós temos oito Estados com mais de 100 homicídios para cada 100 mil jovens negros e pobres. Nós temos Estados, como o Estado do Deputado Paulão, o de Alagoas, a capital, Maceió, a mais violenta do mundo: com 193 homicídios para cada 100 mil. O Brasil tem um indicador: para cada quatro homicídios, nós temos três jovens negros e pobres, o que comprova o caráter seletivo ou, até diria, racista da concepção sobre segurança pública no País. Não estou aqui afirmando que seja por parte dos policiais, porque, na verdade, nós precisamos — e eu estava falando com o Deputado Freixo — definir na Constituição o que é ordem pública. Essa ausência de definição, na minha opinião, leva o sistema de segurança pública a fazer uma abordagem que o País não pode aceitar e a que nós estamos assistindo — os Estados Unidos, os norte-americanos, a está repudiando —, que é uma abordagem feita pela cor da pele. Nós não podemos admitir isso. O País tem indicadores muito piores do que nos Estados Unidos. Lá, a população negra corresponde a 13%; aqui, nós temos indicadores que comprovam que, nos últimos 5 anos, nós matamos — vítimas da violência, lamentavelmente praticados pelas forças de segurança — mais que, em 30 anos, todas as polícias dos Estados Unidos. Temos indicadores aqui que assustam todos nós: nós temos oito Estados em que, para cada jovem branco assassinado, nós temos 20 jovens negros e pobres assassinados — oito Estados! Portanto, nós queremos chamar a sociedade para este debate. O Freixo falou muito bem aqui sobre a importância da CPI. Nós precisamos dar visibilidade à CPI, porque é uma maneira também. É lamentável que o País tenha nos educado a ser um País dissimulado, a não aceitar a questão racial e a ser um País racista de maneira dissimulada. Nós precisamos assumir esta questão para resolver o problema, atacar a causa! Então, o nosso papel nesta CPI é fazer, primeiro, evidentemente, um amplo diagnóstico. Nós precisamos dar visibilidade a casos que há mais de 30 anos não foram resolvidos, por exemplo, a chacina da comunidade de Acari, em que 11 jovens desapareceram e, até hoje, o caso sequer foi a julgamento. E, o pior: tiveram a ousadia de eliminar e matar a principal líder do movimento, a mãe do menino; a morte da Edméia, em que também não houve julgamento popular. Hoje, essas taxas de elucidação, Freixo, dos casos de homicídio no Brasil são vergonhosas: não chegam a 8%, e os elucidados não chegam a 3% — os que são presos e são condenados. Portanto, nós podemos dizer que, no Brasil, a nossa população carcerária, a cada 10 anos, está dobrando de tamanho, já é a terceira maior do mundo. São mais de 720 mil presos, a grande maioria provisoriamente, sem julgamento, porque são pobres e negros. E a ampla maioria, como o Chefe do Gabinete



do Comandante da Polícia Militar colocou muito bem aqui, essa lógica errada da guerra contra as drogas, em que a maioria é dos presos é microtraficantes, que deveriam estar sob os cuidados da saúde pública, submetidos a tratamento pelo Estado brasileiro, e não no sistema prisional falido do País. (Palmas.) E a outra parte da população que está presa neste País é escolhida pela lógica seletiva da segurança pública na ordem pública que prende em flagrante e faz a abordagem só pela cor da pele e prende os nossos jovens negros e pobres. Essa é a população carcerária. Por crime contra a vida, ninguém está sendo julgado e ninguém está sendo condenado porque, lamentavelmente, são os negros, são os pobres deste País. Portanto, o que eu quero dizer aqui para vocês é que nós temos muito trabalho, sei que é difícil, mas o Brasil precisa tomar ações imediatas. Uma das ações que nós achamos interessante é a retomada do debate que a Presidenta Dilma Rousseff colocou na campanha sobre uma nova PEC. Uma emenda constitucional que possa compartilhar responsabilidades em relação à segurança pública. A União não pode ficar omissa, apesar de ser competência constitucional dos Estados, mas a política que deixa Municípios e Estados fazerem a sua própria lógica tem demonstrado que não responde às demandas da sociedade brasileira e não garante uma justiça mais igualitária. Portanto, precisamos fazer um novo modelo compartilhado para a segurança pública. Talvez a Deputada Rosângela Gomes esteja construindo e estudando. Nós temos sucesso nas políticas públicas de educação e de saúde, através do Sistema Único de Saúde, através do sistema compartilhado do FUNDEB, através da política única de assistência social. Talvez tenha chegado a hora de termos também um sistema único de segurança pública no Brasil, de integrarmos ações. E também precisamos pactuar com a sociedade brasileira um plano nacional de enfrentamento a homicídios que tenha dois eixos: eliminar, buscar reduzir as taxas de homicídios, que são vergonhosas para o nosso País, para o Estado de Direito, para uma sociedade civilizada; mas, ao mesmo tempo, pactuar com Município e Estado também um plano de prevenção a homicídio no País. Eu acho que esses desafios estão colocados para a CPI, além, evidentemente, de pedir, talvez, deslocamento de competência de casos emblemáticos que não foram resolvidos, elucidados. Nós não podemos conviver com esta impunidade. Por último, quero parabenizar a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia do Estado do Rio de Janeiro. Acredito que esta questão sobre segurança pública deve ser uma pauta de política de domínio de todo cidadão brasileiro. Nós não podemos aceitar, Deputado Marcelo Freixo, que, quando se discutir segurança pública, só participe do debate quem trabalhe com o tema segurança pública. Está errado! E nós estamos tão mal-educados para discutir segurança pública, que, quando nós começamos o debate, quem trabalha

com o tema acha que é dono da verdade, não quer ouvir o povo falar a verdade, a realidade, como lá na ponta a segurança pública está funcionando. (Palmas.) É por isso que nós temos que trazer para a Constituição o compromisso de todo Município e Estado e União organizarem conferência, plano estratégico anualmente. Nós temos que nos reeducar. E neste debate sobre segurança pública deve ser empoderado o povo, que lá na ponta é vítima, que tem que ser atendido e tem que ter seus direitos garantidos, seus direitos humanos. Nesse sentido, eu espero que a nossa CPI dê conta de cumprir uma tarefa, e para isso nós precisamos da solidariedade e do apoio da sociedade brasileira. Precisamos, Deputado Marcelo Freixo, que todas as Assembleias Legislativas possam também constituir uma CPI ou uma comissão especial para ajudar a elaborar seus planos estaduais, que as Assembleias Legislativas possam incentivar as Câmaras Municipais a construir seus planos estratégicos também, no sentido de trazer este debate para o domínio do povo, para juntos construirmos algumas saídas e alternativas e colocarmos um ponto final nessa violência que atinge os nossos jovens negros e pobres no Brasil. Obrigado. (Palmas.) O SR. COORDENADOR (Marcelo Freixo) - Muito obrigado, Deputado Reginaldo Lopes.

#### Destaque:

Em relação aos indicadores, é importante dizer que países que têm um Estado de Direito, em que a sociedade acredita nas suas forças de segurança pública, que acredita no seu País, esse indicador é de menos de um homicídio para cada 100 mil jovens negros e pobres! No Brasil, nós temos oito Estados com mais de 100 homicídios para cada 100 mil jovens negros e pobres. Nós temos Estados, como o Estado do Deputado Paulão, o de Alagoas, a capital, Maceió, a mais violenta do mundo: com 193 homicídios para cada 100 mil. O Brasil tem um indicador: para cada quatro homicídios, nós temos três jovens negros e pobres, o que comprova o caráter seletivo ou, até diria, racista da concepção sobre segurança pública no País. Não estou aqui afirmando que seja por parte dos policiais, porque, na verdade, nós precisamos — e eu estava falando com o Deputado Freixo — definir na Constituição o que é ordem pública. Essa ausência de definição, na minha opinião, leva o sistema de segurança pública a fazer uma abordagem que o País não pode aceitar e a que nós estamos assistindo. (Deputado Federal Reginaldo Lopes).

Importante relacionar discurso do referido Deputado considerações destacadas nos Mapas da Violência de 2013 e 2014 sobre o homicídio de jovens negros e pobres Waiselfisz (2014) apresenta dados da crescente e rápida vitimização de jovens negros

Efetivamente, no início do período analisado, as taxas de homicídio dos brancos era de 21,5 por 100 mil brancos. A de negros, 36,5 por 100 mil negros. Assim, em 2001, o índice de vitimização negra foi de 69,4: morreram proporcionalmente 69,4% mais negros que brancos. Em 2011, esse índice sobe para 136,8. A vitimização negra, no período de 2001 a 2011, cresceu 193% (Waiselfisz, 2014, p.120).

Segue o Deputado:

“Os Estados Unidos, os norte-americanos, a está repudiando —, que é uma abordagem feita pela cor da pele. Nós não podemos admitir isso. O País tem indicadores muito piores do que nos Estados Unidos. Lá, a população negra corresponde a 13%; aqui, nós temos indicadores que comprovam que, nos últimos 5 anos, nós matamos — vítimas da violência, lamentavelmente praticados pelas forças de segurança — mais que, em 30 anos, todas as polícias dos Estados Unidos. Temos indicadores aqui que assustam todos nós: nós temos oito Estados em que, para cada jovem branco assassinado, nós temos 20 jovens negros e pobres assassinados — oito Estados! Portanto, nós queremos chamar a sociedade para este debate” (Deputado Federal Reginaldo Lopes).

Em uma abordagem sobre as “forças de segurança” citada no discurso do Deputado Reginaldo Lopes, determina o diferencial da política de segurança em relação as outras políticas, sentida também no Estado do Rio de Janeiro. Estas referências nos remetem as reflexões de Arendt (2009) sobre as ações militares e a prática da violência, que apontam que esta prática constante “amarra os homens em um todo coeso, pois cada indivíduo forma um elo violento na grande cadeia, torna-se uma parte do grande organismo da violência em expansão” (Arendt, 2009, p. 86). Estas “forças de segurança” tornam-se semelhantes a grupos organizados e dominadores com o emblema e a marca do estado para violar o direito humano a vida. Trazer a sociedade para este debate é imprescindível.

“O Freixo falou muito bem aqui sobre a importância da CPI. Nós precisamos dar visibilidade à CPI, porque é uma maneira também. É lamentável que o País tenha nos educado a ser um País dissimulado, a não aceitar a questão racial e a ser um País racista de maneira dissimulada. Nós precisamos assumir esta questão para resolver o problema, atacar a causa! Então, o nosso papel nesta CPI é fazer, primeiro, evidentemente, um amplo diagnóstico. Nós precisamos dar visibilidade a casos que há mais de 30 anos não foram resolvidos, por exemplo, a chacina da comunidade de Acari, em que 11 jovens desapareceram e, até hoje, o caso sequer foi a julgamento. E, o pior: tiveram a ousadia de eliminar e matar a principal líder do movimento, a mãe do menino; a morte da Edméia, em que

também não houve julgamento popular. Hoje, essas taxas de elucidação, Freixo, dos casos de homicídio no Brasil são vergonhosas: não chegam a 8%, e os elucidados não chegam a 3% — os que são presos e são condenados. Portanto, nós podemos dizer que, no Brasil, a nossa população carcerária, a cada 10 anos, está dobrando de tamanho, já é a terceira maior do mundo. São mais de 720 mil presos, a grande maioria provisoriamente, sem julgamento, porque são pobres e negros. E a ampla maioria, como o Chefe do Gabinete do Comandante da Polícia Militar colocou muito bem aqui, essa lógica errada da guerra contra as drogas, em que a maioria é dos presos é microtraficantes, que deveriam estar sob os cuidados da saúde pública, submetidos a tratamento pelo Estado brasileiro, e não no sistema prisional falido do País. (Palmas.) E a outra parte da população que está presa neste País é escolhida pela lógica seletiva da segurança pública na ordem pública que prende em flagrante e faz a abordagem só pela cor da pele e prende os nossos jovens negros e pobres. Essa é a população carcerária. Por crime contra a vida, ninguém está sendo julgado e ninguém está sendo condenado porque, lamentavelmente, são os negros, são os pobres deste País”. (Deputado Federal Reginaldo Lopes)

A seguir, veremos o equívoco do antigo Secretário Nacional de Segurança Pública, Professor Ricardo Balestreri, incorporado ao discurso da Deputada estadual Martha Rocha:

A SRA. MARTHA ROCHA - Bom dia ou boa tarde, já não sei, a todas e todos. Eu quero em especial dizer da minha alegria de estar aqui nesta manhã, não porque eu sou Presidente de uma Comissão ou porque eu sou uma Deputada eleita. Eu me sinto muito à vontade aqui, porque, com muito orgulho, eu sou nascida na Penha. Eu cresci na Penha. Sou fruto da escola pública. Sou aluna da Escola Normal e Heitor Lira. Então conheço e tenho uma identidade com essa região. Quando o Deputado Marcelo Freixo começou a construir esta audiência, a Comissão de Segurança... Eu quero dizer que, além de Presidente da Comissão de Segurança, eu sou também membro da Comissão de Direitos Humanos. Eu sou policial civil de carreira. Tenho mais de 32 anos na Polícia Civil. Mas entendi que eu deveria participar como membro da Comissão de Direitos Humanos porque entendo que não há possibilidade de pensar em segurança pública sem pensar em respeito aos direitos humanos, **porque entendo que o policial, seja o policial civil, seja o policial militar, ele é em primeira instância o pedagogo, o professor da cidadania. (grifo nosso)** (Intervenção fora do microfone.

Ininteligível.) A SRA. MARTHA ROCHA - Se o senhor me deixar falar, eu vou agradecer. Tudo bem, você pode sair, sem problema nenhum. Meu senhor... (Intervenções simultâneas ininteligíveis.) A SRA. MARTHA ROCHA - Quem fala essa frase é o Prof. Ricardo Balestreri, que foi Secretário Nacional de Segurança Pública, e o que ele quer dizer com isso é que o erro do policial, seja civil, seja militar, é duplamente sentido pela população, porque ele tem o dever de ser o símbolo do Estado, por isso seu erro nos choca tanto assim, como disse aqui o Comandante Íbis, por aquilo que ele não é treinado para fazer, porque a polícia deve ser uma polícia cidadã, e da mesma forma pelo impacto que ele acarreta na sociedade. Eu estou terminando a minha fala, porque quero continuar ouvindo a comunidade. Vejo nesta comunidade, nesta reunião, uma presença maciça de mulheres, e quero dizer, dirigindo-me ao nosso Presidente da CPI, que, quando a gente perde um filho, ou um marido, ou um companheiro, a mulher é duplamente vitimizada. Ela é vitimizada porque na verdade ela continua a sua tarefa sozinha. Eu quero colocar à disposição da Comissão de Segurança o número do Disque-Comissão de Segurança, um 0800 que nós vamos distribuir aí. Nessas ligações é garantido o anonimato. Nós podemos e queremos ser uma voz da comunidade para a construção de uma sociedade que seja justa e solidária. Obrigada a todos aqueles que foram capazes de me ouvir. Muito obrigada. (Palmas.) O SR. COORDENADOR (Marcelo Freixo) - Vamos tentar ver se a gente consegue... Com microfone fica mais fácil. Peço tranquilidade. A gente já acordou que vai abrir para falas, mas é importante discutir o que a gente concorda e o que a gente não concorda. Faz parte de uma audiência pública. Vamos ter calma.

*Destaque:*

**“Porque entendo que o policial, seja o policial civil, seja o policial militar, ele é em primeira instância o pedagogo, o professor da cidadania”.** (Deputada Estadual Martha Rocha).

Percebemos uma contestação ao discurso pela população presente na audiência. Em um primeiro momento, a parlamentar relata entender “que o policial, seja policial civil, seja policial militar, ele é em primeira instância o pedagogo, o professor da cidadania” e depois justifica ser uma fala do referido ex-Secretário Nacional de Segurança Pública. A resposta da população presente é um reflexo da indignação e da necessidade da presença da Comissão de Direitos Humanos naquele local. A resposta da população é representada na fala de um morador:

O SR. LEONARDO SOUZA - Isso é uma piada! (Palmas.) A senhora deveria pedir desculpas a todas as mães de vítimas que tem aqui, ao irmão da Penha, que levou um soco na cara, porque está aí a polícia sendo pedagoga para eles também. Então, eu vou encerrar minha fala aqui. Minha fala é só essa. Eu queria deixar claro que participei desse processo. A gente dialoga, o meu coletivo participou, mas quando os senhores vierem aqui conversar com a gente, têm que repensar algumas posições de fala. Eu ouvi alguns assessores aqui dizerem: “Ah, mas você está muito nervoso, Leonardo”. Ora, se eu não tiver o direito de estar nervoso, quem vai ter? (Palmas.)

O sentido da palavra pedagogo conforme Ferreira (2007) “o que aplica a pedagogia, que ensina, professor”. (Ferreira, 2007, p. 375). Acrescenta que pedagogia deve ser entendida como: “teoria e ciência da educação e do ensino”. Esse entendimento me parece contrário ao que se discutiu até aqui na audiência pública, porém, esclarece uma séria violação de atribuição por parte dos agentes do estado, aqui apresentada no discurso da referida parlamentar. Aqui está a “revelação (...), na forma de discurso, (...) por meio da palavra falada (...) anuncia o que faz, fez e pretende fazer” (Arendt, 2010, p.223). Um contrassenso e um possível incentivo à lógica da prática violenta dos agentes do estado. Cabe ressaltar, que a referida parlamentar, apresentou-se como presidente da Comissão de Segurança Pública da ALERJ e policial civil de carreira:

“Eu quero dizer que, além de Presidente da Comissão de Segurança, eu sou também membro da Comissão de Direitos Humanos. Eu sou policial civil de carreira. Tenho mais de 32 anos na Polícia Civil. Mas entendi que eu deveria participar como membro da Comissão de Direitos Humanos porque entendo que não há possibilidade de pensar em segurança pública sem pensar em respeito aos direitos humanos”. (Deputada Estadual Marta Rocha).

A resposta da sociedade civil, através do morador, Sr. Leonardo, vem de encontro à insatisfação com o poder executivo, representado nos agentes da segurança pública do estado, e sua indignação foi externada dando voz ao seu território, as mães vitimizadas com a morte de seus filhos, a utilização do espaço público educacional pelos agentes do estado e aos jovens vítimas da violência.

Segue discurso do Deputado Estadual Flávio Serafim – Denúncia.

O SR. FLAVIO SERAFINI - Boa tarde. Eu sou professor. Estou Deputado Estadual, em primeiro mandato, acompanhando os trabalhos da Comissão de Direitos Humanos, e vou ser muito breve. A gente tem assistido no Rio de Janeiro a algo muito grave. É claro que as pessoas que estão falando, as pessoas que estão aqui e veem... Atitudes nervosas são uma questão que incomoda — a gente tem que organizar —, mas também são importantes para ver a tensão, para ver a gravidade do momento que a gente está vivendo. A gente está aqui porque pessoas estão morrendo. A gente está aqui numa escola com a parede fuzilada. A gente está numa situação de muita gravidade. Infelizmente, o processo de pacificação que foi colocado para ser solução dos problemas da violência se tornou um componente a mais da violência. Esta discussão tem que ser feita com muita clareza, esta discussão tem que ser feita com muita sinceridade. Quando a gente vê processos de conflito, mortes, etc., a gente vê que a posição da Secretaria de Segurança Pública é a posição que a gente chama de fuga para frente. “Olha, está complicado? Nós vamos usar mais força.” “Está complicado? Nós vamos usar mais força.” E a reflexão que a gente quer trazer aqui é justamente o contrário: está complicado e está complicando cada vez mais porque está faltando diálogo, porque estão faltando mecanismos mais fortes para garantir à população canais de denúncia e canais de controle da força policial. Isso é fundamental. Esse é o debate que tem que ser feito. Tem ouvidoria? Como está funcionando? Estão aqui outras agências do poder público? Não está sendo suficiente? Quais mecanismos mais podem ser construídos para controlar o uso da força? A gente esteve aqui outro dia, e eu queria citar um exemplo banal. Havia ali na subida uma viatura da UPP dificultando a entrada dos carros dos professores. A gente disse: “Como é isso?” Aí disseram: “Frequentemente aquela viatura está ali. Nós já pedimos pra tirar e eles colocam todos os dias.” Esse é um exemplo banal, obviamente num lugar onde as pessoas estão tomando tiro, mas esse é um exemplo que ilustra o quê? O exercício do poder cotidiano. Que ilustre o quê? A necessidade de uma autoridade que quer se impor, se colocar acima dos outros, se colocar acima da necessidade do respeito, se colocar como alguém que se sente confortável para se impor através da força. É esse modelo que está fracassando; é esse modelo que está fazendo com que mais pessoas morram e o problema da segurança pública, ao invés de ser resolvido, mergulhe cada vez mais num pântano. Porque esse modelo, estando errado, como está acontecendo — esse modelo está dando errado, é importante que se diga —, qual é a discussão sobre alternativas que está colocada? Então, eu queria concluir dizendo o seguinte: a nossa posição, trazendo aqui para o poder público, é muito clara: o momento é de reconhecer que há uma crise e não de aprofundar a lógica da guerra e da beligerância. Eu tenho muito

acordo com praticamente tudo que o coronel trouxe aqui para reflexão. Mas infelizmente o que o coronel trouxe para reflexão não é o que a Polícia Militar do Rio de Janeiro põe em prática. Esse é o problema. Então, o que a gente quer trazer é o seguinte: o momento é de debater melhores formas de a comunidade dialogar com o Estado e de ampliar o controle sobre a atuação da Polícia. A fala de Marquinhos aqui é exemplar. Um cara que ficou conhecido na comunidade como Marquinhos da UPP porque abraçou o projeto hoje está aqui cobrando que não pode ter achaque, que não pode ter esculacho. Está faltando o quê? Está faltando mecanismo de participação popular e mecanismo de controle sobre a Polícia. Então, a nossa fala é neste sentido: a Polícia Militar e a segurança pública têm que abandonar o discurso da fuga para frente, de que a saída é endurecer ainda mais para vencer a guerra e reconhecer que o momento é de recuar e repensar a necessidade de abrir mais canais de diálogo com a população. Nesse sentido, a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da ALERJ e todos aqui presentes contribuem com este papel de reabrir diálogos, de oxigenar a relação do Estado com a população do Complexo do Alemão. Obrigado, gente. (Palmas.) O SR. COORDENADOR (Marcelo Freixo) - Obrigado, Flávio. Vamos lá! Eu tenho dois recados aqui. Vamos lá, gente! Não adianta fazer duas audiências. Vamos seguir só com uma. Vamos lá! Dois recados importantes aqui passados para a Mesa. Alan, vamos lá! Atenção! Vamos lá, gente! Se o rapaz quiser falar, a gente deixa, sem problema. Às vezes é melhor falar aqui do que ficar falando mais do lado de fora. Vamos lá! (Palmas.) A Frente Estadual contra a Redução da Maioridade Penal — é importante este assunto — tem uma agenda para o dia 4, portanto, hoje, a partir das 18h30min, de panfletagem, uma atividade na Central do Brasil. Mas Reginaldo também estava me dizendo, Rosângela, Érica e Bené que hoje na Assembleia Legislativa também tem uma audiência e 16 instituições da sociedade civil vão falar. Depois abre para quem quiser falar. Será no plenário da Assembleia? (Pausa.) No plenário da Assembleia, hoje, às 14h30min. Então, é bom também dizer que este debate pode continuar na Assembleia Legislativa hoje à tarde. (Intervenção fora do microfone. Ininteligível.) O SR. COORDENADOR (Marcelo Freixo) - É no auditório, sexto andar, não do anexo. Quero dizer o seguinte: o Movimento Moleque, o Fórum de Juventudes do Rio de Janeiro e a Rede Comunidades contra a Violência estão convidando para uma reunião no dia 7 de maio, que cai na próxima quinta-feira, às 18h30min, no CCPR lá de Acari, sobre a construção da comissão de desaparecidos e mortos da democracia. São duas agendas importantes para que a gente possa continuar.



Destaque:

A aproximação do parlamento com a população merece profunda consideração dos seguimentos da sociedade civil, conforme observa a Comissão de Direitos Humanos, que concretamente sai desta audiência Pública com os seguintes encaminhamentos apresentados por seu presidente:

O SR. COORDENADOR (Marcelo Freixo) - Obrigado, Mariluce. Vamos tentar concluir, porque já passou do horário combinado com a direção da escola. Aliás, eu quero deixar claro a todas as organizações sociais, aos movimentos o seguinte: a CPI trouxe as taquígrafas, a quem quero agradecer a presença e o trabalho, e depois será disponibilizado para nós o conteúdo de todas as falas. E queremos disponibilizar às organizações presentes a cópia de todas as falas, a cópia do vídeo, do áudio, enfim, e as transcrições do que fizemos aqui. Então, posso continuar? Muito obrigado. Vamos lá. Algumas coisas importantes. Primeiro, no que diz respeito à Prefeitura, quero lembrar que esta é uma audiência pública da Assembleia Legislativa. Portanto, nós tratamos com o Governo do Estado, não podemos tratar diretamente com a Prefeitura. Podemos dialogar com a Prefeitura, mas o poder de fiscalização sobre a Prefeitura é da Câmara de Vereadores e não da Assembleia Legislativa. Há uma questão central que diz respeito ao terreno de quem hoje recebe... São mais de mil famílias que vivem de aluguel social até hoje aqui no Complexo. É uma situação dramática, vamos acompanhar, mesmo em se tratando da Prefeitura. Existe um terreno que tinha sido prometido. A gente vai conversar isso depois com o Subprefeito, que gentilmente atendeu aqui as pessoas. Não é nesse terreno que a gente deseja a construção do prédio da UFRJ, que é também um desejo muito grande dos moradores. Mas é evidente que não pode o desejo da construção do prédio da UFRJ ser um espaço destinado à moradia, que é outro enorme desejo também. Nós sabemos que é possível, sim, o bom senso de conseguirmos um espaço para a o prédio da UFRJ e outro garantindo a construção de moradia, que é uma das principais demandas do Alemão. Então, a Comissão de Direitos Humanos tem o entendimento de que esse espaço tem de ser garantido aos moradores que recebem aluguel social e precisam da sua moradia. Então, esse é um encaminhamento que a gente faz na audiência. O Alan está aí atrás? O Alan, o Leo, o Santiago, enfim, todo mundo. Quero dizer o seguinte: estou propondo a quem nos ajudou a organizar isso tudo, a Secretaria de Educação e a Secretaria de Assistência Social — e elas já toparam —, que estão aqui na Mesa, que elas, nesta semana ou, no máximo, no início da semana que vem, façam uma reunião com as entidades, com as organizações. E estou convidando todas as organizações para um bate-papo sobre uma

mediação do que tem de ocorrer no Alemão, para que saia essa mediação das mãos da Polícia Militar. Porque a Polícia Militar é parte do conflito. Não tem como isso ser mediado por quem está dentro do conflito! A Andrea está pedindo para falar. Então, eu estou propondo que nesta semana ou na semana que vem, no máximo, as entidades se reúnam, a gente estará presente também, mais alguém do Executivo. E aí a proposta é de que as duas Secretarias trabalhem juntas com a gente, ouvindo e criando uma pauta para o Alemão, fugindo do debate, porque não adianta a gente só falar que não é só polícia — não é só polícia. E em que porta a gente bate? Qual é o assunto da gente? Polícia. A gente precisa quebrar isso na prática, senão não adianta.

Por fim, o deputado apresenta nova agenda convocando a população à divulgação de luta contra a proposta de redução da maioridade penal, conforme segue abaixo:

O SR. COORDENADOR (Marcelo Freixo) - Eu sei que todo mundo está saindo, mas eu recebi um recado importante: amanhã, das 9 horas às 18 horas, em Brasília — para quem conhecer alguém que lá possa estar —, haverá uma plenária nacional dos conselhos e movimentos sociais contra a redução da idade penal. Será em Brasília, no Espaço Israel Pinheiro. Obrigado. Está encerrada a audiência. Data de Publicação: Assunto: Transcrição Taquigráfica.

### **Conclusões dos destaques da 1ª Audiência:**

Nesta Audiência Pública no Complexo do Alemão, o discurso desfavorável às diretrizes de garantia dos direitos humanos vem carregado de um profundo protecionismo e corporativismo estatal, sob uma perspectiva de garantia de leis e ordens, que desconsidera o fator territorial e afetivo, no ponto de vista de pertencimento dos moradores. É o estado “garantidor” que predomina no discurso ora apresentado, é a “ordem contra a barbárie”, na figura “educativa” do “policial pedagogo”. Os depoimentos de parte da população e a solicitação desta audiência pública apontam um sentimento de insegurança e perplexidade diante dos fatos violentos e de risco, a saber a ocupação de uma escola pública pelo Estado para ali funcionar uma UPP e a morte de jovens negros moradores do Complexo do Alemão. É possível reconhecer a proximidade dos fatos?

A partir dos discursos apresentados é possível considerar que, apesar do cenário brasileiro e estadual de violência envolvendo a juventude, existem

demandas e posicionamentos populares favoráveis à garantia das diretrizes dos direitos humanos que sustentam a perseverante luta de parlamentares envolvidos com a causa. A Comissão de Direitos Humanos, em parceria com entidades e moradores, que realizou esta Audiência Pública no território do Complexo do Alemão, demonstrou sensibilidade e respeito aos moradores.

Quando envolve o tema da segurança pública, Soares (2005) aponta para a dimensão subjetiva da existência das políticas, porque elas envolvem sujeitos com suas culturas e expectativas e o parlamento é parte importante neste processo:

A dimensão subjetiva é parte relevante da segurança pública e deve ser um dos alvos de qualquer política de segurança que mereça este nome: seja porque as pessoas sofrem não só pelo que vivenciam no domínio estrito dos fatos criminais, seja porque sua experiência interior, indissociável da cultura intervém no mundo prático e gera fatos de várias maneiras diferentes (Soares, 2005, p.185).

#### **b) Segunda Audiência Pública:**

Ata da 6ª Audiência Pública da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania realizada em 31 de agosto de 2015, as 10 horas, na sala 316, do Palácio Tiradentes. Tema: “Apresentação do Relatório da Anistia Internacional sobre execuções sumárias no Estado do Rio de Janeiro”. Segue abaixo, integralmente, o resumo desta audiência pública:

Ata de Comissão Permanente ATA DA 6ª Audiência Pública Da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania REALIZADA EM 31/08/2015 2 COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA ATA DA 6ª AUDIÊNCIA PÚBLICA Aos trinta e um dias do mês de agosto de dois mil e quinze, às dez horas, na sala 316, do Palácio Tiradentes, reuniu-se a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania com a presença do Senhor Deputado Marcelo Freixo – Presidente, e do Deputado Flávio Serafini, membro suplente, para tratar do tema: “Apresentação do relatório da Anistia Internacional sobre execuções sumárias no Estado do Rio de Janeiro”. Sua Excelência, o Presidente Deputado Marcelo Freixo, declarou aberta a 6ª Audiência Pública, conforme convocação por edital publicado em vinte e seis de agosto de dois mil e quinze. O Senhor Presidente iniciou a Audiência anunciando a presença do Sr. Alexandre Ciconello, Átila Roque, do Professor Michel Misse, Natália Damásio, André Rodrigues, Dr. Paulo Roberto Mello Cunha Júnior, Dr. Fernando Villa Pouca, Dra. Adriana Pereira Mendes e do Cel. Íbis Silva Pereira. Sua Excelência, o Senhor

Presidente, solicitou que fosse publicada, na íntegra, a transcrição taquigráfica da presente Audiência Pública. ENCERRAMENTO: A seguir, como não houvesse nada mais a tratar, e como ninguém quisesse fazer uso da palavra, o Senhor Presidente suspendeu a reunião, para que eu, Viviane Nicolau de Sousa da Rocha, Secretária, matrícula 201.666-5, lavrasse a presente Ata. Reabertos os trabalhos, foi a Ata lida, aprovada, tendo sido assinada por mim e pelo Senhor Presidente. Sala das Comissões, em trinta e um de agosto de dois mil e quinze. (a) Viviane Nicolau de Sousa da Rocha – Secretária – Mat. 201.666-5 (a) Deputado Marcelo Freixo - Presidente Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania 6ª audiência pública Realizada em 31 de agosto de 2015.

Na abertura da Audiência Pública temos o discurso do presidente da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania, Deputado Marcelo Freixo, do diretor geral da Anistia Internacional no Brasil, Sr. Atila Roque, e do Sr. Alexandre Ciconello, membro da Anistia Internacional.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Freixo) – Bom-dia a todos. Desculpem o atraso. Estamos aqui esperando alguns convidados ainda, que não conseguiram chegar. Está tendo uma manifestação aqui no centro do Rio que interrompeu o trânsito criando algumas dificuldades. Vamos começar. Declaro abertos os trabalhos da 6ª audiência pública da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania com o tema Apresentação do relatório da Anistia Internacional sobre execuções sumárias no Estado do Rio de Janeiro. A presente audiência foi deliberada na 2ª reunião extraordinária da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania e teve seu edital publicado no Diário Oficial do Poder Legislativo em 26 de agosto de 2015. Agradeço muitíssimo a presença de todas e todos. É um prazer estar aqui com vocês. Agradeço em especial à Anistia Internacional na figura do seu presidente, não sei se é presidencialista à Cultura, mas o diretor, é melhor, esses são os vices do parlamento. O diretor-geral Átila Roque e toda a equipe da Anistia, que está desde cedo aqui. Já nos reunimos com a presidência da Casa na tentativa de uma garantia de uma agenda mais permanente fruto das recomendações do relatório. Agradeço as organizações da sociedade civil. Esta é uma audiência pública desdobramento desse relatório a pedido da Anistia e essas são sempre as melhores audiências que nós conseguimos realizar porque é de uma demanda real. Agradeço muito aos convidados que aceitaram o convite, representantes da Polícia Militar e da Polícia Civil e do Ministério Público. Também agradeço a presença das entidades que vão ter aqui direito à fala, o Iser, a Justiça Global, e

estamos aguardando o professor Michel Missi. Vamos dar início. Nós temos por hábito nas audiências públicas sempre ouvir primeiro a sociedade civil por razões óbvias e depois nós escutamos os representantes do estado de maneira geral. Esse relatório já é um relatório propositivo. Mas o mais importante é nós tentarmos tirar aqui o compromisso das instituições nessa agenda. Passo de imediato a palavra ao diretor-geral da Anistia Internacional Átila Roque, que apresenta também a sua equipe aqui. Obrigado, senhores. O SR. ATILA ROQUE - Bom-dia a todas e todos. Bom-dia, deputado Marcelo Freixo, obrigado por convocar essa audiência pela importância que ela tem para a sociedade brasileira e carioca em particular. Bom-dia, deputado Flávio. Queria, antes de mais nada, cumprimentar fortemente e agradecer muito a presença das autoridades aqui que aceitaram o convite de fazer esse diálogo conosco, o coronel Ibis Pereira, dr. Fernando Vila Pouca, da Polícia Civil, dr. Paulo Robson, do Ministério Público. Eu vou fazer uma breve introdução. Queria antes apresentar o Alexandre Ciconelo, que é pesquisador da Anistia e que vai fazer uma breve apresentação do relatório. E queria dizer que nós estamos aqui tratando de um tema que é central para o estado de direito democrático. Nós estamos tratando de um tema que é aquela situação em que o estado que tem o monopólio da força, que pode em circunstâncias extremas inclusive em defesa da própria vida do agente ou da vida de outrem fazer uso dessa força de maneira letal, não pode restar, portanto, nenhuma dúvida sobre se esse uso da força foi ou não legítimo. O que nós temos verificado na experiência não apenas do Rio de Janeiro, mas do Brasil é que muitas vezes essa clareza não fica claramente determinada por uma série de razões inclusive, que são tratadas no relatório. Muitas vezes, o termo auto de resistência ou morte decorrente de operação policial ou homicídio decorrente de operação policial, acaba servindo à revelia da vontade das autoridades policiais, inclusive à revelia da vontade muitas vezes do próprio estado como cortina de fumaça para situações de execução. Então, a gente espera que esse relatório, que já tive oportunidade de apresentá-lo para toda cúpula da segurança pública, tivemos um diálogo bastante produtivo em relação aos seus conteúdos, aliás, preciso sublinhar o alto índice de colaboração que obtivemos para acesso à informação, para entrevista com autoridades, policiais, etc., e a gente espera que esse relatório seja uma oportunidade para que a gente supere essa tradição que vem de longo tempo e que o estado use a força de forma ilegítima, vitimando em grande maioria a população das periferias, das favelas, particularmente jovens, particularmente jovens negros. Então, eu vou passar agora o Alexandre, para fazer uma breve apresentação, e sublinhar que a gente gostaria que conseguíssemos sair daqui, Marcelo, com um conjunto de recomendações práticas, é preciso que a gente consiga avançar nessa discussão. A

expectativa nossa é que isso aqui não seja apenas um momento de, mais uma vez, reiteração dos fatos que estão no relatório, mais uma vez um momento de denúncia, não, a gente quer que seja de fato um momento em que a gente use a Casa, use essa audiência pública para dialogar e fazer avançar numa agenda propositiva que ajude a gente a resolver essa situação. O SR. PRESIDENTE (Marcelo Freixo) – Obrigado. Antes, quero registrar a presença do deputado Flávio Serafini, membro da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania, e peço desculpas porque é a primeira vez nesses anos todos que essa sala está quente, porque geralmente é o contrário, eu peço desculpas pelo frio estúpido, mas deve ser castigo. Então, perdão pelo calor de hoje. O em razão do alto índice de homicídios entre a juventude, especialmente a juventude negra. No Brasil são 56 mil homicídios por ano, dados de 2012. Dessas 56 mil pessoas assassinadas, 30 mil são jovens, entre os jovens 77% são negros. Nós não temos hoje como prioridade das políticas de segurança pública não só no Rio de Janeiro, mas no país como um todo, de redução do número de homicídios. O Brasil é um dos países mais violentos do mundo, tanto em termos do número de pessoas que são mortas, mas em termos também do índice desse número de homicídios. Em algumas capitais **SR. ALEXANDRE CICONELLO - Bom-dia a todos e todas. Vou apresentar um pouco o relatório que a Anistia lançou no dia 3 de agosto, um relatório internacional chamado Você matou meu filho, homicídios cometidos pela Polícia Militar na cidade do Rio de Janeiro. A Anistia Internacional em novembro do ano passado lançou uma campanha Jovem negro vivo**, por exemplo, do Nordeste, a gente consegue desagregar entre os jovens brancos e a taxa de homicídios entre os jovens negros, a gente vê que às vezes é dez ou até quase vinte vezes maior a taxa de homicídios entre os jovens negros do que os jovens brancos. O objetivo da campanha é tentar romper com essa indiferença e pedir para as autoridades, o poder público, para priorizar políticas públicas de redução de homicídios. Dentre os homicídios em geral, nós vimos que os homicídios cometidos pela polícia em serviço é parte significativa desse total de mortes. Entre 2010 e 2014, na cidade do Rio de Janeiro, a gente tem por volta de 15 a 20% do número total de homicídio na cidade do Rio são cometidos pela polícia em serviço. Em 2014, foram 15.5% dos homicídios da cidade do Rio de Janeiro cometidos pela polícia. A gente está falando em termos de escala, uma escala muito relevante no número total de homicídios. Se a gente pega os últimos dez anos, de 2005 a 2014, nós temos aqui no Estado do Rio de Janeiro 8.466 vítimas de homicídios decorrentes de intervenção policial. Só na capital foram 5.132 homicídios nesses últimos dez anos. Desde 2007, a gente teve, 2005, 2206, 2007, até 2009, índices estupidamente altos de homicídios cometidos pela polícia no Rio. Esses números, a

partir de 2007 vieram baixando significativamente. 2011, nós temos a inclusão no programa de metas de segurança pública, redução do número de mortes cometido pela polícia como um dos indicadores das metas da segurança pública, que em todos os batalhões e unidades da Polícia Civil deveriam perseguir. A gente teve uma publicação também de uma portaria da Polícia Civil que regulamenta e reforça medidas de investigação dos homicídios cometidos pela polícia no sentido de uma perícia no local do crime, também do delegado ter que ir ao local do crime ir investigar esses homicídios. Isso já está no Código de Processo Penal, mas teve uma portaria que foi muito relevante para a diminuição desses índices e também a política de UPP. Em áreas de UPP você teve a redução tanto dos homicídios em geral como também dos homicídios cometidos pela polícia. Então, a gente reconhece essas iniciativas que foram muito importantes, são importantes para a redução dos homicídios cometidos pela polícia no Rio. Contudo, em 2014, a gente teve um aumento significativo de 40% do número de homicídios decorrentes de intervenção policial, comparando com 2013. Novamente, em 2015, comparando o primeiro semestre de 2015 com o primeiro semestre do ano passado, nós tivemos um aumento de 22% dos números de homicídios cometidos pela polícia. São 580 homicídios no ano passado. A Anistia, vocês chegando aqui, teve uma instalação na frente das escadarias do Palácio Tiradentes representando essas vítimas. A Anistia teve acesso a dados desagregados por raça, por idade e também por sexo dessas vítimas. Quem são essas pessoas que estão sendo vitimadas pela Polícia Militar no Rio de Janeiro? A maioria são homens, 99,5%, na cidade do Rio de Janeiro, 79% são negros e 75% são jovens; a grande parte desses jovens negros do sexo masculino, também moradores de favelas e periferia da cidade do Rio. O relatório da Anistia, qual foi a metodologia? Nós resolvemos então analisar não pegar os casos emblemáticos onde as famílias e a comunidade se mobilizam em torno de justiça. A Anistia fez uma varredura em uma área da cidade do Rio. Nós pegamos a área do 41º Batalhão de Polícia, que é a área no Rio de Janeiro onde há o maior número de homicídios cometidos pela polícia. Ano passado foram 68 autos de resistência. Dento da área do 41 tem a área da 39ª Delegacia de Polícia. Estão registrados na delegacia 43 homicídios no ano de 2014 e o bairro de Acari é onde foram registrados dez homicídios decorrentes de intervenção policial em 2014. Nós fizemos uma varredura para entender qual é a dinâmica desses homicídios. Nós tivemos acesso aos registros de ocorrências em que é narrada a dinâmica oficial onde ocorreram essas mortes, que em geral os registros de ocorrências de autos de resistência ou homicídios em decorrência de intervenção policial colocam sempre uma dinâmica sempre muito semelhante e parecida, de que houve uma injusta agressão e o policial reagiu em legítima defesa.

Nós analisamos todos esses dez homicídios. Conseguimos, das dez vítimas, identificar, ter elementos para entender essa dinâmica através de depoimentos de testemunhas, de moradores, visitas ao local do crime, acesso ao registro de ocorrência de nove dessas dez mortes. Dos nove casos analisados pela Anistia, todos eles há indícios de execuções extrajudiciais, ou seja, a dinâmica oficial narrada no registro de ocorrência em que houve uma legítima defesa, uma injusta agressão, na verdade trata-se de execuções extrajudiciais. Vou passar rapidamente quais foram as dinâmicas dessa morte: dois dos casos você teve uma ocorrência de Troia, que é onde os policiais ficam escondidos em uma casa. Quando a vítima passou pela rua ela foi atingida, foi executada sem nenhuma ordem de prisão. Não havia uma operação policial nesse momento. Uma emboscada. Essa é uma prática que foi também um dos policiais civis entrevistados pela Anistia Internacional reconheceu que existe essa prática dentro da polícia, de Troia. Ela é conhecida, os moradores de Acari também conhecem essa prática de Troia, onde os policiais ficam escondidos na casa, invadem uma casa e se escondem para fazer essa emboscada. Tem o caso do Pedro Ivo e do Lucas, que são dois jovens que foram assassinados em uma grande operação policial que aconteceu em Acari, em julho de 2014, onde os policiais entraram atirando, é uma operação policial que tinha policiais militares do Batalhão do Choque, do Bope e também do 41º Batalhão da Polícia Militar. A maior parte das mortes ocorridas na região do 41º foram promovidas por policiais do 41º Batalhão, mas também muitas das mortes foram cometidas por policiais do Bope. Das dez vítimas de Acari, quatro foram, de 2014, quatro homicídios cometidos pelo Bope, quatro homicídios cometidos pelo Bope, quatro homicídios cometidos pelos policiais do 41º e dois por policiais do choque que nesse caso do Pedro Ivo e do Lucas. Em outros casos, do Vitor e do Gustavo, do Roberto, a vítima estava rendida e foi assassinada, morta por policiais, no caso do Gustavo a vítima estava rendida com as mãos para cima falando perdi, perdi, os policiais chegaram e falaram, “perdi nada, eu quero a sua alma” e executaram o Gustavo com mais um tiro, há muitos casos que não houve perícia na maioria dos casos, casos em que o corpo foi retirado, foi removido do local do crime, desfazendo a cena do crime, a possibilidade também de uma investigação ou de perícia, e além dos 10 homicídios houve outros dois homicídios não registrados como auto de resistência, homicídio decorrentes de emissão policial, mas que aconteceram no contexto de operações policiais é o caso do João Carlos que houve realmente uma troca de tiros entre a polícia e os criminosos de Acari e ele ficou no meio do tiroteio e acabou falecendo, ele estava comprando gelo para uma atividade cultural que ia ter em Acari e o caso da Ana Claudia que segundo testemunhas, foi assassinada com um tiro vindo de



um caveirão, não havia um confronto naquele momento, a Ana Claudia estava grávida e a mãe da Ana Claudia, a dona Célia, é a segunda filha que é assassinada em Acari nas mesmas circunstâncias, grávidas, com indícios de que foi cometido pela polícia, há 20 anos, a dona Célia teve uma segunda filha assassinada, na época pela polícia na região de Acari. Esses dois casos, é muito importante mencionar, eles não constam nas estatísticas oficiais, há vários homicídios também cometidos pela Polícia Militar que não são registrados como homicídios decorrentes de intervenção policial quando não há na narrativa policial a tentativa de enquadrar esses crimes como legítima defesa. Para além dos casos de Acari, a Anistia também entrevistou e colheu informações também sobre outros homicídios cometidos na cidade do Rio de Janeiro entre 2014 e 2015 em que não foram registrados como auto de resistência, alguns tentaram ser registrados, mas por mobilização da família você houve um registro como homicídio comum, o caso do Alan é um caso muito emblemático que aconteceu na favela da Palmeirinha, que ficou também muito conhecido que os policiais entraram, atiraram, eram três jovens que estavam conversando esperando uma pizza na comunidade e os policiais entraram atirando e registram essa morte, atingiram o Alan e o menino Chauan, um jovem que também levou um tiro no peito e foi socorrido e registram essa morte como auto de resistência, colocaram duas armas, como se fossem do Alan e do Chauan, o Chauan, inicialmente foi preso e acusado de tentativa de homicídio contra os policiais e essa farsa só foi desfeita em razão de um vídeo que foi filmado, os meninos estavam brincando com celular, em razão desse vídeo é que mostrava na verdade, nada disso que os policiais relatavam teria acontecido. Teve o caso do DG, na favela do Pavão-Pavãozinho, em que houve manipulação da cena do crime, o corpo foi tirado de lugar, foi lavado, há vários indícios que o corpo e a cena do crime foi desfeita, isso é uma constante, tanto de plantar armas ou tentar justificar uma narrativa do confronto, da legítima defesa, isso aconteceu no caso do Alan, do Douglas, o Jonathan, a Ana Paula, a mãe do Jonathan, o caso do Eduardo de 10 anos, morto no Alemão, a Terezinha também está aqui hoje na audiência, espero que depois elas possam falar um pouco mais, mas, no caso do Jonathan também houve uma tentativa de registrar o caso como auto de resistência, homicídio decorrente de intervenção policial que em geral garante uma impunidade, a gente vai mostrar dados como esses casos não são investigados, e a responsabilidade também tanto da Polícia Civil como do ministério público em apurar devidamente, ter uma investigação imparcial sobre isso, no caso do Eduardo, ele tinha 10 anos e foi assassinado na frente de casa, estava brincando com o celular, os policiais entraram atirando, não havia um confronto, houve uma tentativa também de remover o corpo do Eduardo e esses casos estão sendo hoje, a maioria deles

denunciados, em razão da pressão de familiares que não se calaram frente essa violência. A Anistia também analisou todos os casos homicídios decorrentes de intervenção policial ocorridos em 2011 que foram abertos investigações, procedimentos administrativos para investigar esses casos, a gente pegou o ano de 2011 para depois de quatro anos houvesse um tempo suficiente para que essa investigação tivesse sido concluída, e na investigação concluído no sentido ou esse homicídio foi legítimo e deveria ser arquivado, realmente o policial agiu em legítima defesa, ele usou a força na única a força letal na única hipótese que o policial pode usar a força letal, ou seja, para preservar a própria vida ou a vida de alguém, ou o que ocorreu realmente não foi uma legítima defesa, foi uma execução. Nos casos de 2011, dos 220 procedimentos, foram 283 homicídios na cidade do Rio, 220 procedimentos abertos, a grande maioria, mais de oitenta por cento, ainda encontra-se em andamento, no chamado pingue pongue dessa investigação entre a Polícia Civil e o Ministério Público. Em apenas um dos casos foi feita a denúncia contra os policiais, houve doze pedidos de arquivamento, sendo que a metade deles foi por falta de provas e outros casos que foi uma prisão em flagrante decorrente do auto de resistência. Ou seja, mais de quatro anos depois a gente ainda não tem a conclusão dessas investigações. Anistia essa é uma pesquisa o professor Michel pode falar um pouco mais, ele fez uma pesquisa semelhante com dados do ano de 2005 e as conclusões são muito semelhantes com relação a essa falta de responsabilização, que alimenta esse ciclo da violência, da impunidade também, você não tem, hoje, uma responsabilização com relação a essas mortes e não se sabe, realmente, se esses 580 autos de resistência do ano passado os mais de oito mil nos últimos dez anos qual foi a dinâmica real dessas mortes. E por último nós temos também outras violações que aconteceram em Acari, cometidas por policiais militares, e é uma situação de intimidação e ameaça, não só das testemunhas, que têm medo de depor, de falar, como de defensores de direitos humanos que atuam em Acari e outros bairros da cidade do Rio de Janeiro que estão em constantes ameaças e intimidações, há vários casos de ameaças diretas a defensores de direitos humanos de Acari, a gente pede também para as autoridades que protejam não só as testemunhas, os familiares, como os defensores de direitos que têm a coragem de denunciar esse tipo de violação por parte do estado. Agora, gostaria de passar para o Átila para ele falar um pouco das recomendações que a gente propõe.

A apresentação do relatório da Anistia Internacional ecoa com a realidade da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, com destaque para “o estado de polícia”, uma polícia “profundamente militarizada” e a “manutenção da ideia de

uma política de segurança pública”. O Rio tornou-se um estado que “justifica” suas ações com base em sua política de segurança pública. Cabe ressaltar que esta segunda Audiência Pública traz temas afins aqueles tratados na primeira Audiência Pública supracitada: reflexões sobre a questão dos “autos de resistência” e sobre a política estatal que não previne o aumento dos índices de morte de jovens negros nas favelas, morros e periferias do estado. Mais adiante, ao longo da audiência, o Deputado Marcelo Freixo apresenta, nominalmente, as mães, pais e filhos, jovens, vítimas de violência e vítimas do “auto de resistência”:

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Freixo) – Obrigado, Michel. Solicito que tentemos ser objetivos para que possa dar tempo para todos serem ouvidos. Agradeço a chegada da doutora Adriana Pereira, corregedora da polícia. Registro a presença do José Luiz, sempre presente, pai do Michel, de Acari; Wanderley da Cunha, o Deley de Acari, que foi fundamental na elaboração do relatório, amigo de tantos anos; dona Fátima, mãe do Hugo Leonardo; Márcio Jacinto; mãe do Henri, querida amiga; Mônica Cunha, do Movimento Moleque, mãe do Rafael; Ana Paula, mãe do Jonatan, de Manguinhos, está em todas as nossas ações; dona Ione, mãe do Vitor, da Maré; Dona Ana Lúcia, rede contra a violência, mãe do Michão. A gente fez questão de ler os nomes para não permitir que se transformem em números.

Retomado os trabalhos, a Audiência Pública convida a Sra. Natália Damásio, da Organização não Governamental (ONG) Justiça Global para falar e ela apresenta um breve histórico de homicídios de jovens ocorridos em algumas favelas ou morros da região metropolitana do Rio de Janeiro:

Natália Damásio, Justiça Global. A SRA. NATÁLIA DAMÁSIO – Trabalho na Justiça Global, uma ONG que faz monitoramento e denúncias de graves violações de direitos humanos. No que se refere à execução sumária, em complemento à fala do professor Michel, não nos parece que exista um quadro apenas de impunidade: existe um quadro de seletividade de um sistema penal. O que acontece é que se prende muito no país, só que se prende por escolha de cor e por escolha de crime. Tudo isso parte de uma mesma lógica estatal, que é uma ideia de estado de polícia, que faz com que se prenda muito por tráfico de drogas e que se mate muito sob a justificativa de tráfico de drogas, que vem sendo a grande justificativa para a manutenção da ideia de uma política de segurança pública profundamente militarizada e que implica nesse grau tão alto de

letalidade. Apesar de os atos de resistência terem caído por longo período no estado, percebemos que, no último semestre, ele subiu consideravelmente de 2014 para 2015, e de 2013 para 2014, o que é um péssimo sinal em relação às mudanças tomadas representarem uma alteração do quadro de letalidade. Nesse ponto, destacamos que não é só o auto de resistência que vitima em favelas e periferias: é também o desaparecimento forçado. É, por exemplo, o caso do Cleiton da Silva, que foi encontrado morto no dia 21 de agosto no Morro da Babilônia. Isso indica que resolver um problema sem resolver toda essa estrutura de segurança pública que vitima não vai fazer com que daqui a cinco ou dez anos a gente veja um quadro diferente em termos de violação de direitos humanos por parte do estado. No que se refere ao auto de resistência, trazemos a pesquisa do Veroni, que é de 1986, que já indicava todas as falhas do Judiciário, da investigação, da inversão em que se aplica o excludente de licitude quando se começa a investigação, e de como isso fazia com que a vida da vítima fosse investigada, ao invés do fato, da autoria e da materialidade, e de como isso vinha gerando um número alto de ausência de responsabilização de agentes do estado. Um caso emblemático em relação à ausência de responsabilidade é o caso do Michel, filho do José Luís, morto em Acari, com três anos de idade, colocado enquanto auto de resistência e está a nove meses de prescrever, sem nenhum agente de estado ser responsabilizado. No mesmo sentido, a gente já traz que existem certos mecanismos hoje funcionando dentro do Judiciário, e de investigação, que agravam. Por exemplo, a Súmula 70, do TJ, é um problema. Você, colocar a palavra, o depoimento do policial enquanto prova absoluta num processo criminal é um problema! Por exemplo, o falso socorro, que é uma prática que chocou tanto o Estado do Rio com o caso da Cláudia, que foi um caso, exatamente um falso-socorro para desmonte de cena de investigação, o mesmo agente pode apontar, por exemplo, que no ano passado existia uma resolução da UPP do Complexo da Penha, da Chatuba especificamente, que mandava haver o recolhimento de balas - isso foi noticiado na época, acho que foi em meados do ano passado -, e são todos esses pequenos dispositivos que vão se criando também, de forma dispersa, que fazem com que a investigação - e aí não é acidentalmente, é dolosamente -, seja prejudicada. Do mesmo modo, esse cenário não vem sendo apontado só a nível interno, enquanto problemático, grande parte dos órgãos internacionais de direitos humanos e de proteção aos direitos humanos já apontaram o problema que o auto de resistência é. Dentre eles, em 98, o Brasil foi condenado na Comissão Interamericana de Direitos Humanos, pela execução de Wallace de Almeida, durante uma operação do Bope, na Babilônia, mesmo lugar em que hoje o Kleiton desaparece, o que mostra a constância e a permanência dessa prática profundamente

autoritária e racista, e genocídio de fato, ele foi condenado e, desde então – e aí não só a nível estadual, mas a nível federal também – a única medida de fato tomada foram algumas portarias e resoluções e a troca do nome de “auto de resistência” ou “resistência seguida de morte” para “homicídio por intervenção policial”. Isso, isoladamente, não vai resolver, não vai alterar a forma de atuação da Polícia Militar ou da Polícia Civil, pelo braço mais militarizado, que é o Core, com um número tão alto de moradores de favelas e periferias venham morrendo. Do mesmo modo, recentemente, foi denunciado pela Comissão Interamericana, o caso da Nova Brasília, que também é um caso de chacina. Agora, em março de 2015, durante uma Audiência sobre genocídio da juventude negra do país, foi mais uma vez pontuado que existe uma prática estatal racista de genocídio da juventude negra e que o auto de resistência vem sendo o grande motor dessa política. E que, ainda assim, ele se mantém como, apesar de já ter sido também condenado pela ONU – isso chega a ser citado pela relatora – ainda assim isso se mantém como uma prática resquício da ditadura e permanência de racismo. Mas obviamente existem medidas que podem ser tomadas, em curto prazo, inclusive sempre que a gente tem essa fala, a gente destaca o PL 4.471 e a importância de se pensar em mecanismos de controle efetivo da atuação policial, como ouvidorias externas, e ponderar que, acima de tudo, é importante a gente repensar o sistema de segurança pública, como ele é dado hoje, que uma ocupação militar permanente não altera uma lógica de guerra. E, ao mesmo tempo, também intensificar políticas de combate ao racismo, porque sem um combate simultâneo ao racismo, você vai continuar colocando essas práticas em outros campos, mas ainda assim possibilitando em que se permaneça numa estrutura política em que o genocídio do povo negro é a grande marca. O SR. PRESIDENTE (Marcelo Freixo) – Obrigado, Natália.

A história se repete, conforme podemos perceber a partir do discurso realizado na Câmara dos Deputados na sessão de 10 de junho de 1888:

As classes pobres e viciosas sempre foram e hão de ser sempre a mais abundante casa de toda sorte de malfeitores: são elas que designam mais propriamente sob o título de “classes perigosas”; pois quando mesmo o vício não é acompanhado pelo crime, só o fato de aliar-se à pobreza no mesmo indivíduo constitui um justo motivo de terror para a sociedade. O perigo social cresce e torna-se de mais a mais ameaçador, à medida que o pobre deteriora a sua condição pelo vício e, o pior, pela ociosidade.” (Anais da Câmara dos Deputados, v. 3, p.73, sessão de 10 de junho de 1888, apud Freire, 2009, p.139).

O genocídio de jovens negros discutido nesta audiência pública, representa um forte alerta para a sociedade brasileira e fluminense. O relatório da Anistia

Internacional joga luz a situação dos autos de resistência que têm sido motivo de elevado número de mortes de jovens negros, pobres, moradores de favelas e das periferias de nosso país e do nosso estado.

A proposta da presidência da Anistia Internacional no Brasil foi para que esta audiência terminasse “com um conjunto de recomendações práticas” que pudesse “fazer avançar numa agenda propositiva” que ajudasse a “resolver essa situação”, sem que fosse só mais um “momento de denúncias”.

Vejamos o discurso do Deputado Estadual Flávio Serafini:

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Freixo) – Deputado Flávio Serafini. O SR. FLÁVIO SERAFINI – Boa-tarde a todos e todas! Acho que esta audiência é fundamental. Queria parabenizar o trabalho da Anistia, que traz esse relatório num momento importante. A gente está assistindo a uma retomada do crescimento dos autos de resistência, das mortes provocadas por polícias, que de fato nunca chegar a qualquer patamar que pudesse ser considerado razoável. Mesmo nos seus momentos oficialmente mais baixos, sempre estiveram entre as polícias que têm maiores registros de causar mortes no mundo. O trabalho é fundamental. Eu gostaria de ressaltar um elemento desse trabalho, que é o foco dado em Acari. A maneira que descortina o que a gente poderia chamar de um estudo de caso, pegando o recorte da comunidade de Acari, é muito importante porque mostra como, só naquela realidade, você tem um mosaico que inclui casos não registrados, execuções, reincidências dentro da mesma família, dramas que se repetem – no caso ali dramático de mulheres grávidas. Mas se a gente pega a quantidade de famílias pobres de favelas do Rio de Janeiro que perdem membros com o passar do tempo é uma coisa realmente bárbara; é bárbaro o que a gente está vivendo. Acho que a gente tem que ter um olhar sobre essa questão que coloque a emergência do tamanho que ela é, e, com toda sinceridade, mesmo vendo individualmente as instituições aqui se manifestando, me parece que a gente está num caminho ainda muito distante disso. A gente viu, na última semana, os ônibus sendo parados a caminho da praia e jovens negros sendo impedidos de chegar a um momento de lazer. A gente viu recentemente também a situação da portaria para que os policiais voltem a fazer operações com os rostos tampados com toucas. Ou seja, a gente, ao mesmo tempo em que abre um diálogo fundamental, vê medidas que institucionalizam o racismo, uma suspeição generalizada sobre os jovens negros. A questão da praia é dramática, é a suspeição generalizada sobre determinado perfil social, e é disso que se trata; é o primeiro passo para a naturalização da morte. Você cria um perfil que é igualado a um perfil de periculosidade, junto com um discurso de guerra você alimenta o cenário para

que o resultado final da ação policial seja espalhar corpos de jovens negros e pobres nas favelas. Então, eu gostaria de apoiar o conjunto das iniciativas apresentadas aqui pela Anistia, e reiterar da urgência de que essas medidas e outras sejam tomadas pra que a gente desnaturalize a barbárie. Ao mesmo tempo em que a gente aqui abre uma mesa de diálogo, tem uma série de medidas institucionais, apoiadas pelo próprio governador, que saiu em declarações, confesso que até me surpreenderam mesmo não nutrindo grandes expectativas, em defesa de operações tão flagrantemente racistas. Reitero nosso apoio a essas medidas, a essa necessidade de diálogo permanente para que a gente desnaturaliza esse racismo institucional, essa suspeição coletiva que se joga sobre as populações mais pobres para que a gente de fato possa caminhar para a desnaturalização da barbárie. Muito obrigado. (Palmas) O SR. PRESIDENTE (Marcelo Freixo) – Obrigado, Flávio e Siro.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Freixo) – Ok. Bom, quase na hora, agradeço muitíssimo a participação de todos e de todas, aos representantes do poder público, à Anistia Internacional, à Justiça Global, ao Iser, às outras organizações aqui presentes, agradeço principalmente às mães, que conheço há tantos anos, que conheço há tanto tempo, numa caminhada longa. Acho que essa audiência é uma audiência resultado de muito trabalho de muita gente amadurecida ao longo de tantas dores e lutas. Agradeço à Anistia Internacional pela proposta da audiência e eu acho que temos uma chance concreta de avançar. É necessário que a gente faça isso. Obrigado. Está encerrada a sessão. Data de Publicação: Assunto: Ata 6ª Ap

### **Conclusões dos destaques da 2ª Audiência:**

Embora o tema tratado fosse de extrema importância, esta Audiência Pública contou com a presença de apenas dois Deputados Estaduais: Marcelo Freixo e Flávio Serafini. Os deputados destacaram a necessidade deste debate ao apresentarem pessoas e fatos emblemáticos, representações institucionais com dados e fatos importantes para a construção e reconstrução da política de segurança pública, tendo em vista a seletividade dos casos de homicídios e a significação da morte de jovens negros, pobres e moradores de favelas, morros e da periferia. O discurso parlamentar nesta Audiência Pública corrobora a existência de um debate propositivo e de uma provocação ao executivo estadual,

na perspectiva de ruptura do ciclo de violações de direitos, particularmente aquele que incide sobre a juventude negra e pobre.

Cabe ressaltar que os autos de resistência ferem a Convenção Americana sobre Direitos Humanos - Pacto de São José da Costa Rica – de 22 de novembro de 1969, que o Brasil adotou em 09 de julho de 1992 e ratificou em 25 de setembro de 1992. Esta Convenção estabelece o “Direito à vida e a integridade física, psíquica e moral” (Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2006).

**c) Debate no Plenário da ALERJ sobre a matéria do Jornal Extra, de 07/10/2015:**

Debate ocorrido em sessão ordinária, do dia 7 de outubro de 2015, no plenário da ALERJ, para a votação do Projeto de Resolução Nº 159, de 2015, de autoria do Deputado Estadual Rogério Lisboa. Esta resolução tramitou na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro requerendo a criação da CPI para investigar os autos de resistência e mortes decorrentes de ações policiais no Estado. Segue, na íntegra, o debate:

**ORDEM DO DIA**

Projeto De Resolução 159/2015

Texto da Ordem do Dia

ANUNCIA-SE A DISCUSSÃO ÚNICA, EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA, DO PROJETO DE RESOLUÇÃO 159/2015, DE AUTORIA DO DEPUTADO ROGÉRIO LISBOA, QUE REQUER A CRIAÇÃO DE COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA INVESTIGAR OS AUTOS DE RESISTÊNCIA E MORTES DECORRENTES DE AÇÕES POLICIAIS NO ESTADO.

O SR. PRESIDENTE (Wagner Montes) – Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discuti-la, encerrada a discussão.

Em votação. Os Srs. Deputados que aprovam a matéria permaneçam como estão.

(Pausa)

Aprovada.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO – **Solicito verificação de votação, Sr. Presidente.**

O SR. PRESIDENTE (Wagner Montes) – Verificação de votação solicitada pelo Deputado Flávio Bolsonaro.



O SR. FLÁVIO BOLSONARO – Peço a palavra para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wagner Montes) – Para encaminhar a votação, pelo PP, tem a palavra o Deputado Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Para encaminhar a votação) – Presidente, mais um tema que me preocupa aqui. Os policiais já têm tanta dificuldade de trabalhar! Bato sempre na tecla da insegurança jurídica com que eles trabalham. Os profissionais têm que tomar decisões em fração de segundo para não perderem suas próprias vidas. Atualmente, estão submetidos a uma jornada de trabalho desumana. É humanamente impossível um policial militar hoje tomar conta da própria vida, tendo em vista a quantidade de horas mensais que ele trabalha. É um serviço muito longe de ser confortável; ele tem que estar alerta 24 horas, até quando está de folga. (*grifo nosso*)

Então, abrir-se uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre esse assunto, sem um caso, sem algo de concreto que motive isso, pela simples discussão ideológica, é mais uma faca na garganta desse profissional que já se preocupa hoje, mesmo estando certo em determinadas ocorrências, em produzir provas a favor de si mesmo, com medo do Judiciário. Vejam como está a cabeça do policial hoje, preocupando-se mais com o Judiciário, com o juiz, por mais que ele esteja certo e amparado pela lei, preocupando-se em produzir provas para que ele não se sente no banco dos réus. (*grifo nosso*)

E nós vamos aqui aprovar mais um instrumento para colocar o seu trabalho em xeque, um trabalho já tão difícil, sem segurança jurídica, sem condições físicas e morais de trabalho? Então, essa é minha preocupação em instaurar uma Comissão Parlamentar de Inquérito para isso. Portanto, peço o voto contra.

O SR. PRESIDENTE (Wagner Montes) – Deputado Flávio Bolsonaro, pelo PP, encaminha o voto contra.

Deputado Rogério Lisboa, autor do Projeto.

O SR. ROGÉRIO LISBOA – Sr. Presidente, na verdade, o projeto de CPI para avaliarmos e analisarmos os autos de resistência não está contra o policial militar. Muito pelo contrário. Nós queremos preservar a corporação. Não é possível entendermos que maus policiais tirem a vida dos outros, escondidos num instrumento jurídico que é absurdo.

O que queremos é garantir ao policial que ele terá toda a segurança jurídica se ele, no confronto, agir em legítima defesa e, porventura, matar alguém. Esse que agir em legítima defesa, em ação, tem que ser condecorado. Agora, o policial que assassina, a sangue frio, esse não é policial; é marginal.

Então, nada contra o policial. Muito pelo contrário: é para preservar a instituição. Esse é um modelo falido. É uma cultura da morte absurda. Eu vou ousar aqui dizer que o fato, trágico, que aconteceu com a sobrinha de um policial ontem está escondido atrás do auto de resistência, da cultura do auto de resistência. Ele viu o carro dele passar na rua. Achou que estava sendo roubado e deu um tiro no carro, antes de qualquer coisa. E quem estava dentro do carro era sua própria sobrinha. Isso é um absurdo! Não podemos imaginar que possamos estar expostos a esse tipo de comportamento.

Então, o que queremos e defendemos é que se investigue. Só, e mais nada.

O SR. CARLOS MINC – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wagner Montes) – O Deputado Marcelo Freixo estava na frente de todo mundo. Primeiro, o Deputado Marcelo Freixo, depois o Deputado Jorge Felipe Neto, o Deputado Carlos Minc e o Deputado Paulo Ramos.

O SR. MARCELO FREIXO – **Sr. Presidente, para orientar a bancada do PSOL, quero dizer que nós vamos votar de modo favorável à CPI. Primeiro, porque é muito grave o Parlamento imaginar que uma CPI não pode ser instalada, que uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que uma investigação parlamentar não pode ser feita. Só em casos muito anormais, para uma CPI. O que está se aprovando aqui é uma Comissão Parlamentar de Inquérito, não é um pré-julgamento de nada, e é um instrumento importante do Parlamento. Segundo, o tema auto de resistência é um tema caro e é um equívoco absolutamente ilimitado imaginar que se defende a Polícia sendo contra qualquer debate à investigação do auto de resistência. (grifo nosso)**

**Primeiro esclarecimento, quando se fala, Deputados, que nós vamos investigar o auto de resistência, está se falando que vai se separar o bom policial daquele policial que não utiliza bem um instrumento que é legal. É um instrumento oriundo da ditadura militar ainda e, mais do que isso, o auto de resistência não envolve só a Polícia, Deputado Wagner Montes. O auto de resistência é um procedimento. Quando esta Casa abrir uma CPI para investigar o auto de resistência, vai ter que investigar também o Ministério Público, que pede o arquivamento, que é tão ou mais responsável do que o policial; vai ter que investigar o Poder Judiciário, que arquiva muitas vezes sem cumprir o seu papel devido, e essa queixa não chega. (grifo nosso)**

**É muito importante para a própria Polícia, mais do que para qualquer um, que esta Casa investigue, sim, o auto de resistência, até para que se retire da instituição como um todo uma marca muito perversa e ruim. É evidente que o auto de resistência é um instrumento da época da ditadura, Deputado André, e**

isso não pode continuar assim. Não há o devido trabalho de outras instituições, para além da polícia, que ficam silenciadas e escondidas no auto de resistência. Então, esta Casa pode e deve aprovar. *(grifo nosso)*

Nós já fizemos aqui inúmeras Audiências Públicas sobre o tema. E eu quero aqui elogiar a Polícia Civil, que atendendo, inclusive, um tema da própria Audiência Pública feita recentemente nesta Casa – o Deputado Zaqueu Teixeira sempre acompanhou –, atendendo o próprio relatório da Anistia Internacional e diversos pedidos, que colocavam que a delegacia de homicídios deveria assumir os casos de auto de resistência, essa foi uma medida tomada agora, na semana passada. A delegacia de homicídios assume, mostrando o quanto o tema do auto de resistência é importante, levando para sua estrutura. Evidentemente, tem que se melhorar a estrutura da delegacia de homicídios, para que possa dar conta dessa investigação, mas essa foi uma solicitação que veio da sociedade civil organizada. *(grifo nosso)*

Ora, por que não, então, esta Casa fazer uma devida investigação sobre um grave problema que vem aumentando? Aumentou no ano passado e aumentou neste ano, os casos de auto de resistência, contrariando uma norma que vinha acontecendo nos últimos anos, que era uma queda. Aumentou no ano passado e continua aumentando. Então, tem, sim. Parabéns ao Deputado Rogério Lisboa, que propõe essa CPI. Nós vamos ajudar na medida do possível. O PSOL vota “sim”. *(grifo nosso)*

O SR. PRESIDENTE (Wagner Montes) – Deputado Jorge Felipe Neto.

O SR. JORGE FELIPPE NETO – Sr. Presidente, parabenizando o Deputado Rogério Lisboa pela corajosa iniciativa, decidimos por investigar, até o momento com um placar amplamente favorável, sim, os autos de resistência. **Não podemos admitir que num Estado como o Rio de Janeiro o auto de resistência, que é, sim, um instrumento legal, seja utilizado como salvo-conduto do mau policial para cometer homicídios indiscriminadamente, forjando, como vimos recentemente na imprensa, uma legítima defesa infundada.** *(grifo nosso)*

O que temos que fazer aqui é, sim, criar a CPI, investigar caso a caso. O auto de resistência já começa errado pelo simples fato de se abrirem dois procedimentos para o mesmo fato: um para investigar a participação do policial; outro, o procedimento criminal propriamente dito. Isso tem que ser reunido prioritariamente em um procedimento só, para se avaliar a responsabilidade tanto da eventual vítima, quanto do policial, dos envolvidos, e não criar possíveis decisões conflitantes, inclusive, na justiça. E está certo aqui colocarmos o Ministério Público e o Poder

Judiciário para também responderem em conjunto nesses autos de resistência. Eu tenho a certeza de que teremos um trabalho muito profícuo nessa CPI.

Também parabenizando todos os membros da Polícia Civil aqui presentes, que deram uma demonstração ordeira, pacífica, que tenho certeza de que atingiu as mentes e os corações de todos os senhores parlamentares aqui presentes. Parabéns!

O PSD encaminha o voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wagner Montes) – Deputado Carlos Minc.

O SR. CARLOS MINC – Sr. Presidente, orientando o voto da bancada, também já votei favorável ao Projeto de Resolução 159/2015, do Deputado Rogério Lisboa, que cria a CPI para investigar os autos de resistência e morte decorrente de ações policiais no Estado. Eu tenho um Projeto de Lei exatamente sobre este assunto, inspirado num Projeto de Lei nacional. Ele já passou pela Comissão de Constituição e Justiça, com parecer pela constitucionalidade, e está agora na Comissão de Segurança. O Deputado Zaqueu, que o relata, também disse que é favorável ao Projeto, vai fazer adequações – como Chefe de Polícia que foi, conhece bem o assunto.

Eu vou fazer, Sr. Presidente, nos próximos dias, uma Audiência Pública exatamente sobre este assunto. Acho muito importante que, como todos os colegas que me antecederam, claramente, isso não é contra os policiais, é para melhorar a ação. O Rio de Janeiro é um dos lugares do mundo em que os policiais mais matam e mais morrem. Queremos que eles morram muito menos – de preferência, que não morram – e matem muito menos, apenas quando estiverem realmente defendendo a sua vida e não houver alternativa.

Registro a importância de a perícia estar presente, de haver uma orientação. Isso tudo é para preservar o policial e a população. Queremos bons policiais, bem pagos, bem formados, que não tenham medo, que possam até usar de uma situação extrema quando for inevitável, mas que tenham uma orientação muito firme sobre em que momentos e sobre a questão proporcionalidade. Sobretudo, que se evite que autos de resistência encubram casos de extermínio, como acontece.

Parabéns ao Deputado Rogério Lisboa! Nosso voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Wagner Montes) – Deputado Paulo Ramos. Logo depois, Deputados Luiz Paulo e André Lazaroni.

O SR. PAULO RAMOS – **Presidente, por razões as mais diversas, estou nesta Casa caminhando para o 17º ano consecutivo. Se algum curioso resolver verificar nos Anais, ao longo desses anos todos, persigo eu a verdade sobre os autos de resistência, principalmente considerando que em diversas oportunidades o auto de resistência é utilizado contra os policiais, sempre que há**

um fato mais escandaloso. *(grifo nosso)*

Lembro-me de quando houve o caso da Juíza Patrícia Acioly. Saiu no jornal que um policial militar de São Gonçalo tinha subscrito 18 ou 19 autos de resistência. É de se indagar, então: quem manteve tal policial militar naquela unidade? E a tramitação? O auto de resistência gera um processo. Qual foi a manifestação do representante do Ministério Público? Qual foi o juiz que deferiu, quando solicitado, o arquivamento? Isto não é verificado. A política de Segurança Pública, por vezes, com a cumplicidade do Ministério Público e do juiz da comarca, praticamente incentiva determinadas práticas policiais, mas sempre quem senta no banco dos réus é o próprio policial que assinou o auto de resistência. *(grifo nosso)*

O auto de resistência consta do Código de Processo Penal. Outro dia, eu vi um jornal importante do Rio de Janeiro dizer que o auto de resistência era uma criação da ditadura, numa manifestação de desconhecimento a mais completa. Sempre – sempre! – o policial está submetido a uma investigação, à apreciação do Ministério Público e a uma decisão judicial quando do auto de resistência. Mas quem sempre senta no banco dos réus é o próprio policial. *(grifo nosso)*

Já foi dito aqui pelo Deputado Marcelo Freixo, que sabe, pela nossa convivência nesses últimos anos aqui na Casa, da minha insistência nessa questão, inclusive – ou principalmente – na própria Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, para evitar a manipulação; para que o policial compreenda, especialmente o policial militar, que ele não pode ser massa de manobra. Empurrado por uma política pública equivocada ele corre riscos os mais diversos, inclusive o de sentar no banco dos réus, mesmo quando enfrenta uma situação verdadeiramente de perigo, quando corre o risco. Mas, dependendo da orquestração na mídia, dependendo do lavar as mãos do Secretário de Segurança ou de comandantes da Polícia Militar, quem senta no banco dos réus é ele, que precisa compreender isto. *(grifo nosso)*

Então, Sr. Presidente, é preciso que, na CPI – que obviamente já está sendo aprovada –, haja uma avaliação do sistema; da política de Segurança Pública e do sistema, porque este sistema tem cumplicidades, mas quem senta no banco dos réus é o policial. *(grifo nosso)*

O SR. PRESIDENTE (Wagner Montes) – Tem a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Luiz Paulo.

O SR. LUIZ PAULO (Para encaminhar a votação) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, como líder do PSDB eu gostaria de encaminhar a posição do partido

em relação a esta votação.

Primeiro, Sr. Presidente, não existe pena de morte neste País. Infelizmente, no Estado do Rio de Janeiro, que não difere de outras unidades da federação, é onde mais se mata e, ao mesmo tempo, mais morrem policiais, como se estivéssemos em guerra aberta e existisse pena de morte. Segundo, muitas vezes pessoas inocentes são executadas, e outras tantas, policiais, por falta de uma política de Segurança Pública real, são mortos em confronto, em situação absolutamente adversa. O Deputado Paulo Ramos tem razão quando diz que essa CPI deve também analisar a questão estrutural de como funciona a Segurança Pública no Estado do Rio de Janeiro. Terceiro, em tese, a não ser quando é um absurdo, não há por que se temer uma CPI, que é um instrumento necessário do Parlamento. E quem não deve, não teme e também não treme.

Em quarto lugar, Sr. Presidente, quando há um auto de resistência, em tese, o delegado de polícia local deveria fazer uma averiguação para colher elementos no sentido de verificar se aquela resistência existiu ou não – como vimos recentemente, no Morro da Providência, um vídeo em que um policial colocava o revólver na mão de uma vítima, ele mesmo detonando por duas vezes o gatilho. De outro lado, o Ministério Público se torna corresponsável por esse auto de resistência, e também o juiz, quando o arquiva. Então, há falha sistêmica, que faz com que esses autos de resistência também cresçam de forma muito assustadora.

A CPI também pode analisar sistemicamente essa questão e propor também medidas mitigadoras. Por isso, no meu entendimento, se faz necessária, sim, a CPI, e vou orientar o voto da bancada “sim” a favor da CPI.

**O SR. PAULO RAMOS – Sr. Presidente, rapidamente dizer que esta Casa já aprovou e vamos instalar no máximo, na próxima semana, uma Comissão Parlamentar de Inquérito que irá investigar as mortes dos policiais. (grifo nosso)**

**Comissões Parlamentares de Inquérito, envolvendo questões ligadas à área da Segurança Pública. Veja bem, temos auto de resistência, morte de policiais, desaparecimento de armas de fogo, demonstrando claramente a crise na Segurança Pública. Está aí o atestado da crise. Esta Casa irá instalar três CPIs. (grifo nosso)**

**Fica atestado que a proclamação do sucesso não é uma proclamação verdadeira. A política de Segurança Pública no Rio de Janeiro está completamente fracassada. (grifo nosso)**

O SR. PRESIDENTE (Wagner Montes) – Deputado Paulo Ramos, eu como confio nas instituições do meu Estado, tanto na Polícia Militar, na Polícia Civil e no

Corpo de Bombeiros Militar, tenho certeza de que os bons policiais, aqueles que agiram no cumprimento da lei em defesa de si ou de terceiros, e tiveram na instituição respondendo ou estão como testemunhas ou como autores no auto de resistência, não têm o que temer; se agiram dentro da legalidade, não têm o que temer.

A imensa maioria dos nossos policiais é composta de gente honesta e decente. Eu acredito sinceramente que, aqueles que agiram dentro da legalidade, não têm o que temer.

A CPI não irá alcançar ninguém que não agiu de forma errônea ou de forma certa. Mas alcançará aquele que agiu de forma errônea.

E também vamos ter uma participação na outra CPI que é para apurar a morte de policiais. Essa sim, também é muito importante, até para saber o que o Estado faz por aqueles policiais, pelos familiares dos policiais que são mortos combatendo, aqueles que dignamente estão aí combatendo a criminalidade. Nesta CPI, da qual farei parte inclusive - fui indicado pelo meu partido para fazer parte da CPI do Deputado Paulo Ramos - iremos apurar também o que o Estado faz pelos familiares dos policiais.

Antigamente as pessoas tinham honra, as senhoras sentiam orgulho de lavar a farda dos maridos, as mães também, e pendurá-la no quintal para secar a farda do marido ou do filho. Hoje em dia, o próprio policial militar ou o próprio policial civil não pode andar com a carteira nem escondida no sapato, porque se descobrirem ou então desconfiarem de que ele é policial, vão revistá-lo. Se comprovada a suspeita, vão matá-lo.

Por que vou votar favorável a essa CPI proposta nesta Casa hoje? Justamente, para defender os bons policiais, aqueles que atuam respaldados pela própria Justiça por intermédio do Delegado, do Ministério Público, do Juiz ou da Juíza que foram enquadrados e absolvidos, inclusive no próprio auto de resistência, e também para separar os bons policiais daquela imensa minoria que pratica algum abuso.

Certamente teremos uma participação muito atuante na CPI que irá apurar as mortes dos policiais militares e civis do Rio de Janeiro. Isso sim, tem que ser investigado com muita propriedade, para saber principalmente o que essas famílias de policiais recebem de apoio por parte do Estado.

O SR. FLÁVIO SERAFINI – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wagner Montes) – A Presidência procederá à 1ª chamada nominal. Antes, tem a palavra pela ordem, o Deputado Flávio Serafini.

O SR. FLÁVIO SERAFINI (Pela ordem) - Sr. Presidente, só quero destacar, antes de procedermos à 1ª chamada nominal, a presença de representantes do Instituto Politécnico de Cabo Frio. Trata-se de um projeto da UFRJ, inicialmente desenvolvido

em parceria com o Município de Cabo Frio e com o Governo do Estado. Infelizmente, o convênio foi rompido. Mas é um projeto importante de Ensino Médio, de formação profissional, de qualificação de educadores, que trabalha também com uma concepção de aproximação entre educação e trabalho e que, nos últimos meses, está com muita dificuldade para se manter. Boa parte dos bolsistas e profissionais que atua lá está inclusive com as bolsas cortadas.

Então, hoje está uma representação do grêmio estudantil, dos profissionais que atuam lá divulgando sua situação para os Deputados, para que conheçamos e para que possamos pensar como apoiar essa iniciativa, que é muito importante, do ponto de vista educacional e do ponto de vista da realidade de Cabo Frio e de toda a Região dos Lagos.

Então, quero registrar aqui a presença dos profissionais e dos estudantes do Instituto Politécnico da UFRJ, que estão lutando para manter esse projeto vivo.

O SR. PRESIDENTE (Wagner Montes) – A Presidência vai realizar a 1ª chamada nominal dos Srs. Deputados.

(PROCEDE-SE À 1ª CHAMADA NOMINAL)

O SR. PRESIDENTE (Wagner Montes) – A Presidência vai proceder à 2ª chamada nominal dos Srs. Deputados.

(PROCEDE-SE À 2ª CHAMADA NOMINAL)

O SR. FABIO SILVA – Sr. Presidente, gostaria de registrar o meu voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Wagner Montes) – Registrando o voto “sim” do Deputado Fábio Silva, a Presidência proclama o resultado. **Votaram 48 Srs. Deputados, contando com o voto do Deputado Fábio Silva: 47, “sim”; 1, “não”. (grifo nosso)**

**O Projeto foi aprovado. Vai à Promulgação. (grifo nosso)**

### Destaque

Observando os discursos acima grifados recorro que os espaços territoriais com maior número de operações policiais no Rio de Janeiro são as favelas, morros e periferias. Considero que está sendo construída uma percepção de um estado permanente de guerra, onde as violações de direitos são representadas no parlamento, por membros efetivos das forças militares, consolidando um protecionismo e corporativismo institucional, não obstante a vitimização de outros. Por outro lado, ainda assim, a defesa dos direitos humanos ficou estabelecida pelo resultado da votação neste processo. Importante destacar a ausência de uma política de segurança pública adequada, sua defasagem e a



realização de um debate no parlamento para sua reconstrução. Importa que os discursos culminaram em uma votação amplamente favorável e a CPI pode contribuir para que o parlamento e o poder executivo deixem de atuar, nestes casos, com medidas emergenciais, respeitando a Constituição Federal, cuja pauta primeira, institui o estado democrático de direito, visando a dignidade da pessoa humana.

A expressiva votação em plenário nos remete ao conceito de liberdade que Bobbio (1997) denomina como negativa e positiva. Acerca do primeiro aspecto, negativo, “na linguagem política, entende-se a situação na qual um sujeito tem a possibilidade de agir sem ser impedido, ou de não agir sem ser obrigado, por outros sujeitos” Neste caso, o autor adverte que, na linguagem política, a “liberdade seja uma relação entre dois sujeitos humanos”. Assim, ressalta o autor, “considera-se que desfruta de uma situação de liberdade tanto o que pode expressar suas próprias opiniões sem incorrer nos rigores da censura” (p.48 – 49).

Já a liberdade positiva é aquele em que, segundo Bobbio (1997), “um sujeito tem a possibilidade de orientar seu próprio querer no sentido de uma finalidade, de tomar decisões, sem ser determinado pelo querer de outros”. Em Bobbio, “a liberdade negativa é uma qualificação da ação; a liberdade positiva é uma qualificação da vontade” (Bobbio, 1997, p.51 – 53).

Destacamos ainda, nesta votação, a liberdade das ações e, conseqüentemente, dos votos, apesar das considerações dos Deputados Estaduais Paulo Ramos, que votou favorável, mas com restrições devido à sua categoria militar, e Flávio Bolsonaro, que votou contra, também com restrições devido à categoria dos militares, no entanto seu voto contrário, embora livre, traz a negativa de um caso concreto, um voto tomado de insegurança jurídica. A votação para a criação desta CPI aconteceu após ampla divulgação do caso da morte de um jovem negro no morro da providência. Importante observar, na análise dos discursos, ações favoráveis e desfavoráveis aos direitos humanos de jovens negros e pobres, e protecionismo e corporativismo relacionados a determinadas categorias profissionais.

As duas Audiências Públicas e o debate em plenário, aqui discutidos, retratam a omissão do Estado na política de segurança pública no que diz respeito à sensibilização dos agentes públicos e da sociedade em relação às normas internacionais, entre elas, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, assinada

em 10 de novembro de 1948, que sustenta uma perspectiva de paz e união entre os povos e as pessoas.

## 4

### Considerações finais

Pesquisar sobre os discursos políticos a respeito da violência envolvendo a juventude tem sido instigante, desafiador e, por certo, estamos longe de esgotar nossas reflexões.

Neste estudo as observações dos discursos no parlamento da Alerj, iniciadas como assessor na Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania, levou-nos a novas descobertas sobre a representação política no âmbito do estado. Os nossos representantes estão ligados ao contexto social que engloba a sociedade civil, os poderes judiciário e executivo, bem como, as demandas sociais existentes. O objetivo foi analisar os discursos dos parlamentares relacionados a questão da violência que incide sobre a juventude, como forma de representação das demandas que surgem na assembleia legislativa. Discutiu-se, ainda, como essa representação política influencia as diferentes causas debatidas no contexto social. Em nossas reflexões vimos o representante político como parte da ação para a escolha do que vai acontecer no espaço do parlamento e isso traduz a lógica de poder oriunda do voto popular. Portanto as decisões exercem influência no destino de determinados segmentos. Este ponto decisivo que a representação política exerce, somados a outros atores sociais, fortalece a democracia e a maneira republicana de tratar aspectos dolorosos na sociedade, como a violência envolvendo a juventude.

A análise dos discursos desenvolvidos no parlamento da Alerj por seus representantes foi o principal foco deste estudo, que partiu da premissa que este representante está inserido no tecido social. Ele é, portanto, um ator social importante na perspectiva de se pensar, debater e aprovar políticas inclusivas para jovens, sob o desejo de que esta será a prevenção que se espera contra a violência envolvendo a juventude. Embora tencionado, acreditamos que este debate tem o potencial de promover aspectos importantes referentes aos direitos humanos, como a vida, segurança pública, educação, cultura, lazer, saúde, entre outros.

Importante destacar a escolha da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania neste processo de estudo, considerando este segmento na Alerj uma

porta de entrada de denúncias de violações. A comissão exerce papel estratégico no recorrente debate sobre violência, direitos das minorias e emancipação dos diversos atores sociais como as mulheres e a juventude. Aposta na lógica da justiça e da igualdade social com um comportamento político e apartidário, combativo e dialógico com todas as instituições da sociedade fluminense fortalecendo a cidadania e o estado como um todo. Constatamos isso na organização das Audiências Públicas apresentadas neste estudo, onde a participação popular e institucional esteve presente, com igual direito aos debates, contestações e reflexões. Isto simboliza o parlamento no nível da análise da participação da sociedade, sem discriminação social, econômica ou intelectual. Podemos, assim, afirmar que há neste contexto dois universos de participação política em interação: a população e o parlamento. A voz da sociedade se fez ouvir em diferentes Audiências Públicas. Com seu potencial participativo, a sociedade civil tem influenciado nas decisões políticas e na conduta do estado quanto a demandas sociais delicadas, como nos episódios dos “autos de resistência” e da ocupação de um espaço educacional pela Unidade de Polícia Pacificadora no Complexo do Alemão. A sensibilidade política da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania, dos profissionais de educação, unida a reivindicação dos moradores locais, dignifica a coisa pública e os discursos no ambiente parlamentar constituíram nosso objeto de análise. Na esfera estadual, a preocupação da Comissão, neste episódio, nos fez refletir sobre o que de fato está proposto na política pública de segurança e sobre o fenômeno da violência contra os jovens negros e moradores de favelas. Este foi um fato citado, ao longo dos discursos naquela Audiência Pública, devido a morte recente de um jovem negro naquela comunidade.

A partir da análise dos discursos dos parlamentares sobre situações de violência envolvendo a juventude observamos uma variação de posições dos mesmos, de acordo com suas convicções e posicionamentos, identidades pessoais e ideológicas. Constatamos uma série de conflitos de ideias em torno do tema debatido. Isso foi elemento importante para nortear esta pesquisa e apontou para a necessidade de um debate contínuo com vistas à transformação da sociedade e da política para que tenhamos mudanças significativas nesta questão social grave e recorrente.

As análises do debate político dos parlamentares sobre a questão da violência-juventude me fazem refletir sobre a necessidade de se rever o sentido da política e o papel do estado. Ao nos depararmos com discursos que identificam “a polícia como pedagogo”; uma CPI investigando os autos de resistência como “uma facada na polícia militar”, fica claro que estes sinalizam o grande contraste entre a gravidade do problema e a ausência de respostas e ações efetivas que respondam as denúncias e as pesquisas sobre o elevado índice de morte de jovens negros e pobres.

É inquietante imaginar que o poder decisório do parlamento pode ser utilizado de forma efetiva, na perspectiva do ordenamento jurídico e dos acordos internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil é signatário, como o Pacto de São José citado nesta obra. Isso sugere que o parlamento pode funcionar como um instrumento social capaz de fortalecer leis e políticas. E que pode ser capaz de dar um passo adiante na proteção juvenil, se assim determinar, distanciando a juventude fluminense da cultura do medo e aproximando-a de seus anseios de inclusão e igualdade educacional, cultural e democrática.

Gostaria de concluir, afirmando, como Assistente Social e membro da sociedade civil organizada, que podemos sim manter viva a proposta de participação popular e política, com apresentação de proposições que expressem nosso compromisso. Assim, quem sabe, a lógica do poder constituído retomaria o que constitucionalmente nos favorece como membros da sociedade e como povo que somos. Poderia ser também materializar, de forma política, conquistas importantes para a juventude fluminense.

## 5

### Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, M. et al. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas**. Brasília: UNESCO, BID, 2002.

ALVES, J. C. S. **Tráfico e Milícias no RJ**. Rio de Janeiro: Justiça Global, 2008. 33 p.

ARENDT, H. **Crises da República**. 3. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2013.

\_\_\_\_\_. **A condição humana**. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

\_\_\_\_\_. **Sobre a Violência**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2009.

\_\_\_\_\_. **O que é política?** 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1999.

BOBBIO, N. **Igualdade e Liberdade**. 3. ed. Rio de Janeiro. Ediouro. 1997.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Lei nº 12.852 de 05 de agosto de 2013, e legislação correlata. Estatuto da Juventude. Centro de Documentação e Informação – Edições Câmara. Brasília, 2013.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Brasília, 2013.

CARNEIRO, J. M. B. Candidatos, Partidos e Coligações nas Eleições de 2012. **Cadernos Adenauer**. Ano XIV – 2013, n. 2 – Fundação Konrad Adenauer. Rio de Janeiro, 2012.

CERQUEIRA, D.; COELHO, D. S. C. **Nota Técnica**, n. 15, Set. 2015. p. 17. Disponível em: <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5170/2/Nota\\_15\\_Reducao\\_idade.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5170/2/Nota_15_Reducao_idade.pdf)>. Acesso em: 15 jun. 2016.

COIMBRA, C.; NASCIMENTO, M. L. **A Produção de crianças e jovens perigosos: a quem interessa?** CEDECA, São Martinho, 2008. Disponível em: <<http://www.infancia-juventude.uerj.br/pdf/livis/aproducao.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2016.

CORREIO BRAZILIENSE. **Educação é escudo contra os homicídios.** Disponível em: <<http://www.todospelaeducacao.org.br/educacao-na-midia/indice/36478/educacao-e-escudo-contra-os-homicidios/>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

FECOMÉRCIO (Org.). **Cartilha: como um projeto se torna lei na ALERJ?** Assessoria Parlamentar do Núcleo de Relações Institucionais da Federação do Comércio do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, nov. 2007.

FERREIRA, A. B. H. **O Dicionário da Língua Portuguesa.** Edição Especial. Curitiba: Positivo. 2007.

FREIRE, S. M. (Org.). **Direitos Humanos e Questão Social na América Latina.** 1. ed. Rio de Janeiro: Gramma, 2009.

FREIXO, M. **A redução da maioria penal não é solução.** Rio de Janeiro: Cartilha. 2015.

GRANJEIRO, A. (Org.). **Impunidade Até Quando.** Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente (ANCD). São Paulo, jul. 2016.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatística do Registro Civil:** ano 2014. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 12 nov. 2015.

JORNAL EXTRA. Matéria de Luiz Gustavo Schmitt publicada em 07 out. 2015. Disponível em: <<http://extra.globo.com/noticias/rio/alerj-aprova-cpi-para-investigar-autos-de-resistencia-rv1-1-17716983.html#ixzz3ztdLZRac>>. Acesso em: 12 nov. 2015.

LEANDRO, S. A. S. “Auto de resistência”: um estudo de caso das práticas institucionais no inquérito policial. XIX ENCONTRO NACIONAL DO CNPEI. **Anais...** Fortaleza - CE. 09, 10, 11 e 12/jun. 2010.

MAGDALENO, F. S. **A territorialidade da representação política:** vínculos territoriais de compromisso dos deputados fluminenses. Rio de Janeiro: Annablume Editora, 2010.

MANHAS, C. A invisibilidade da juventude nas políticas públicas. **Revista Le Monde Diplomatique.** Brasil. Edição 100. Novembro 2015.

MOLON, A. L. (escrito para debate): Segurança pública no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.

MONTAÑO, C. Pobreza, “questão social” e seu enfrentamento. **Revista Serviço Social e Sociedade.** São Paulo, n. 110, p. 270-287- abr/jun, 2012.

NOVAES, R. Juventude e sociedade: jogos de espelhos. Sentimentos, percepções e demandas por direitos e políticas públicas. **Revista Sociologia Especial – Ciência e Vida**, ano I, n. 2, 2007.

\_\_\_\_\_. Juventudes Urbanas: O que podemos fazer juntos. **Revista Le Monde Diplomatique**. Brasil. Edição 100. Novembro 2015.

PERES, M. F. T.; CARDIA, N.; SANTOS, P. C. **Homicídios de crianças e jovens no Brasil: 1980-2002**. São Paulo: Núcleo de Estudos da Violência Universidade de São Paulo (NEV/USP), 2006.

PORTAL 18 Razões Contra a Redução da Maioridade Penal. Grupo lança Websérie de quatro episódios sobre a redução da maioridade penal, 21 mar., 2017. Disponível em: <<http://www.18razoes.wordpress.com>>. Acesso em: 27 abr. 2017.

PORTAL DA JUVENTUDE. **Programa Juventude Viva**. Secretaria Nacional de Juventude. Governo Federal. Disponível em: <<http://www.juventude.gov.br/juventudeviva>>. Acesso em: 14 nov. 2015.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Direitos Humanos: Documentos Internacionais**. Brasília, 2006

REUTERS. Beltrame: 'Um tiro em Copacabana é uma coisa. Na Favela da Coréia é outra'. OAB critica diferenciamento. **Jornal Extra**, Rio de Janeiro, 23 set. 2015. Disponível em: <<http://extra.globo.com/noticias/rio/beltrame-um-tiro-em-copacabana-uma-coisa-na-favela-da-coreia-outra-oab-critica-diferenciamento-720077.html#ixzz4 BhAujF3G>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

RIZZINI, I. **O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil**. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2008.

RIZZINI, I.; Vale, J. B. Redução da Maioridade Penal: uma velha questão. **Desigualdade & Diversidade** – Revista de Ciências Sociais da PUC- Rio, n. 15. Jul/dez. 2014, p. 9-29.

ROLIN, M. Caminhos para a inovação em segurança pública no Brasil. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, a. 1, 1. ed. Rio de Janeiro, 2007.

SABOIA, G. V. (Org.). **Anais: Seminários Regionais Preparatórios Para Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata**. [S.d.]

SANTOS, S. G. B. **Em busca de um lugar no mundo: o conceito de violência em Hannah Arendt**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2011.



SARMENTO, C. E. **Palácio Tiradentes**: lugar de memória do parlamento brasileiro. Núcleo de memória política carioca e fluminense. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas – CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2013.

SCHMITT, L. G. Alerj aprova CPI para investigar autos de resistência. **Jornal Extra**. Rio de Janeiro, 07 out. 2015. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/noticias/polf/levantamento2013>>. Acesso em: 22 jan. 2017.

SILVA, F. C. Espaço público em Habermas. Imprensa de Ciências Sociais. **Estudos e investigações**, n. 26, ICS. Disponível em: <<https://books.google.com.br>>. Acesso em: 26 mai. 2016.

SOARES, A. P.; FRANCO, M. (Coords.). **Relatório Anual da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da ALERJ**. Rio de Janeiro, 2015.

SOARES, L. E.; ATHAYDE, C.; BILL, M. V. **Cabeça de porco**. Rio de Janeiro. Editora Objetiva. 2005.

SOARES, L. E.; GUINDANI, M. A Violência do Estado e da Sociedade no Brasil Contemporânea. **Nueva Sociedad**, n. 208. Marzo-Abril 2007.

SODRÉ, M. “Raça” é sempre o outro. **Revista Le Monde Diplomatique Brasil**, a. 10, n. 114, jan, 2017.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da Violência**: Ano 2015. Disponível em: <<http://www.google.com.br>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

YAZBEK, M. C. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. **Revista Social e Sociedade**, São Paulo, n. 110, p. 288-322, abr/jun 2012.

## **6**

### **Anexos**

#### **6.1.**

#### **Anexo 1 – Membros da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania**

#### **Período legislativo 2014 a 2017**

##### **Presidente:**

Deputado Estadual Marcelo Freixo (PSOL)

##### **Vice Presidente:**

Deputado Estadual Edson Albertasi (PMDB)

##### **Outros membros:**

Deputado Estadual Felipe Soares (DEM)

Deputada Estadual Martha Rocha (PDT)

Deputada Estadual Enfermeira Rejane (PCdoB)

##### **Suplentes:**

Deputado Estadual Flávio Serafini (PSOL)

Deputado Estadual Carlos Minc (sem partido)

Deputado Estadual Flávio Bolsonaro (PSC)

Deputado Estadual Jorge Felipe Neto (DEM)

Deputado Estadual Gustavo Tutuca (PMDB)

**6.2.****Anexo 2 – Matéria de Luiz Gustavo Schmitt publicada no Jornal Extra em 07/10/2015**

“A Assembleia Legislativa do Rio (Alerj) aprovou, na tarde desta quinta-feira, a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar os autos de resistência no estado. Foram 47 votos a favor e um contra, do deputado estadual Flávio Bolsonaro. O objetivo da CPI é investigar a suspeita de que os PMs têm usado alegações forjadas para fazer os registros de auto de resistência.

Instrumento jurídico criado durante a ditadura, o auto de resistência permite com que o policial tenha o direito de reagir de modo extremo a uma ameaça sem ser processado. A ação pode ser justificada apenas por testemunhos de agentes de segurança.

Segundo Rogério Lisboa (PR), autor da proposta de criação da comissão, um relatório da Anistia Internacional aponta que mais de oito mil pessoas foram mortas por policiais nos últimos anos. Segundo o estudo, de dez casos analisados, nove deles tinham fortes indícios de execução sumária e um padrão de uso desnecessário e desproporcional da força pela Polícia Militar.

- A impunidade e a falta de investigação dos casos são apontadas como os principais fatores para o aumento da violência nas ações policiais. A Alerj não pode ficar inerte, sendo o seu dever a investigação dos autos de resistência - disse Lisboa.

Para Bolsonaro, a comissão vai intimidar a ação da PM nas ruas:

- Será uma faca no pescoço dos PMs – disse o deputado, muito irritado.

No dia 30 de setembro, um vídeo feito por moradores do Morro da Providência flagrou PMs alterando a cena de um crime após a morte de um jovem durante um confronto. Eduardo Felipe Santos Victor, de 17 anos, foi

baleado durante uma operação. Três policiais então se aproximam do corpo. Um deles dá um tiro para o alto. Um outro pega uma arma que, depois de limpa, é colocada na mão do baleado e disparada para garantir as marcas de pólvora na pele. Com isso, eles garantiriam que o caso não seria investigado. Após o flagrante, a polícia anunciou que a Delegacia de Homicídios passaria a investigar todos os registros de auto de resistência.

**6.3.**

**Anexo 3 – Reuters e O Globo Online publicada no Jornal Extra em 23/10/2007 – Beltrame: 'Um tiro em Copacabana é uma coisa. Na Favela da Coréia é outra'. OAB critica diferenciamento**



Figura 4- Fuga e morte na favela da Coréia.  
Foto: reprodução de TV, 23/09/2015.

RIO - O secretário estadual de Segurança do Rio, José Mariano Beltrame, afirmou, nesta terça-feira, que os traficantes locais estão adotando a estratégia de migrar armas e pessoas para favelas da Zona Sul da cidade para tentar inibir a atuação da polícia. Segundo o secretário, que participou do Seminário de Gestão Pública de Segurança, promovido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), ações policiais na Zona Sul, onde moram famílias de classes média e alta, são mais complicadas do que em comunidades carentes das zonas norte e oeste.

- Um tiro em Copacabana é uma coisa. Um tiro na Coréia (periferia) é outra. À medida que se discute essa questão do enfrentamento, isso beneficia a ação do tráfico de drogas - disse Beltrame no seminário.

Beltrame afirmou ainda que a política da secretaria de Segurança é de inteligência, mas são necessárias operações, como a da semana passada na Favela da Coréia.

- Nossa política é de inteligência, não é de enfrentamento. Mas não posso pegar um braço mecânico e ir à Favela da Coréia para tirar os marginais de lá - acrescentou ele, referindo-se à ação na semana passada nas favelas da Coréia e Taquaral, em Senador Camará, onde 13 pessoas morreram, entre elas uma criança. - O trabalho de inteligência tem planejamento para qualquer tipo de ação, a diferença está na execução. Ele será executado conforme a reação do bandido à presença da polícia. A Polícia Federal prende sem dar um tiro porque prende a elite. O cliente da PF é outro.

### **OAB critica diferenciamento**

Para a presidente da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil, Margarida Pressburger, ao reconhecer que "um tiro em Copacabana é uma coisa, e um tiro na favela da Coréia é outra", Beltrame "assumiu publicamente que, para o governo, o morador de classe média da Zona Sul recebe tratamento diferente e tem direitos de cidadania que o trabalhador que mora na favela não tem, quando é obrigado a ficar no fogo cruzado dos policiais com os traficantes, tem sua casa invadida por uns e por outros e não tem onde se abrigar".

Para Margarida, realmente fica difícil imaginar uma operação policial, nos moldes mostrados pela TV, num condomínio de classe média ou alta.

- Será que a polícia atiraria em quem corresse? Será que as pessoas que hoje criticam a defesa dos direitos humanos - para qualquer cidadão - apoiariam essas operações de guerra? - questionou. - O que a OAB defende é igualdade na aplicação dos direitos de cidadania, para pobres ou ricos, de qualquer parte do Rio. O que a OAB repudia é a política de confronto que mata inocentes.

A presidente da comissão disse ainda que o repúdio da OAB é maior ainda "sabendo dos resultados registrados pelo próprio governo: menos prisões (-23,6%), menos armas apreendidas (-14,3%) e mais mortos (33,5%)" na comparação dos primeiros seis meses de 2007 e de 2006.

**6.4.****Anexo 4 – Educação é escudo contra os homicídios – Correio Braziliense, 06 de janeiro de 2016**

Estudo do Ipea mostra que a universalização do Ensino Médio para pessoas com mais de 15 anos de idade diminuiria em 42,3% o número de assassinatos no país

O primeiro passo para superar a dura realidade enfrentada pelas jovens é investir em Educação, diz Daniel Cerqueira, diretor de Estudos e Políticas de Estado do Instituto de Pesquisa Econômica Avançada (Ipea). “A Educação funciona como um escudo contra os homicídios. É muito mais caro manter um jovem no sistema prisional do que na Escola. Pessoas com baixo grau de Escolaridade são mais expostas à violência, o que gera um custo enorme à sociedade”, afirma. Para ele, um Ensino de qualidade é um investimento que beneficia a produtividade das pessoas e do país. Jovens sem acesso à Educação ficam à margem da sociedade. E para serem vistos como iguais passam a desejar bens de consumo que não podem ter. Com menos oportunidades de emprego e consequente restrição de renda, passam a buscar recursos no tráfico de drogas ou em roubos.

“Essas são as principais pontes entre os jovens com baixa Escolaridade e a criminalidade. Os excluídos têm os elos de pertencimento com a sociedade muito frágeis, e ficam isolados do sistema. Por não se encaixarem, podem acabar sendo atraídos para o crime”, explica a diretora da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) no Brasil, Marlova Noleto.

Essa realidade poderia ser mudada se houvesse engajamento das autoridades. Estudo do Ipea mostra que a universalização do Ensino médio para pessoas com mais de 15 anos de idade diminuiria em 42,3% o número de homicídios no país. “Quando um jovem entra na Escola, fica menos vulnerável ao apelo de bandidos, por receber mais fortemente os valores civilizatórios de cidadania. Quem não teve acesso à Educação, além de

alheio a tais ensinamentos e ao convívio social, fica à mercê de pessoas de fora da Escola e se torna presa fácil para a violência”, ressalta Marlova.

#### Sistema falido

Mas os problemas vão além dos portões das Escolas, reconhece Cerqueira, do Ipea. Na opinião dele, um agravante para os casos de violência juvenil está no fato de o sistema de justiça criminal não funcionar. “Polícia, Ministério Público, toda a parte criminal está falida”, enfatiza. Para ele, é essencial que o sistema passe por reformas. “O que temos hoje é uma polícia que age a qualquer custo, que é orientada por uma ótica belicista, militar e nociva à sociedade”, emenda.

A diarista Luciane de Carvalho, 43 anos, conhece muito bem tais deficiências. Em 2 de janeiro de 2013, foi a última vez que ela se despediu do filho, Rafael, antes de ir trabalhar. Só foi encontrá-lo de novo no velório dele, morto com cinco tiros espalhados pelo corpo. Ele mal tinha completado 18 anos. “Meu filho foi assassinado por um policial, porque entrou em uma casa, que já estava arrombada, para pegar bebidas”, conta. Segundo testemunhas, os policiais chegaram ao local decididos a pôr fim à vida dos cinco jovens desarmados ali presentes. “Eles diziam que era dia 2, portanto queriam matar duas pessoas”, relata a mãe. O melhor amigo de Rafael enfartou com as ameaças dos policiais e morreu aos 21 anos.

Para Cerqueira, a polícia deveria ser defensora da cidadania e dos direitos das pessoas, mas acabou se tornando algoz da juventude. “A polícia tem de agir em conjunto com a sociedade. Quando há um abismo, de autoridades matando pessoas, não há confiança recíproca e não se resolve o problema, só reforça um sistema falido”, afirma o pesquisador do Ipea. (AA).

#### Peso do racismo:

As principais vítimas de violência são os jovens negros, com idade entre 12 e 29 anos, segundo dados do relatório Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Racial de 2014. No Brasil, as chances de um jovem negro ser assassinado são duas vezes e meia mais altas que as de uma pessoa branca da mesma idade. Em alguns estados, como é o caso da



Paraíba, a proporção chega a 13 vezes. Em 2013, o número de negros assassinados no Brasil foi 132% maior do que o de brancos, de acordo com pesquisa realizada pelo Ipea intitulada Vidas Perdidas e Racismo no Brasil.